

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

VANESSA RENATA DE ALMEIDA

**A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL:** uma análise preliminar dos  
rebatimentos do avanço do neofascismo nas plataformas on-line para a agenda  
política feminista e LGBTQIAPN+

SÃO PAULO

2023

VANESSA RENATA DE ALMEIDA

**A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL:** uma análise preliminar dos  
rebatimentos do avanço do neofascismo nas plataformas on-line para a agenda  
política feminista e LGBTQIAPN+

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Banca Examinadora do Programa de  
Estudos Pós-Graduados em Serviço Social  
como exigência parcial para obtenção do  
título de Mestra em Serviço Social, sob  
orientação da Professora Dra. Maria  
Beatriz Costa Abramides.

SÃO PAULO

2023

VANESSA RENATA DE ALMEIDA

**A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL:** uma análise preliminar dos  
rebatimentos do avanço do neofascismo nas plataformas on-line para a agenda  
política feminista e LGBTQIAPN+

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Banca Examinadora do Programa de  
Estudos Pós-Graduados em Serviço Social  
como exigência parcial para obtenção do  
título de Mestra em Serviço Social, sob  
orientação da Professora Dra. Maria  
Beatriz Costa Abramides.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvana Marinho (UERJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carola Carbajal Arregui (PUC- SP)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Beatriz Costa Abramides (PUC-SP)

São Paulo

2023

Para Gael.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 – processo número 88887.630593/2021-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – process number 88887.630593/2021-00.

## AGRADECIMENTOS

Gael, não poderia deixar de agradecer a sua existência. Gestar você e uma pesquisa ao mesmo tempo não foi fácil, muito menos maternar nos primeiros dias de sua vida pressionada com a data limite da entrega desta dissertação. Quantas vezes chorei enquanto escrevia por não poder ficar perto de você todo o tempo possível e aproveitar cada momento único ao seu lado em toda a sua plenitude. Mas a esperança de contribuir, ainda que de forma ínfima, para a construção de um mundo onde você possa crescer livremente me deu forças para continuar.

Minha querida mãe Cleusa e meu querido pai Renato, obrigada por propiciarem que eu chegasse até aqui e por vibrarem comigo diante de mais uma oportunidade de ingressar na universidade, oportunidade que, infelizmente, vocês nunca tiveram nesse país tão desigual.

Meu querido companheiro Jhonatas, obrigada por me apoiar durante todo esse percurso, oferecendo afago nos momentos mais difíceis. E foram tantos.

Agradeço as queridas avós Anisia e Leonilda e a minha querida tia Clarice (*in memoriam*), mulheres fortes, por me inspirarem todos os dias mesmo não estando mais presentes.

Agradeço a querida amiga Gabrielle pelas vibrações sempre afetuosas e positivas e por me oferecer alento e sabedoria em cada contato que tivemos desde que iniciei este curso.

Agradeço, de maneira especial, a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Beatriz Costa Abramides pelas suas contribuições neste trabalho. Sua paciência e generosidade durante todo o processo foram inestimáveis, assim como o apoio para seguir adiante no mestrado após saber que eu estava grávida. Ser orientada por uma mulher tão brilhante foi um sonho que se tornou realidade. Lembro-me de quando lia os seus escritos ainda na graduação e jamais imaginava que ser sua orientanda um dia fosse possível.

Agradeço ainda todos/as os/as professores/as do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP e colegas das disciplinas e núcleos dos quais eu tive o privilégio de participar, bem como a Prof.<sup>a</sup> Dra. Carola Carbajal Arregui da PUC-SP e o Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida da UFRJ que

participaram da Banca de Qualificação pelas riquíssimas contribuições que forneceram a este trabalho.

E por fim, agradeço as monitoras sociais Brenda, Luana e Sabrina, a psicóloga Amanda e as assistentes sociais Celina, Danúbia e Silvana por concordarem com a minha ausência do trabalho para que eu pudesse frequentar as aulas, mesmo ficando sobrecarregadas, por sempre me apoiarem e pelo aprendizado que a convivência com cada uma me proporcionou. E à CAPES pelo financiamento dessa pesquisa.

Pra que amanhã não seja só um ontem com um novo nome.

**(Emicida, 2019. AmarElo)**

## RESUMO

Este estudo se propôs a investigar os conteúdos sobre gênero e sexualidades produzidos nas plataformas on-line por Jair Bolsonaro nas Eleições Presidenciais 2018, identificando traços do neofascismo em suas narrativas, bem como a compreender se o seu posicionamento na internet orientou o direcionamento das políticas públicas voltadas às mulheres e à população LGBTQIAPN+ durante o seu governo no Brasil. Para isso realizamos um estudo bibliográfico e documental de cunho qualitativo, selecionando as dez postagens da sua página pública no Facebook com mais repercussão durante o período obrigatório da campanha eleitoral do referido pleito presidencial, por meio da utilização do Netvizz, um software desenvolvido especificamente para a extração de dados do Facebook. Entre os resultados, chama atenção a importância que o fundamentalismo religioso assume na visão de mundo de Bolsonaro, o uso estratégico de compreensões de gênero e sexualidades – a partir do acionamento de pânico morais – para se eleger e a importância que as plataformas on-line assumiram no âmbito político nos últimos anos. Também foram encontrados elementos que apontam para um retrocesso sem precedentes no governo Bolsonaro no que tange às políticas sexuais e de gênero. Processo que, por sua vez, está inscrito em um quadro mais amplo do avanço do neofascismo em todo o globo em um contexto de decadência do capitalismo.

**Palavras-chave:** Neofascismo, plataformas on-line, religiosidade, gênero, sexualidades, eleições presidenciais 2018.

## **ABSTRACT**

The present study has the objective to study the gender and sexuality content posted by Jair Bolsonaro on online platforms during the presidential election in 2018, identifying neofascism traits in his speech, and understand if his position on the subject guided the public policies aimed at the LGBTQIAPN+ community during his government in Brazil. To this end, we carried out a qualitative documentary and bibliographic research, selecting the ten posts with the most impact on Jair Bolsonaro's Facebook page during his Presidential campaign. Netvizz software was used to extract the Jair Bolsonaro posts and related data from Facebook. Among the results, caught our attention the importance of religious fundamentalism in Bolsonaro's worldview, the strategic use of gender and sexuality comprehension - through the triggering of moral panics - to promote his election, and the importance of social media in the political field in the last years. We also found elements that point to an unprecedented regression in the policies related to gender and sexuality during Jair Bolsonaro's government. This process is part of a broader picture of the neofascism advance across the world in the context of the decline of capitalism.

**Keywords:** Neofascism, online platforms, religiosity, gender, sexualities, 2018 presidential elections.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Valores disponíveis e não gastos por Bolsonaro em políticas para mulheres ..... 79

**Figura 2:** Repercussão (número de comentários, compartilhamentos, curtidas e outras reações dos usuários) das publicações dos candidatos Jair Bolsonaro, Fernando Haddad e Ciro Gomes em suas páginas públicas do Facebook entre 31/08/2018 e 27/10/2018. .... 99

**Figura 3:** Quantidade de curtidas e outras reações (“Amei”, “Haha”, “Uau”, “Triste” e “Grr”) dos/as usuários/as do Facebook nas publicações realizadas pelos candidatos Jair Bolsonaro, Fernando Haddad e Ciro Gomes em suas páginas públicas do Facebook entre 31/08/2018 e 27/10/2018. .... 100

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1:** Histórico das bancadas informais desde 1991. \* Eram contados juntos (empresários rurais e urbanos) nos períodos 1991-1995/ 1995-1999; \*\* Não foram informados os dados do Senado; e \*\*\* Onde não há informações é porque não há histórico.  
..... 62

**Tabela 2:** Publicações realizadas pelo candidato Jair Bolsonaro em sua página pública do Facebook entre 31/08/2018 e 27/10/2018 que utilizaram recurso audiovisual classificadas de acordo com o maior número de reações..... 101

**Tabela 3:** Links do conteúdo audiovisual analisado disponível na internet para consultas do material na íntegra..... 140

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AGU</b>	Advocacia Geral da União
<b>AIDS</b>	Acquired Immunodeficiency Syndrome
<b>ANAJURE</b>	Associação Nacional de Juristas Evangélicos
<b>ANCINE</b>	Agência Nacional do Cinema
<b>APIs</b>	Application Programming Interface
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CFP</b>	Conselho Federal de Psicologia
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CNCD LGBT</b>	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
<b>CNDM</b>	Conselho Nacional de Direitos das Mulheres
<b>CNPM</b>	Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres
<b>DIAP</b>	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
<b>DEM</b>	Democratas
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
<b>DMI</b>	Digital Methods Initiative
<b>GLTB</b>	Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IST</b>	Infecções Sexualmente Transmissíveis
<b>IURD</b>	Igreja Universal do Reino de Deus
<b>LGBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
<b>LGBTQIAPN+</b>	Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Agênero, ou Arromânticos, Pansexuais e Polisssexuais, Não-binárias entre outras identidades e orientações sexuais não citadas na sigla e gêneros fluidos
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MMFDH</b>	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

<b>MPL</b>	Movimento Passe Livre
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>ONGs</b>	Organizações não governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PC do B</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PEN</b>	Partido Ecológico Nacional
<b>PL</b>	Partido Liberal
<b>PL</b>	Projeto de Lei
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PP</b>	Partido Progressista
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PSC</b>	Partido Social Cristão
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>PSL</b>	Partido Social Liberal
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PRB</b>	Partido Republicano Brasileiro
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PUC</b>	Pontifícia Universidade Católica
<b>SARS-CoV-2</b>	Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2
<b>SPM</b>	Secretaria de Políticas para Mulheres
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>TCAT</b>	Twitter Capture and Analysis Toolset
<b>TSE</b>	Tribunal Superior Eleitoral
<b>TV</b>	Televisão
<b>UFABC</b>	Universidade Federal do ABC
<b>UNIFESP</b>	Universidade Federal de São Paulo
<b>UNILAB</b>	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
1.1. A trajetória da pesquisadora	15
1.2. A trajetória da pesquisa	18
<b>CAPÍTULO 1: ENTRELACANDO GÊNERO E RELIGIOSIDADE</b>	<b>23</b>
1.1. Gênero como categoria de análise	23
1.2. A religiosidade operando na (des)construção do gênero e sexualidades	31
<b>CAPÍTULO 2: A AGENDA POLÍTICA FEMINISTA E LGBTQIAPN+ NA MIRA DA HOSTILIDADE NEOFASCISTA</b>	<b>36</b>
2.1. Por que neofascismo?	36
2.2. Um marco histórico: as manifestações de junho de 2013	43
2.3. Breve retrospectiva da relação entre política e religiosidade em relação a gênero e sexualidades no Brasil	53
<b>CAPÍTULO 3: AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES E POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO GOVERNO BOLSONARO</b>	<b>67</b>
3.1. Breve retrospectiva das políticas atinentes à igualdade de gênero e diversidade sexual no Brasil	67
3.2. Os retrocessos da “nova era” inaugurada pelo governo Bolsonaro no Brasil	77
<b>CAPÍTULO 4: A GUERRA CONTRA O GÊNERO NAS PLATAFORMAS ON-LINE: DESAFIOS A DEMOCRACIA</b>	<b>92</b>
4.1. Percurso metodológico	92
4.2. Plataformas on-line	104
4.3. Fundamentalismo religioso	109
4.4. Compreensões sobre gênero e sexualidades	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>134</b>
<b>ANEXO A</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

E a sensação nunca mais me deixou, de que meu corpo carrega em si todas as chagas do mundo.

Frida Khalo

### 1.1. A trajetória da pesquisadora

Refletindo sobre o início do meu envolvimento com as minhas perguntas de pesquisa - ou de existência mesmo, as fronteiras aqui são muito borradas - penso na atividade que eu mais gostava de fazer antes mesmo de saber escrever: desenhar.

Assim que os meus rabiscos começaram a tomar forma, tinham forma do que entendemos serem meninas e mulheres. Penso ser curioso, nesse sentido, que o meu interesse pela vida das meninas e mulheres (e nesse sentido, pela vivência da minha própria vida generificada) me acompanha desde a infância através dos desenhos.

Ao mesmo tempo, minha incessante vontade de estudar desde criança vem dos esforços da minha mãe que, por sinal, aprendeu a dar valor à educação com a minha avó. Esse incentivo para estudar passou de uma geração de mulheres para outra na minha família quase como um presente intergeracional.

De certa idade em diante também sempre tive uma sensação de que algo estava errado. Um incômodo. Essa sensação se complexificou ainda mais na adolescência, período que para além do incômodo passei a sentir medo. Várias situações traumáticas envolvendo o interesse masculino me fizeram sentir medo. O medo marcou o meu corpo e a minha forma de ser e estar no mundo em vários sentidos (AHMED, 2022), fazendo com que eu desejasse ser invisível em vários momentos. Esse não deveria ser o superpoder mais desejado por uma menina de 13 anos.

Nesse mesmo período me aproximei da igreja católica. Ao mesmo tempo em que me identificava neste lugar, algo parecia estranho. Também nessa fase me apaixonei pela primeira vez. E por uma amiga. Lembro-me da sensação de não pertencimento, como se não fosse desse planeta.

Anos mais tarde, entrar no curso de graduação em Serviço Social foi um divisor de águas na minha vida. Primeiro porque fui a primeira da minha família a ingressar na universidade e segundo porque a sensação foi de ter passado por um

terremoto. O chão onde eu pisava literalmente desabou. Mas o sentimento não era de perda, ao contrário, é como se eu descobrisse um mundo novo. Claro que o mundo era aquele mesmo onde eu já vivia há 18 anos, mas é como se eu nunca o tivesse enxergado tão claramente.

Lembro-me da sensação de me reconhecer pela primeira vez enquanto parte da classe-que-vive-do-trabalho<sup>1</sup>, lendo escritos de Marx e Engels. Passei a enxergar tudo o que aparentemente fazia parte de uma ordem natural das coisas como socialmente construído ao longo da história e, portanto, passível de questionamento, de mudança. Isso me deu esperança. Uma esperança que nunca encontrei na religiosidade. Agora as expressões da Questão Social que a essa altura já me incomodavam bastante poderiam ser enfrentadas, afinal se a gente construiu também podemos desconstruir o que existe e construir um mundo bem melhor. Um mundo em que todos/as/es se realizem. Quanta euforia!

A graduação também me permitiu compreender que todas aquelas experiências dolorosas de assédio pelas quais passei no início da juventude e que moldaram a forma como eu interagia com o mundo não eram culpa minha. Ter a oportunidade de aprender com as Professoras Dras. Cristiane Gonçalves da Silva e Renata Cristina Gonçalves dos Santos na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - Baixada Santista, local onde cursei minha graduação, nesse sentido, marcou sem precedentes a minha trajetória acadêmica e de vida.

Foi no núcleo de estudos organizado por essas duas professoras e nos projetos de extensão coordenados pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristiane Gonçalves da Silva que tive oportunidade de refletir sobre gênero e sexualidades, discussão que não aparecia em profundidade nas disciplinas obrigatórias da minha graduação e se aparecia era colocada como secundária às discussões de classe.

Mais uma vez a sensação foi de passar por um terremoto. Como assim ser mulher é uma construção social? O que é ser mulher? O que é ser homem? Por que as possibilidades de ser repousam apenas sobre essas duas possibilidades? E a primeira vez que ouvi o termo “heteronormatividade”: como nunca fui capaz de pensar nisso antes? E por que esses questionamentos mobilizam respostas tão

---

<sup>1</sup> Termo cunhado por Antunes (2002).

violentas dentro da sociedade? Foi quando um outro mundo de possibilidades de ser e estar no mundo se abriu!

Dentro da discussão de gênero e sexualidades sempre me interessei particularmente pela temática da religiosidade. A minha passagem pela igreja católica me fez perceber o quanto a religiosidade contribui para regulação das relações de gênero e sexualidade e o quanto engessa essa discussão ao colocá-la no domínio da natureza e da vontade de deus. Instâncias que aparentemente não podemos controlar.

Assim que saí da graduação, a minha inserção nos espaços sócio-ocupacionais como assistente social continuaram alimentando a minha sede por conhecimento. Lidar todos os dias com a complexidade da realidade e com a riqueza dos saberes de cada pessoa que eu atendia me fez perceber nuances do movimento da realidade com as quais eu não havia me deparado dentro da universidade e o privilégio de poder aprender também daquele lugar.

Também percebi que no plano do real, o fracionamento da realidade em “aspectos” quase sempre não é útil para responder as demandas das pessoas. Os chamados “aspectos” de uma dada realidade estão imbricados e atuam ao mesmo tempo e de forma combinada na vida de uma pessoa: uma mulher negra lésbica que pertence a classe-que-vive-do-trabalho, por exemplo, tem a sua existência marcada pelo seu gênero, pela sua sexualidade, pela sua cor e pelo fato de precisar vender a sua força de trabalho para sobreviver. Se tentarmos dividir o indivisível em afirmações de que a luta de classes é mais importante que o movimento antirracista ou feminista ou vice e versa provavelmente ignoraremos a perversidade da combinação das opressões e exploração no capitalismo.

Bem como, passei a valorizar o saber de quem nunca teve o privilégio de acessar a academia, mas que resiste todos os dias às opressões: mulheres cis, mulheres trans, travestis, homens cis, homens trans, não-binários, gays, lésbicas, negros/as/es, branco/as/es, indígenas, pessoas com deficiência, jovens, adultos/as/es, idosas/os/es etc. Pessoas, em sua maioria, com pouco anos de estudos ou não alfabetizadas, mas que seguramente sabem tanto quanto acadêmicos/as/es renomados/as/es a respeito da realidade.

Ainda assim, sentia que o cotidiano me embrutecia ao me obrigar a dar respostas rápidas a uma realidade complexa sem ter a oportunidade de reflexão.

Assim, passei a enxergar o quanto o nosso trabalho pode reforçar as opressões de raça/etnia, gênero e classe quando executado nessas condições e me inscrever no processo seletivo do mestrado fez parte de um movimento de não ceder a esse embrutecimento que nos ronda tão facilmente no exercício do trabalho profissional.

O interesse em estudar o avanço da extrema direita no Brasil emergiu justamente no cotidiano de trabalho: de repente me percebi cercada por colegas de trabalho e usuários/as/es que apoiavam Jair Bolsonaro. A ascensão dessa figura no cenário político e a quantidade de sujeitos/as/es que ele conseguiu mobilizar a partir de discursos de ódio nas plataformas on-line (grande parte deles, contra mulheres e LGBTQIAPN+<sup>2</sup>) também me parecia um contrassenso depois de tantos avanços no campo dos direitos. Situação que me fez questionar:

Quais compreensões sobre as relações de gênero e das sexualidades Jair Bolsonaro vem disseminando em suas postagens on-line? Quais elementos do neofascismo contemporâneo podemos encontrar na propagação desse conteúdo? Como essas compreensões impactaram o campo das políticas sexuais e de gênero durante o seu governo? Essas são as perguntas que suscitam o desenvolvimento do presente trabalho. Perguntas que, por sua vez, se relacionam diretamente com a minha experiência de ser e estar no mundo, considerando que nenhuma pesquisa é neutra (MINAYO, 2019).

## **1.2. A trajetória da pesquisa**

Os estudos de gênero, adotados como referência para o presente trabalho, configuram-se em um campo de pesquisa que historicamente vem sendo marcado pela crítica ao determinismo biológico que associa a condição de “ser homem” ou “ser mulher” às distinções sexuais restritas ao sexo biológico. Desse modo, a noção

---

<sup>2</sup> Adotamos a sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Trangêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Agênero, ou Arromânticos, Pansexuais e Polisssexuais, Não-bináries entre outras identidades e orientações sexuais não citadas na sigla e gêneros fluidos) para referir-se de forma abrangente à pluralidade de orientações sexuais e expressões de gênero que transpassam as balizas da cisgeneridade e heteronormatividade. De acordo com Carvalho e Barreto (2021: 4060), “cabe ressaltar que esta sigla possui historicidade própria e é resultado dos debates ocorridos pelo próprio movimento, sendo sua forma atual um lugar de disputa tanto na militância como na academia, dividindo a opinião de pesquisadores, autores e militantes/ativistas”.

de “gênero” se distingue de “sexo” por compreender que as significações e designações atribuídas aos corpos em sua pluralidade são produtos históricos e culturais, ou seja, construções sociais que nos impulsionam a performar comportamentos percebidos como “femininos” e “masculinos” os quais, na trama das relações sociais, se traduzem em poder diferenciado para homens e mulheres.

É nesse sentido que Scott (1989, p. 86) afirma que compreender a categoria “[...] gênero como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre sexos, é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Ou seja, investigar a produção social das desigualdades baseadas no gênero, nos remete em última instância ao exercício de apreender a lógica de distribuição das relações de poder, considerando que o gênero se constitui num dos âmbitos de articulação de poder que estrutura a organização da vida social.

Por exigir a desnaturalização das desigualdades supostamente atreladas ao sexo biológico, a reflexão sobre o diferenciado processo de socialização de homens e mulheres que se materializa em assimetrias no exercício do poder, bem como se o que se convencionou chamar de “sexo” pertence de antemão ao campo da natureza, se as possibilidades de ser e estar no mundo se resumem ao binarismo de “ser homem” ou “ser mulher” e se do emprego do gênero enquanto categoria analítica derivam de antemão as relações que operam no racismo e na opressão sexual de lésbicas, gays, travestis, transexuais e transgêneros, queer, intersexo, assexuais, agênero, ou aromânticos, pansexuais e polisssexuais, não-binária entre outras identidades e orientações sexuais e gêneros fluidos (LGBTQIAPN+), considera-se importante recorrer à utilização deste aporte teórico-metodológico.

Consideramos ainda que religiosidade é um aspecto importante para compreender a realidade social, de forma geral e que possui uma especial importância dentre os múltiplos determinantes que condicionam as relações de gênero e as sexualidades. Rosado-Nunes (2005) assinala a pertinência da religiosidade como instância reguladora das relações sexuais e de gênero, enfatizando que o universo religioso abriga, explícita ou implicitamente, ideias que circunscrevem os papéis considerados “masculinos” e “femininos”, uma vez que o “[...] fundamento dessa visão encontra-se em uma ordem não humana, não histórica, e, portanto, imutável e indiscutível” (*ibidem*, p. 363). Em outros termos, nessa linha de raciocínio, as narrativas de caráter religioso sobre as diferenciações entre os

gêneros partem da premissa de que entidade/s superior/es à existência humana definiu/definiram as balizas desta distinção.

Apenas 7,4% da população brasileira declara-se sem religião (Dados do Censo 2010), demonstrando que a adesão religiosa está presente em parte significativa da população. É importante destacar que mesmo entre os que se dizem sem religião é possível encontrar algum traço de religiosidade, entendida como “[...] algum tipo de atitude referencial específica, voltada para ‘outro mundo’ ou ‘outra dimensão’ [...]” (MACHADO, 2006, p. 54) que não pertence à dimensão humana e/ou terrena e que no Brasil se observa expressiva influência dos setores tradicionalistas no Estado (*ibidem*) apoiada em valores de seus respectivos códigos morais religiosos.

Jardim Pinto (2017) aponta para a emergência de um deslocamento discursivo em uma direção conservadora, no período de 2013 a 2015, nas movimentações do cenário político brasileiro, destacando as manifestações a favor do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e o advento das plataformas on-line como elemento novo de organização. Quadro que fatalmente repercutiu nas discussões relacionadas à agenda política feminista e da população LGBTQIAPN+ que circularam na internet nas Eleições 2018 – as quais, vale lembrar, já estavam na mira de lideranças cristãs e seus/suas apoiadores/as, sobretudo evangélicas, nas últimas décadas (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012).

Acredita-se neste trabalho que, durante o período de campanha eleitoral das Eleições Presidenciais em 2018, os conteúdos sobre gênero e sexualidades produzidos pelo candidato Jair Bolsonaro nas plataformas on-line – narrativas por vezes associadas a uma cosmovisão religiosa dentro de uma perspectiva conservadora e que adquiriram acentuado destaque nas eleições – podem ter sido utilizados estrategicamente, tendo em vista o caldo cultural conservador que marcava o país após o golpe político-jurídico-midiático contra a presidenta Dilma Rousseff.

Mazzeo (2021) aponta a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência a partir de um quadro internacional de ascensão do neofascismo enquanto expressão ideológica do neoliberalismo em um contexto de decadência do capitalismo a partir da década de 1980, período no qual a crise do capital torna-se sistêmico-estrutural, de modo que para aumentar a extração de mais-valor torna-se cada vez mais

necessário estreitar as conquistas sociais dos/as trabalhadores/as diante do aumento tendencial da queda da taxa de lucro.

É nessa linha de reflexão, que consideramos importante nesta pesquisa compreender quais conteúdos relativos à temática de gênero e sexualidades foram produzidos pelo candidato à presidência mais votado nas Eleições 2018, bem como identificar quais elementos do neofascismo contemporâneo podemos encontrar na sua narrativa, privilegiando a análise de suas postagens nas plataformas on-line. Espaço que se mostrou de extrema relevância para a mobilização das manifestações que ocorreram no Brasil a partir de junho de 2013, chamando “[...] atenção para o poder das novas tecnologias de informação e comunicação como ferramenta de participação política e expressão de indignação e esperança [...]” (PENTEADO; LERNER, 2018, p.13), e para a articulação política de grupos conservadores (*ibidem*).

Desenvolveu-se um estudo bibliográfico e documental de cunho qualitativo. A coleta de material para análise foi realizada por meio do acesso à página pública de Jair Bolsonaro no Facebook quando ainda era candidato nas Eleições Presidenciais 2018 e da utilização da ferramenta Netvizz. Para a análise qualitativa, selecionamos as dez postagens que utilizaram vídeos com mais reações no perfil do então candidato Bolsonaro, entre 31/08/2018 e 27/10/2018, e transcrevemos todos os trechos do material selecionado que de algum modo fizeram referência ou tangenciaram discussões acerca da questão de gênero e sexualidades. Os dados transcritos foram submetidos à técnica de análise temática de conteúdo (MINAYO, 2004) e o corpus da pesquisa foi analisado à luz da literatura revisada nos capítulos 1, 2 e 3.

Ao contrário da retórica “cortina de fumaça”, interpretação que circulava nas Eleições de 2018 na qual a guerra ao gênero figurava apenas como uma estratégia de campanha de Jair Bolsonaro para desviar o foco de assuntos considerados “mais importantes”, também pretendemos compreender como as narrativas empreendidas pelo candidato nos assuntos atinentes a temática de gênero e sexualidades no espaço digital se materializaram em políticas públicas durante os quatro anos do seu governo e se mostraram centrais não só para feministas e integrantes do movimento LGBTQIAPN+, mas para todos/as que defendem a democracia.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No Capítulo 1 “Entrelaçando gênero e religiosidade”, nos propomos a resgatar o conceito de gênero e a contextualizar a religiosidade enquanto um domínio importante no que diz respeito à construção dos gêneros e regulação das sexualidades.

No Capítulo 2 “A agenda política feminista e LGBTQIAPN+ na mira da hostilidade neofascista” pretende-se compreender como se configura a ascensão do neofascismo no Brasil, assinalando os principais acontecimentos no âmbito político e social nessa direção. Entre estes, enfocaremos a importância dos acontecimentos de junho de 2013 e a proximidade entre as esferas política e religiosa, nessa última década, onde chama atenção a ênfase dada por líderes religiosos para questões de gênero e das sexualidades. Neste capítulo refletiremos ainda acerca do fenômeno das novas tecnologias de comunicação e informação para entender de que modo as plataformas on-line vem interpelando os dois processos descritos anteriormente.

No Capítulo 3 “As políticas públicas voltadas às mulheres e população LGBTQIAPN+ no governo Bolsonaro” retomaremos de forma breve os avanços dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+ em termos de políticas públicas, bem como os retrocessos dos quatro anos do governo Bolsonaro que transformaram o nosso país em uma espécie de “vitrine” da agenda antigênero em âmbito mundial (REZENDE, 2022).

E por fim, no Capítulo 4 “A guerra contra o gênero nas plataformas on-line: desafios à democracia”, será apresentada a metodologia e os resultados da pesquisa documental de cunho qualitativo realizada com os conteúdos publicados por Jair Bolsonaro em sua página pública no Facebook durante o período de campanha eleitoral, onde problematizaremos, à luz da fase de estudo bibliográfico e documental, a utilização das plataformas on-line na disputa eleitoral, o fundamentalismo religioso no exercício político e os significados atribuídos às relações de gênero e às sexualidades pelo candidato à presidência mais votado nas Eleições Presidenciais 2018.

## CAPÍTULO 1: ENTRELAÇANDO GÊNERO E RELIGIOSIDADE

A realidade pode ser mudada só porque e só na medida que nós mesmos a produzimos, e na medida que sabemos que é produzida por nós.

Karel Kosic

Ao projetar caminhos possíveis para investigar os discursos sobre gênero e sexualidades produzidos nas plataformas on-line pelo ex-presidente Jair Bolsonaro nos deparamos com a necessidade de responder questões anteriores a essa: O que compreendermos por “gênero”? O que definimos por “sexualidade(s)”? E o que se entende por religiosidade? Como essas três dimensões da vida social se inter cruzam? Nesse sentido, buscaremos neste primeiro capítulo resgatar conceito de gênero, recorrendo aos aportes teóricos que esquadriham seus limites e possibilidades, explorar o domínio da sexualidade e apontar a relevância que a religiosidade, enquanto instância importante na vida dos sujeitos, possui na demarcação das fronteiras de gênero e na vivência das sexualidades.

### 1.1. Gênero como categoria de análise

Num contraponto à interpretação de que as distintas posições que homens e mulheres ocupam na hierarquia social estariam relacionadas às diferenças sexuais – concepção ainda amplamente difundida pelo senso comum<sup>3</sup> – foi (e vem sendo) construída uma forma de compreensão que historicamente rompe com a percepção de que as diferenças anatômicas explicariam demais diferenciações sociais realizadas em torno do sexo biológico: os chamados estudos de gênero. De acordo com essa abordagem tais diferenciações seriam engendradas no limiar de processos históricos e culturais que atribuem intermináveis sentidos e significados às características físicas.

---

<sup>3</sup> O senso comum é aqui entendido como “[...] um conjunto de crenças, valores, saberes e atitudes que julgamos naturais porque, transmitidos de geração a geração, sem questionamentos, nos dizem como são e o que valem as coisas e os seres humanos, como devemos avaliá-los e julgá-los [...]” (CHAUI, 1996/1997, p.116).

Scott, historiadora estadunidense reconhecida no campo dos estudos de gênero, no seu artigo intitulado “Gender: a useful category of historical analyses”<sup>4</sup>, publicado inicialmente em 1986, que se tornou uma referência para estudar a desigualdade de gênero no Brasil, numa incursão à história da incorporação do termo “gênero” ao vocabulário das feministas anglo-saxãs, afirma que as mesmas iniciaram o uso dessa expressão para se referir às relações sociais entre homens e mulheres num movimento de recusa a palavras pautadas em determinismos biológicos tais como “sexo”, ao mesmo tempo em que intencionavam reafirmar o caráter histórico e cultural das designações atribuídas ao sexo biológico.

A utilização do termo “gênero” também intencionava enfatizar, segundo Scott, o caráter relacional que envolve as relações entre homens e mulheres, se opondo a abordagens que se centravam nas mulheres de uma maneira muito restrita. Nesse sentido, as feministas que compartilhavam dessa compreensão chamavam atenção para o fato de que era necessário se “[...] interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses” (DAVIS apud SCOTT, 1989, p. 3). Em outras palavras, tal concepção compreendia que os significados atribuídos ao “ser homem” e “ser mulher” constituíam-se de maneira interligada na trama das relações sociais e, nesse sentido, “[...] nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1989, p. 3).

Dentre as justificativas que fundamentaram a utilização do termo “gênero” pelas feministas, Scott (1989) pontua que a mais importante afirma que a pesquisa sobre mulheres “[...] transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina [...] como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente” (*idem*). Trata-se da interpretação que qualifica a utilização do gênero enquanto categoria de análise, o que significa considerá-lo enquanto um dos eixos de poder que estrutura a vida em sociedade:

---

<sup>4</sup> Em português, lê-se “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.

“Aprendemos”, escreviam três historiadoras feministas, “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante [...] Não é exagerado dizer que, por mais hesitante que sejam os passos iniciais, esta metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história” (*idem*).

Em sua definição de gênero, Scott (1989) apresenta duas proposições centrais, as quais, segundo a autora, estariam interconectadas: a primeira afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (*ibidem*, p. 21) e a segunda faz referência ao gênero enquanto “uma forma primeira de significar as relações de poder” (*idem*).

Saffioti (1992) sublinha que a primeira afirmativa do núcleo da definição de gênero proposta por Scott, ainda que aparentemente resgate a relevância atribuída às diferenças anatômicas, destaca fundamentalmente as relações sociais quando põe ênfase sobre o termo “percebidas” e não sobre as “diferenças entre os sexos” propriamente ditas, sobressaindo em sua análise que “[...] o anatômico só existe enquanto percepção socialmente modelada” (*ibidem*, p.197).

Prosseguindo em sua análise, Saffioti (1992) também reafirma a assertividade de Scott na proposição de que as relações de poder exprimem-se primordialmente através das relações de gênero em ao menos dois sentidos: um diz respeito ao fato da hierarquia de gênero ter antecedido a emergência de sociedades assentadas na apropriação privada dos meios de produção e o segundo se refere à propriedade transversal do gênero que o permite atravessar a totalidade das relações sociais (incluindo as raciais/étnicas e de classe social, por exemplo).

O poder parecia ser mais do que uma permuta entre sujeitos ou uma relação de inversão constante entre um sujeito e um Outro; na verdade, o poder parecia operar na própria produção dessa estrutura binária em que se pensa o conceito de gênero. Perguntei-me então: que configuração de poder constrói o sujeito e o Outro, essa relação binária entre “homens” e “mulheres”, e a estabilidade interna desses termos? Que restrição estaria operando aqui? Seriam esses termos não-problemáticos apenas na medida em que se conformam a uma matriz heterossexual para a conceituação do gênero e do desejo? O que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicitando-se como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas (BUTLER, 2003, p. 8)?

O trecho supracitado introduz algumas das críticas que perpassam o livro “Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity”<sup>5</sup>, originalmente publicado em 1990, onde Judith Butler<sup>6</sup> se dedica a “[...] repensar teoricamente a ‘identidade definida’ das mulheres como categoria a ser defendida e emancipada no movimento feminista” (RODRIGUES, 2005, p. 179) problematizando, sobretudo, a premissa de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído (*idem*), noção que como vimos marca a construção do conceito de gênero:

Podemos referir-nos a um “dado” sexo ou um “dado” gênero, sem primeiro investigar como são dados o sexo e/ou gênero e por que meios? E o que é, afinal? o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? [...] Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? [...] Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2003, p. 25).

Indicando que o sexo não é natural, e que da mesma maneira que o gênero, trata-se de uma noção sociocultural produzida discursivamente no decurso de processos históricos, a autora compreende que não há sexo que não seja gênero, isto é, ela afirma que a generificação dos nossos corpos é anterior à nossa existência social e, nesse sentido, rompe com a distinção sexo/gênero. Ao recorrermos às expectativas e projeções em torno do nascimento de uma criança, esta assertiva se torna mais inteligível no exercício do pensamento: da constatação de que uma criança tem um pênis, por exemplo, deriva a ideia de que essa criança será um menino e que, necessariamente, manterá relações afetivo-sexuais com meninas. Butler fez referência a esse processo quando afirma que o discurso popular sobre identidade de gênero exige uma coerência entre sexo biológico, gênero e desejo/prática apoiada numa matriz heterossexual, a qual supostamente revelaria uma verdade interna do “eu” dentro de uma estrutura binária onde as possibilidades de “ser” repousam entre identidades femininas e masculinas, e afirma que o conceito de gênero legitima essa ordem ao inscrever o sexo biológico fora do

---

<sup>5</sup> Em português, lê-se “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”.

<sup>6</sup> Judith Butler é uma importante teórica queer, cuja produção questiona fundamentos da teoria de gênero e nos instiga a pensar sobre como ocorre a produção deste conceito.

campo do social de modo que este seja compreendido como um dado da natureza onde a nossa crítica não pode adentrar:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (*idem*).

Ainda nos marcos teóricos de Butler, para a perspectiva feminista a problemática da lógica baseada na suposta coerência que deve haver entre sexo biológico-gênero-desejo/prática – subtendida na dicotomia binária entre homens e mulheres em parte das teorizações de gênero – reside no fato de que ao “[...] tomar como foco e/ou ponto de partida a ideia (implícita) da existência de identidades de gênero coerentes e estáveis [...]” (PISCITELLI *et al.*, 2004, p. 17) “[...] tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (BUTLER, 2003, p. 26), essencializando as identidades de gênero e impondo uma hierarquia e um sistema de reconhecimento excludente, de modo que corpos de travestis, transsexuais e transgêneros que escapam à lógica binária, por exemplo, sejam considerados abjetos. É nesse caldo que Butler propõem que o gênero é performativo. Assertiva que pode ser equacionada a algo que não se deduz dos corpos, nem que somos a priori, e, sim, numa perspectiva de movimento constante, algo que fazemos<sup>7</sup>:

Uma coisa é dizer que o gênero é performado, e isso é um pouco diferente de dizer que o gênero é performativo. Quando nós dizemos que o gênero é performado, nós normalmente queremos dizer que nós tomamos um papel, nós estamos agindo de uma determinada forma. E que essa ação, ou essa interpretação é crucial para o gênero que nós apresentamos ao mundo. Dizer que o gênero é performativo é um pouco diferente, porque algo ser performativo significa que esse algo produz uma série de efeitos. Nós agimos e andamos e falamos de formas que consolidam uma impressão de “ser” homem ou “ser” mulher [...] Nós agimos como se este “ser” um homem ou este “ser” uma mulher fosse na verdade uma realidade interna, ou algo

---

<sup>7</sup> Reflexões propiciadas durante participação como ouvinte no módulo eletivo “Discursos contemporâneos sobre a sexualidade: saberes, moralidades e direitos” do curso de Psicologia da UNIFESP - Baixada Santista no 1º semestre de 2015, ministrado pela Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Cristiane Gonçalves da Silva.

que simplesmente é uma verdade sobre nós, um fato sobre nós. Na verdade, trata-se de um fenômeno que tem sido produzido todo o tempo. Então, dizer que o gênero é performativo é dizer que ninguém pertence a um gênero desde sempre [bem como reconhecer que os corpos, em sua pluralidade, são o tempo todo submetidos à uma normativa que tenta imputá-los um sexo legível de acordo com o binarismo genérico].<sup>8</sup>

Gomes (2018) se pergunta o que significa utilizar o gênero como categoria de análise quando interpretações como a decolonialidade<sup>9</sup>, bem como a crítica das feministas negras, do transfeminismo e dos estudos queer<sup>10</sup>, demonstraram que o gênero pode ser uma forma de colonialidade. Ela sustenta que o gênero só é uma categoria de análise capaz de desordenar o que é “ser homem” e o que é “ser mulher” quando é percebido como uma categoria produzida juntamente com a raça.

A autora afirma que apesar do uso da categoria gênero demarcar historicamente a rejeição do determinismo biológico inscrito na categoria sexo, intencionando destacar o caráter social e construído do gênero para problematizar a

---

<sup>8</sup> É importante ressaltar que o trecho supracitado se trata de uma transcrição da fala de Judith Butler em um vídeo produzido para o site Big Think e posteriormente disponibilizado no Youtube pelo Canal Coletivo Safira em 20 de maio de 2013.

<sup>9</sup> “Performar um estudo decolonial passa por entender, diferente do que se convencionou chamar de pós-colonialismo, que tal forma de realizar estudos está ligada à história da América Latina. Isso significa que, nesse contexto, fala-se em continuidade das relações coloniais de poder – a colonialidade do poder – ‘através das categorias de gênero, raça e classe’ e que não vivemos um momento pós experiência do colonialismo: a colonialidade é e continua a ser presente (Lima Costa, 2014, p. 929) na relação entre os países, entre países e sujeitos e entre os sujeitos, colonialidade que é “de poder, saber, ser, natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas” (Lugones, 2014, p. 940). Não há dúvida de que a perspectiva decolonial – especialmente seu olhar sobre a raça e a criação da raça como produto da colonialidade europeia na América Latina – é fundamental para compreender a binaridade hierarquizada do sistema então criado e que nos organizou dali até hoje” (GOMES, 2018, p. 69).

<sup>10</sup> “*Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001, p. 546).

posição da mulher na sociedade ou mesmo o “ser mulher”, essas intenções ainda não foram suficientes para nos desprender da criação de sujeitos/as universais, sendo necessário submeter o uso do gênero como categoria de análise a uma virada decolonial (*ibidem*). Tampouco conseguiram romper com a dicotomia entre natureza e cultura, conforme as problematizações de Butler (2003), “reforça[ndo] a estrutura binária e linear de formação dos sujeitos [e] incorrendo em uma operação tautológica, uma vez que [...] nos aprisiona na ideia de que o discurso do gênero necessita [...] do dimorfismo sexual” (GOMES, 2018, p. 67). Porque, então utilizá-lo?

Gomes (*idem*) reflete que Scott (1989) “[...] toma o gênero como uma categoria de análise histórica: não uma resposta, mas uma pergunta, um modo de fazer perguntas. Ele é, para autora, ‘fazer perguntas históricas’”. E seguindo o exemplo de Scott, Gomes questiona:

[...] talvez nossa pergunta de início deva ser: mas será que todas fazemos gênero? Não seria o gênero uma categoria moderna e ocidental? É possível utilizá-lo como categoria quando se deseja andar pelas margens de um estudo decolonial? (GOMES, 2018, p. 70).

No exercício de tentar responder às suas próprias perguntas, Gomes (2018) reflete que estudos feministas e de gênero situados fora do discurso moderno-ocidental vem produzindo trabalhos que mostram como povos originários não possuíam uma estrutura hierarquizada de gênero como a que se impôs pela metrópole na colônia, revelando como a cultura desses povos frequentemente possuía e possui uma maior fluidez no que diz respeito às relações de gênero e uma relativa igualdade em uma divisão de tarefas que não se assemelha ao que chamamos de divisão sexual do trabalho<sup>11</sup>. Para ela, esse “é o exemplo do fazer gênero de povos originários da América Latina, em que concepções múltiplas ou duais são substituídas pela imposição binária colonial” (*ibidem*, p. 70).

A autora explica que utilizar exemplos como esses, não significa, no entanto, tomá-los como um ideal a ser retomado ou empreender disputas conceituais sobre o fato de haver ou não uma compreensão de gênero pré-colonial, e sim que tais referências são importantes para destacar que “[...] a colonial/modernidade entrega o

---

<sup>11</sup> “Ainda que nesses, por exemplo, em sua maioria, haja “divisões” dos papéis entre “machos” e “fêmeas”, a partir de alguma evidência biológica, isso não leva à consequência da hierarquia de gênero binário, já que essas divisões ou são duais ou funcionam de modo assimétrico, mas não hierárquico ou “nem sempre se reduzem a estes dois pares” (GOMES, 2018, p.70).

que já havia retirado, como aponta Rita Segato: povos que possuíam outro fazer do gênero tem suas redes de relações que funcionam de modo dual ou múltiplo esgarçadas pela violência colonizadora” (*idem*):

A normatividade rígida de gênero, centrada na reprodução e na domesticidade e feita como ideal civilizatório contra os males de uma relacionalidade “desviante” em termos de gênero e sexualidade, faz parte do arsenal racista da colonialidade e, uma vez imposta como ideal e parâmetro de relações, modifica as conformações de relacionalidade dos colonizados, reforçando estruturas e hierarquias de gênero que tinham outras dinâmicas [...] Além disso, identificar essas outras formas do fazer o gênero nos faz perceber que as tais novas percepções de gênero que o discurso feminista e/ou queer quer entregar não são tão novas (e talvez aprenderíamos mais estudando esses outros fazeres) (*ibidem*, 70-71).

Gomes (2018) salienta, nesse sentido, que uma análise decolonial presume que se pense como raça, classe e gênero “(re)produzem-se reciprocamente nessa construção moderna binária” (*ibidem*, p. 71). E que é por esse motivo que utilizar o gênero como categoria de análise em um trabalho brasileiro e latino-americano precisa se alterar necessariamente para a utilização do gênero como categoria de análise decolonial:

[...] mais do que falar de interseccionalidade de raça, classe e gênero, de analisar como essas categorias de opressão funcionam criando experiências diferentes, trata-se de analisar como essas categorias juntas, trabalhando em redes, são ao mesmo tempo causa e efeito d(n)a criação dos conceitos umas das outras. Isso significa dizer que a forma como compreendemos o gênero depende de como compreendemos a raça e a classe, e o contrário igualmente. Passa por pensar como “categorias de branquitude e negritude, masculinidade e feminilidade, trabalho e classe passaram a existir historicamente desde o início” [...] não para analisar como a raça afeta um grupo específico de mulheres, mas para realizar análises que levem a sério a “colonialidade e o racismo – não mais como fenômeno, mas como episteme intrínseca a modernidade e seus projetos libertadores – e sua relação com a colonialidade de gênero”, abandonando a mulher universal vista sob um sistema único de opressão (*idem*).

Assim, a utilização do gênero enquanto categoria de análise exige necessariamente que se leve a sério o colonialismo e o racismo (GOMES, 2018) e a implosão da oposição binária entre masculino e feminino, rompendo com o pensamento dicotômico sobre os gêneros que inscreve homens e mulheres numa “lógica invariável de dominação-submissão” (BUTLER, 2003). Bem como que se atenha para à pluralidade inscrita nas possibilidades de “ser homem” e “ser mulher” e para a variabilidade das construções de gênero existentes dentro de numa mesma sociedade (LOURO, 1997).

Isto é, o caráter social do conceito de gênero exige que aquelas e aqueles que o empreguem a compreendê-lo a partir dos distintos arranjos sociais e especificidades de conjunturas históricas, intencionando afastar-se de compreensões essencialistas sobre os gêneros, considerando que “a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista *a priori*” (*ibidem*, p. 23).

Interveniente no processo da construção da identidade, pode-se afirmar que o gênero, portanto, transpassa as balizas do mero desempenho de papéis e juntamente com os pertencimentos de raça/etnia, de sexualidade, de classe, dentre outros, opera na constituição dos sujeitos – movimento que não se dá sem ressignificações e resistências. De modo que o sujeito possa “se perceber como se fosse ‘empurrado em diferentes direções’” (*ibidem*, p. 25), distintas instituições e práticas sociais operam na sua “fabricação” (*idem*).

Tais instituições e práticas sociais que, a título de exemplificação, podem ser aludidas à religião, à política ou às tecnologias de comunicação e informação, são igualmente generificadas, racializadas e decorrentes das relações sociais capitalistas ou em outros termos, produzidas no limiar de relações de gênero, raça/etnia e classe, bem como interagem com a operação dos demais marcadores sociais da diferença, como condição de deficiência, geração, orientação sexual, dentre outros (*idem*). Dessa forma, tal como sugere Gomes (2018), devemos nos esforçar para “perceber as produções mútuas e articuladas ao fazermos pesquisas que tomam o gênero como categoria de análise, entendendo que ele sozinho nos trará respostas que contam apenas uma parte da história” (*ibidem*, p. 79).

## **1.2. A religiosidade operando na (des)construção do gênero e sexualidades**

Souza (2004) pontua que os sistemas simbólicos religiosos atuam de maneira importante na constituição das subjetividades dos sujeitos, bem como que a religiosidade continua a ser uma esfera importante no que diz respeito à regulação das sexualidades e à construção do gênero:

Os sistemas religiosos são sistemas de sentido, construindo uma cosmovisão generificada orientadora de seus seguidores e seguidoras. As representações religiosas de gênero, na medida em que produzem e reproduzem lugares diferenciados de poder de acordo com o sexo biológico,

possuem papel ativo na produção da desigualdade de gênero (SOUZA, 2008, p. 24).

Tais considerações adquirem expressividade em um país como Brasil permeado pelo “[...] que se poderia chamar de uma sensibilidade geral ao ‘religioso’” (DUARTE, 2005, p. 143) e os setores tradicionalistas detêm significativa influência no Poder Legislativo e em outros setores do Estado (MACHADO, 2006).

Prosseguindo sua argumentação, Souza afirma que a crise das instituições tradicionais produtoras de sentido – evidenciada pela coexistência de mecanismos plurais de construção das subjetividades que vem destituindo a religião do posto de “centro organizador das relações sociais” (SOUZA, 2002, p. 6), é acompanhada do esforço de determinados grupos em recuperar as tradições perdidas, não se configurando, portanto, em um processo linear que “[...] paulatina e progressivamente excluirá a religião do campo das instituições produtoras de sentido” (*idem*), e acrescenta:

Se essa influência não fosse significativa, por que toda a movimentação feminista em favor da laicização do Estado? O que dizer das recorrentes decisões cotidianas tomadas sob a pressão da confissão religiosa como, por exemplo, manter um casamento cuja história mais frequente é a da violência doméstica?” (*idem*).

Nessa perspectiva, Machado *et al.* (2011) afirmam que no transcorrer das últimas quatro décadas, testemunhamos a propagação de discursos nas sociedades ocidentais, a princípio contraditórios, envolvendo as esferas religiosa, jurídica e política, de modo que, se por um lado se amplia o debate internacional sobre a multiplicidade de manifestações da sexualidade humana e a importância da garantia de direitos para a comunidade LGBTQIAPN+, por outro, como apontado anteriormente, deparamo-nos com o recrudescimento de movimentos confessionais tradicionalistas detentores de características muito específicas, a saber, o uso indiscriminado das tecnologias de comunicação como estratégia de ativismo religioso e a ocupação do âmbito legislativo para implementação de seus sistemas normativos ou para impedir o avanço das proposições de movimentos sociais.

Oliveira (2012) numa alusão às considerações de Berger em torno do processo de secularização nas sociedades ocidentais modernas, que em outras palavras pode ser compreendido como “processo que retira a religião de vários setores da sociedade, diminuindo seu papel na institucionalização das estruturas objetivas e mesmo na formação das consciências individuais” (OLIVEIRA, 2012, p.

16), pondera que este mesmo processo fundamenta a emergência de uma situação de pluralismo na qual a competição por um maior contingente de fiéis substitui a disputa pela conquista de monopólio religioso, instituindo uma espécie de “situação de mercado” (BERGER, 1971, p. 169 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 15), onde tradições religiosas, anteriormente impostas, são convertidas em produtos à venda tal como num mercado, atendendo as demandas das consciências individuais.

Nesse sentido, tal situação de pluralismo, ainda nos marcos da concepção teórica de Berger, seria resultante da crise da credibilidade das religiões – processo instaurado pela secularização – e teria sido inaugurada após a disputa ocorrida na Europa entre católicos/as e protestantes em busca do monopólio religioso, onde a unidade do Catolicismo é cindida e abre-se espaço para a instalação do pluralismo que pôde ser verificado inicialmente nos Estados Unidos. Bem como, induzindo as religiões a operarem na lógica de mercado – o pluralismo religioso – nessa lógica, desembocaria no abandono dos elementos advindos do tradicionalismo religioso, dada a necessidade premente de adaptação do repertório de ritos e crenças que batia nas portas das religiões para atender a diversificada demanda de súplicas das/os fiéis (OLIVEIRA, 2012).

Entretanto, posteriormente, Oliveira (2012) pontua que o próprio Berger, faz uma autocrítica ao seu posicionamento teórico, o qual postula “[...] que a modernização trouxe consigo a secularização, reduzindo significativamente a importância da religião na sociedade e impondo-a uma mudança em seu perfil tradicionalista” (*ibidem*, p. 16), no artigo “A Dessecularização do Mundo: Uma Visão Global”:

O mundo de hoje, com algumas exceções [...] é tão ferozmente religioso quanto antes, e até mais em certos lugares. Isso quer dizer que toda uma literatura escrita por historiadores e cientistas sociais vagamente chamada de “teoria da secularização” está essencialmente equivocada [...] Com certeza, a modernização teve alguns efeitos secularizantes, em alguns lugares mais do que em outros. Mas ela também provocou o surgimento de poderosos movimentos de contrasecularização. Além disso, a secularização a nível societal não está necessariamente vinculada à secularização a nível da consciência individual. Algumas instituições religiosas perderam poder e influência em muitas sociedades, mas crenças e práticas religiosas antigas ou novas permaneceram na vida das pessoas, às vezes assumindo novas formas institucionais e às vezes levando a grandes explosões de fervor religioso. Inversamente, instituições religiosamente identificadas podem desempenhar um papel social ou político mesmo quando muito poucas pessoas confessam ou praticam a religião que essas instituições representam (BERGER, 2000, p. 10).

Desconstruindo o fundamento de sua tese central que atrelava modernização à constituição de uma sociedade secular – sem contudo refutar a constatação do fim do monopólio e o surgimento de uma situação de pluralismo – Berger pontua o fenômeno da dessecularização como um processo contemporâneo da dinâmica religiosa, salvo algumas exceções, germinado nos marcos da recusa às aspirações seculares modernas, assim como tece sua análise afirmando que os movimentos religiosos posicionam-se de maneira singular no que tange à modernidade “podendo ser uma relação de enfrentamento em quase todos os aspectos [...] ou [...] uma relação na qual se absorve muitas das características modernas, de modo a promover uma modernização da religião” (*ibidem*, p. 20) trazendo, à título de exemplificação, os movimentos islâmicos no que diz respeito ao primeiro caso e alguns movimentos protestantes no que se refere ao segundo. Desse modo, o mesmo autor defende que não é possível precisar o futuro dos movimentos religiosos e afirma nos anos 2000 que “não há razão para pensar que o mundo do século XXI será menos religioso” (*ibidem*, p. 18).

Compreensão que ao refletir sobre os processos que incidiram sobre a recente configuração religiosa e refutar a recorrência à secularização como um fato que suprimiria a religiosidade das estruturas institucionais, da trajetória biográfica dos sujeitos e, conseqüentemente, negaria a sua relevância enquanto objeto de estudo, converge com as afirmações de Souza (2004) no sentido de pontuar a importância que os movimentos religiosos detêm na conformação das relações sociais ainda na contemporaneidade, inclusive no que se refere às relações de gênero e sexualidades. Bem como, evidencia fenômeno corrente no Brasil, “[...] onde o projeto hegemônico de modernidade não implicou no afastamento da Igreja Católica da cena pública e onde as fronteiras entre a política e a religião de uma forma mais ampla são bastante porosas” (MACHADO *et al.*, 2011, p. 78).

Atendo-nos novamente a um ponto da argumentação de Berger, inclusive, já exposto neste subcapítulo, que afirma que algumas instituições religiosas teriam perdido poder e influência em muitas sociedades, porém, as práticas religiosas permanecem no cotidiano das pessoas (BERGER, 2000, p. 10), num movimento de encerramento deste item, consideramos importante, antes de quaisquer

apontamentos, recorrer à diferenciação proposta por Duarte no que tange à compreensão das dimensões do fenômeno religioso nas sociedades modernas:

[...] é fundamental para que se possam distinguir [...] as referências à religião enquanto explícita 'denominação religiosa' e a uma cosmologia que funciona substantivamente como uma 'religião' sem se apresentar como tal [...] [indicar] três dimensões estruturantes: (1) 'religião', como identidade ou pertencimento; (2) 'religiosidade', como adesão, experiência ou crença; (3) 'ethos religioso', como disposição ética ou comportamental associada a um universo religioso (DUARTE, 2005, p. 141).

Nesse sentido, ao valer-se das proposições de Berger e Duarte pretende-se evidenciar o intento deste trabalho em compreender a preeminência do fenômeno religioso a partir da "religião viva" (SILVA *et al.* ; 2008, p. 684), isso é, "[...] não em uma perspectiva nominalista linear, mas no sentido amplo de 'visão de mundo' estruturante [...]" (DUARTE, 2005, p. 139) que se presentifica nas trajetórias dos sujeitos em diferentes contornos de "religiosidade" e/ou "ethos religioso", nos termos de Duarte, e por meio de complexas ressignificações de dogmas engendradas no contexto de suas experiências concretas e afirmar, conforme sublinha Natividade (2005), que a experiência religiosa ao lado de outras esferas da vida social esculpe a subjetividade das pessoas, compondo o processo dinâmico de construção de si e oferecendo um arsenal de possibilidades de ser e estar no mundo também de acordo com o contexto sociocultural no qual estes se inserem:

[a] ideia de religião, entendida como um texto cultural que enseja uma grade de leituras de experiências [remete a] [...] sistemas simbólicos que não apenas fornecem sentido à ação social, mas introduzem disposições e motivações, ensejam um modo de ver, aprender, compreender e entender o mundo (NATIVIDADE, 2009, p. 102).

Deste modo, ainda que a religiosidade se constitua numa instância reguladora das relações sexuais e opere de maneira importante nos contornos das identidades de gênero, com a emergência da situação de pluralismo "cada vez menos [...] [ela assume] a força de injunções absolutas e intangíveis" (BOZON, 2004, p. 57) na vida dos sujeitos, bem como torna-se premente o reconhecimento de que "[...] muitos valores e comportamentos oficialmente 'laicos' ou, pelo menos, 'não confessionais' (Duarte, 1983, p. 58 *apud* DUARTE, 2005, p. 139) a abarcam.

## CAPÍTULO 2: A AGENDA POLÍTICA FEMINISTA E LGBTQIAPN+ NA MIRA DA HOSTILIDADE NEOFASCISTA

Quando a gente pensa que sabe todas as respostas, vem a vida e muda todas as perguntas.

Luís Fernando Veríssimo

Neste capítulo pretende-se compreender como se configura a ascensão do neofascismo no Brasil. Nesse sentido, não é possível ignorar a importância dos acontecimentos de junho de 2013, que já se configuram um marco na história recente e uma mudança de paradigma em relação às formas de protesto e formação de lideranças políticas. Também se destaca, nas últimas décadas, a proximidade entre as esferas política e religiosa, e a atenção dada por líderes religiosos para questões de gênero e das sexualidades – elementos importantes para a problemática específica sobre a qual esse trabalho se debruça. Pretendemos ainda refletir acerca do fenômeno das plataformas on-line para entender de que modo o mesmo vem interpelando esses processos.

### 2.1. Por que neofascismo?

No artigo “Neofascismo: Expressão Ideológica da Crise Sistêmico-Estrutural do Tardo-Capitalismo – Reflexões Preliminares”, Mazzeo dedica-se à análise do neofascismo contemporâneo o qual possibilitou a ascensão de Jair Bolsonaro e de outros candidatos reacionários ao redor do mundo ao poder<sup>12</sup>, diferenciando-o do fenômeno fascista circunscrito historicamente que ocorreu na Alemanha, na Itália e no Japão.

Para o autor, o fascismo nas suas versões alemã, italiana e japonesa resulta da dinâmica própria do capital monopolista e de um momento histórico determinado da disputa interimperialista, sendo que qualquer tentativa de empregar esse conceito

---

<sup>12</sup> Segundo Löwy (2020, p. 13) observou-se o ascenso da extrema direita reacionária, autoritária e/ou neofascista nos seguintes exemplos: Trump (USA), Modi (Índia), Urban (Hungria), Erdogan (Turquia), ISIS (o Estado Islâmico), Duterte (Filipinas) e Bolsonaro (Brasil). E em relação a governos próximos desta tendência, mesmo que sem uma definição tão explícita, o autor cita: Rússia (Putin), Israel (Netanyahu), Japão (Shinzo Abe), Áustria, Polônia, Birmânia, Colômbia etc.

fora desse delineamento pode incorrer na perda de rigor na análise do fenômeno fascista. A esse respeito, ele também afirma que o fascismo é resultado de formações sociais onde o processo de constituição capitalista se consuma tardiamente e no qual a objetivação do modo de produção capitalista não ocorre através de uma revolução burguesa clássica como as que se verificaram, à título de exemplificação, na Inglaterra, França e nos Estados Unidos da América, mas sim “pelo alto”, nos termos do autor, sem o apoio das massas trabalhadoras populares e, sobretudo, contra as mesmas<sup>13</sup>:

Em suma, o que deve ser evidenciado como elemento central para o surgimento do fascismo é que ele resulta de um “atraso” histórico do processo do desenvolvimento do capitalismo, através de uma via de objetivação tardia e “pelo alto”, que propicia a emergência de uma burguesia de vezo *transformista e autocrática*, que efetiva a unidade nacional e a processualidade modernizadora-reacionária do capitalismo na perspectiva de uma *contrarrevolução permanente* (MAZZEO, 2021, p. 11, grifos originais).

Ainda segundo o autor, os processos que ocorreram na Itália, na Alemanha e no Japão se dão no contexto que se verifica a partir de 1848 “[...] quando o período heroico das revoluções burguesas já encontrou seus estertores e se põe em evidências dali em diante as revoluções proletárias” (*ibidem*, p. 4) e são resultantes também das debilidades organizativas dos/as trabalhadores/as e da traição da socialdemocracia em uma conjuntura de radicalização da luta de classes e de ofensiva imperialista. Bem como, que foi fundamental o apoio do grande capital e do latifúndio para que o fenômeno fascista obtivesse êxito nos países onde ocorreu. E que dois aspectos evidentes dessa forma-político-econômica são: a presença de um líder carismático e um acentuado nacionalismo em função da acalorada disputa entre os países imperialistas que tende a se remeter à mistificação do passado da nação para legitimar uma pretensa superioridade ante os demais países, justificando a ocorrência de racismo e xenofobia racista.

Mazzeo (2021) destaca que após a derrota do nazifascismo em 1945, o capital se internacionaliza sob a hegemonia e direção estadunidense através de seu poderio econômico-militar e da sua coordenação político-militar mundial com a presença de tropas militares em todos os continentes. Hegemonia que se estabelece

---

<sup>13</sup> Toda a análise referente ao neofascismo está ancorada em Mazzeo (2021).

ao longo do século XX, sobretudo na América Latina, onde a intervenção dos Estados Unidos se ocupará de alinhar as economias regionais aos seus interesses imperialistas e de patrocinar e apoiar golpes de Estado e governos autocráticos dos países deste continente sob o pretexto de frear o avanço do comunismo, garantindo a dura repressão do movimento dos/as trabalhadores/as rurais e urbanos/as para a implementação de políticas econômicas que aumentaram o nível de exploração do trabalho por meio, sobretudo, do arrocho salarial. Ademais, ele prossegue:

No continente latino-americano a estrutura capitalista acelerou a especialização das economias regionais, sendo que houve incentivo de industrialização e modernização de parque produtivos, como México, Brasil e o reordenamento em alguns países, que passam a ter novas funções na ordem da inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Na América do Sul, particularmente o Brasil, a partir da década de 1950, passa a ser um polo industrial forte, ainda que subalterno, de reprodução de mercadorias e capital, o que implica, num primeiro momento, o desenvolvimento de produção de mercadorias fundadas no DII da produção (bens de consumo), em particular a indústria automobilística chegando, nos anos 1970 – o período mais duro da ditadura colonial-militar-bonapartista, os “Anos de Chumbo” – a desenvolver uma modernização-reacionário-subalterna, que leva o país a estruturar bens de produção e a atualizar e ampliar o DI da produção (bens de produção) (*ibidem*, p.13).

Nesse sentido, o autor chama atenção para o fato de que se por um lado esse reordenamento mundial se estabelece nos contornos de uma nova hegemonia, por outro as contraposições do cerco progressista nas três décadas que sucederam o pós-guerra – confronto com a União Soviética, com o bloco dos países socialistas e com o crescimento desse campo ideopolítico cuja força do Movimento Operário europeu é uma expressão – obrigaram os Estados Unidos a conviver com intimidações anticapitalistas e com as conquistas sociais proletárias. Levando-o, inclusive, a reagir a esse quadro ampliando as ações de agressão contra as democracias populares (apoio aos golpes de Estado de caráter colonial-bonapartistas na América Latina, conforme já citado), implementando intervenções militares principalmente na Ásia (entrando em guerra com o Vietnã em 1955) e impondo o bloqueio à Cuba. Contexto no qual, do ponto de vista mundial, os espaços democráticos restringem-se aos países centrais do capitalismo, com algumas exceções.

Entretanto, é no âmbito da crise do capitalismo da década de 1980 que, por sua vez, atinge o já débil campo socialista europeu em termos econômicos, resultando na queda da URSS em 1991, que se verifica segundo Mazzeo (2021)

uma grande ofensiva do capital liberal. Ele ressalta ainda que após a década de 1980 a crise do capital torna-se sistêmico-estrutural, de modo que para aumentar a extração de mais-valor torna-se cada vez mais necessário estreitar as conquistas sociais dos/as trabalhadores/as diante do aumento tendencial da queda da taxa de lucro. Assim,

O movimento social, em especial o dos trabalhadores foi duramente atingido por essa conjuntura, que vinha se agravando com a reestruturação produtiva e a fragmentação da organização dos trabalhadores e, por conseguinte, das subjetividades sociais, da qual o *pós-modernismo* é um dos elementos constitutivos. A consequência imediata da crise do Welfare State é a progressiva retirada de direitos e conquistas dos trabalhadores, em que a ofensiva liberal elimina garantias e controles sociais e que, por outro lado, desmascara quaisquer ilusões de continuidade de amplas políticas sociais após o fim das experiências socialistas (*ibidem*, p. 16, grifos originais).

O autor salienta que mesmo as tardias experiências socialdemocratas que ocorreram na América do Sul executando políticas sociais importantes, ainda que limitadas, não se sustentaram por mais de uma década, citando o exemplo da experiência brasileira: o golpe de Estado sofrido pela presidenta Dilma Rousseff disfarçado de ação institucional contra as chamadas “pedaladas fiscais” – uma prática comum a todos os governos que a antecederam – e na sequência a armação da farsa jurídica contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva apoiada em argumentos frágeis e fundamentados apenas em delações para que o mesmo não participasse das Eleições de 2018, na qual concorria Jair Messias Bolsonaro.

Tais manobras político-jurídicas, ainda de acordo com Mazzeo, só foram possíveis no bojo de um processo que contou com a manipulação de parlamentares de direita aliados à uma mídia privada a serviço dos interesses corporativos, antipopulares e antinacionais, além do percurso que a própria socialdemocracia-tardia vinha delineando ao atrelar-se com os interesses da burguesia no período em que esteve no poder através da implementação da aliança de classe que buscou frear a mobilização das massas e sabotar os sindicatos, culminando no que o autor denomina de “desarme da classe diante da ofensiva liberal” (*idem*). Na sequência, no que tange a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, Mazzeo ressalta:

Bolsonaro, alavancado a representante das frações burguesas – dentre elas, o agronegócio, o capital financeiro, nacional e internacional, os industriais e os comerciantes –, assumia a representação de classe em moldes de um personagem que “encarnava” interesses e aspirações golpistas da burguesia interna, que se via diante da necessidade de *recompor seu bloco político*, no âmbito da crise econômica e da própria reorganização da divisão internacional do trabalho, inserida como economia

componente-subalterna da cadeia imperialista. Nesse sentido, Bolsonaro apresenta-se como um líder “moralizador”, expressando, de um lado, o consenso imediato dos interesses da burguesia interna e de outro, o senso comum da moralidade, dos “bons costumes” e do combate à “degradação moral imposta pelos comunistas”, alinhando-se às articulações da direita internacional, que delinearam a ofensiva neoliberal em âmbito mundial contra os trabalhadores (*ibidem*, p.19, grifos originais).

Dessa forma, após essa retrospectiva sócio-histórica para identificar o terreno no qual foi possível a emergência do neofascismo, o autor identifica que nos encontramos em um período marcado pelo refluxo das lutas proletárias no Brasil e no mundo que se agrava pela dificuldade dos partidos populares, socialistas e comunistas de organizarem suas bases, principalmente no campo da subjetividade, diante da fragmentação ideológica e da perda de perspectiva da luta socialista.

Ao analisar criticamente os escritos de Humberto Eco sobre o “Ur-fascismo”, Mazzeo (2021) concorda com a conceituação do autor no que tange à concepção de que o fascismo contemporâneo não poderá ser o mesmo do ocorrido nos moldes “clássicos” uma vez que “[...] a derrota política do fascismo e a nova característica do imperialismo emergente, dá ao *modus vivendi* capitalista outros contornos, tanto no âmbito político, de uma ofensiva contra o pensamento crítico [...] como no plano econômico” (*ibidem*, p. 34).

Sendo essa ofensiva gestada no âmbito político principalmente contra o marxismo e o comunismo e no plano econômico principalmente pela ampliação da proletarização das “camadas médias” que nesse sentido passam a se encontrar em condição de maior fragilidade. Fragilidade que é prontamente capturada pela ofensiva neofascista já que seu núcleo ideopolítico, conforme apontado por Eco, provém do apelo à frustração individual ou social das “classes médias” que desvalorizadas por alguma crise econômica assustam-se pela pressão de grupos subalternos.

Como pano de fundo deste quadro, o autor aponta ainda, a ampliação da comunicação de massas na sociedade do capital, incitando o consumismo e o individualismo, em detrimento das noções de solidariedade e universalidade. Em seguida, ele elenca as principais características do neofascismo a partir das contribuições de Eco:

Assim, no plano empírico, Eco ao descrever as características do “Ur-fascismo”, aponta o que se configurou como um “atavismo reacionário e conservador”, que se entranha e ganha robustez na nova forma de organização da sociabilidade da mercadoria. [...] Se entendermos esse

fenômeno no escopo de um mundo, como frisamos acima, em que o capital é internacionalizado e em ofensiva contra os trabalhadores e contra seus direitos conquistados, com a conseqüente consolidação de uma ideologia anticomunista e antipopular, aliada ao conservadorismo-reacionário, à xenofobia e ao racismo, *teremos os elementos de conformação e de consolidação do neofascismo como ideologia da fase da decadência da forma sociometabólica do capital* [incluindo] [...] a) culto à tradição e a alusão à uma “verdade primal”; b) a recusa da modernidade – exatamente o núcleo pós-moderno [...] c) a adesão ao irracionalismo filosófico; ; a xenofobia, o racismo e, acrescento a esses elementos a LGBTQIAP+ fobia d) as universidades definidas com ninho de comunistas e a suspeição dos intelectuais; e) o ódio ao desacordo, à dissensão e à diversidade como pressuposto (*ibidem*, p. 34-5, grifos originais).

Nesse panorama, Mazzeo destaca ainda o que Eco chama de “populismo qualitativo de TV ou de Internet” que em sua interpretação trata-se da proeminência do senso-comum em uma sociedade controlada pelos meios de comunicação de massa atreladas ao grande capital que disseminam as informações sobre o cotidiano eliminando as contradições inerentes a uma sociabilidade constituída por classes sociais antagônicas e cuja clientela (a classe-que-vive-do-trabalho) é treinada para digerir essas informações sem questionamentos haja vista que para a fase do capitalismo na qual nos encontramos é primordial “[...] ser/estar adaptado às formas de reprodução do capital [sem a] necessidade de se formar um cidadão/cidadã intelectualmente sofisticado, mas que, por outro lado, esteja pronto para assumir e operar sua função subalterna na sociedade [...]”(*ibidem*, p. 33).

Cabe ainda destacar o que Mazzeo denomina de “fase da decadência da forma sociometabólica do capital”, embasando-se nas contribuições de Lukács, conceito central para compreender a conformação do neofascismo no capitalismo contemporâneo: trata-se da noção de que a burguesia , já revolucionária em determinado momento histórico, à medida que representava o impulso da razão para a emancipação do conhecimento na ordem feudal, vem se resumindo à tarefa ideológica de limitar ou negar o papel revolucionário da razão para mantê-la favorável aos interesses da acumulação justamente após a consolidação do modo de produção capitalista (PIMENTEL E SILVA, 2019) onde o desenvolvimento da ciência ocupou e continua a ocupar, inexoravelmente, papel essencial ainda que o capitalismo lide de maneira contraditória com essa situação que escapa ao seu controle para garantir ao mesmo tempo o constante desenvolvimento de suas forças produtivas e a sua sobrevivência. Daí a “[...] a busca de ‘neutralidades’ diante das

questões mais importantes no que se refere à concepção de mundo” (MAZZEO, 2021, p. 24) que se expressa nas teorias pós-modernas.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (MARX; ENGELS, 2011, p. 47).

Voltando-se propriamente para as questões que são objeto de estudo deste trabalho, vejamos que a eleição de Bolsonaro ilustra bem a constatação de Marx visto que entre os candidatos que concorriam nas Eleições Presidenciais 2018, esse candidato era o que se posicionava de forma mais radical contra a classe trabalhadora e ainda assim foi eleito pelos votos da classe-que-vive-do-trabalho.

Na tentativa de compreender como essa vitória foi possível, vários/as autores/as (CHAIA E BRUGNAGO, 2014; JARDIM PINTO, 2017; PENTEADO E LERNER, 2018) chamam atenção para um elemento novo na conformação da produção e reprodução das relações sociais capitalistas na cena brasileira: as novas tecnologias de comunicação e informação. Assim, ao refletirmos sobre a proeminência do senso comum a partir da comunicação de massas na conjuntura atual alardeada pelo neofascismo, conforme apontado por Mazzeo inspirado em Eco, e sobre as artimanhas da burguesia para fazer sua dominação material se consolidar também na superestrutura, de acordo com a constatação de Marx, torna-se central pensar no impacto das novas tecnologias de informação nas movimentações sociais e na afirmação de uma ciência comprometida com o plano da racionalidade que, por sua vez, aponta para a superação do capitalismo.

É importante ressaltar ainda que optou-se pela utilização do termo “neofascismo” neste trabalho, por compreendermos que a reafirmação da sociedade tradicional vai além do conservadorismo por constituírem a faceta atual do fascismo: o neofascismo, num contexto de ofensiva ultraliberal em todo o globo que coincidem não por acaso com o período de crise sistêmico-estrutural do capital que impulsiona uma queda tendencial da taxa de lucro, com o enfraquecimento das lutas progressistas e com a “pauperização da razão”, nas palavras do autor, no plano ideopolítico.

Mazzeo (2021), como vimos, afirma em suas análises que Bolsonaro apresenta-se como um líder “moralizador” indo ao encontro do senso comum da moralidade, dos “bons costumes” e indo contra a suposta “degradação moral”

imposta pelos/as comunistas. E ao descrever as características do neofascismo apontadas por Eco: culto à tradição, recusa da modernidade, adesão ao irracionalismo filosófico; xenofobia, racismo, ataque às universidades, ódio ao desacordo e à diversidade, inclui a LGBTQIAP+fobia, demonstrando que os assuntos atinentes à questão de gênero e sexualidades se encontram na mira da hostilidade neofascista.

## **2.2. Um marco histórico: as manifestações de junho de 2013**

De acordo com Jardim Pinto (2017), entre 2013 e 2015 foi possível observar um conjunto expressivo de manifestações que se iniciaram em várias capitais brasileiras levando milhares de pessoas às ruas. O que inicialmente eram protestos contra o aumento nas tarifas do transporte público, acabaram por se ampliar para questões gerais como saúde e educação e contra a realização da Copa do Mundo de 2014 e seus gastos, considerados excessivos. Gradualmente, os discursos originados nesses protestos efetuam um deslocamento discursivo em uma direção conservadora, sendo emblemático nesse sentido as manifestações a favor do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, iniciadas em março de 2015. Em todo esse processo, chamou a atenção o uso das redes sociais como um elemento novo de organização. Jardim Pinto (2017) pontua que as manifestações supracitadas se iniciaram na cidade de Porto Alegre, precisamente em fevereiro de 2013, lideradas então pelo grupo Bloco de Lutas, contra o aumento das tarifas do transporte urbano. As manifestações que se espalharam pelo país, ainda que com reivindicações semelhantes, não estavam relacionadas de maneira direta às movimentações de Porto Alegre e que foram convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), surgido em São Paulo.

Com um rumo diferente daquele expresso nas convocações do MPL, as manifestações transformaram-se em atos contra a corrupção, parlamentares, partidos políticos, governos em vigor e contra a má-qualidade dos serviços públicos. Seus manifestantes eram constituídos, majoritariamente, por jovens sem experiência anterior na militância política, seja em partidos ou movimentos sociais, que chegaram às ruas por meio das convocações das plataformas on-line, conferindo a essas movimentações uma grande diversidade no perfil dos participantes. Nos

termos de Jardim Pinto (2017), é perceptível entre os manifestantes “uma flagrante fragmentação discursiva”:

Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: "Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação", "Queremos hospitais padrão Fifa", "O gigante acordou", "Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão", "Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação", "Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio", "Todos contra a corrupção", "Fora Dilma! Fora Cabral! pt = Pilantragem e traição", "Fora Alckmin", "Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar", foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas (SINGER, 2013, p. 25).

Podemos encontrar diversos temas com pouca ou nenhuma conexão entre si nas referidas movimentações, como a participação do deputado Feliciano (PSC-SP) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional 37 (vetando ao Ministério Público realizar investigações independentes), o voto distrital, a rejeição aos partidos, a redução dos pedágios e contra o Programa Mais Médicos. Também se tornava recorrente nessas manifestações a depredação de edifícios públicos, entre estes a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Congresso Nacional e Itamaraty, que pode ser interpretada como expressão de recusa aos políticos de forma geral (*ibidem*).

No que se refere à classe e à escolarização dos/as participantes das manifestações de junho de 2013, Singer (2013) prefere a interpretação que congrega a participação tanto da chamada classe média tradicional, inconformada com vários elementos que constituíam a realidade social no país naquele período, como do “novo proletariado”: trabalhadoras/es na sua maioria jovens que obtiveram emprego formal durante o governo Lula (2003-2013), porém que estavam sendo submetidas/os à baixos salários, alta rotatividade e péssimas condições de trabalho. Assim como assinala que as referidas manifestações foram predominantemente constituídas por jovens e jovens adultos de alta escolaridade, uma vez que nas oito capitais pesquisadas em pesquisa citada pelo autor, 43% dos/as manifestantes possuíam diploma universitário, sendo que em 2010 apenas 8% da população brasileira possuía diploma universitário.

Esses dados levam Singer (2013) a defender a tese de que as manifestações tiveram significativa influência da classe média tradicional, porém que esta não corresponde à totalidade dos/as que estiveram nas ruas, já que em parcela importante daqueles que foram aos atos, a alta escolaridade não necessariamente

correspondia a alta renda, sendo mais sensato, nesse caso, afirmar que dois blocos constituíram as manifestações:

[...] sugerimos que a melhor imagem para descrever a composição social das manifestações seja a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos de classe média e outro por pessoas da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social brasileira, sendo estes com menos escolaridade média [...] com exceção do Rio de Janeiro [...] metade dos manifestantes tinha renda familiar acima de cinco salários mínimos e cerca de 20% recebiam acima de dez salários mínimos familiares mensais, soma de recursos mais próprios da classe média tradicional. Isso reforça a impressão de que havia, sim, um contingente de classe média nas manifestações, mas ele não respondia pelo todo. A segunda fase das manifestações teria produzido, em consequência, um cruzamento de classes. Embora os dados não sejam suficientes para fechar um diagnóstico, para aí apontam as pistas mais interessantes que eles nos deixam, juntamente com as evidências de que o subproletariado pouco participou dos protestos (*ibidem*, p. 32).

Outro dado importante para compreendermos os acontecimentos de junho de 2013 é a queda da popularidade da Presidenta Dilma Rousseff. Segundo Jardim Pinto (2017), naquele ano a popularidade da presidenta caiu de 65% de ótimo/bom em março, mês que marca o início das manifestações, para 30% em junho. É notável apontar, nesse sentido, que de julho de 2013 a dezembro de 2014 a popularidade pouco variou, ficando entre 30% e 40%. Para a autora, isso demonstra que as manifestações se deram não em razão da baixa popularidade do governo Dilma, mas sim, ao contrário, foram estas que teriam desencadeado o declínio da sua aprovação.

Cabe ainda destacar que Singer (2013) acredita que as lideranças do MPL, ao posicionarem-se contra um modelo hierárquico, recusando uma prática organizativa com decisões “de cima para baixo”, acabaram por, de algum modo, permitir que tendências de centro e direita ganhassem espaço e modificassem o direcionamento inicial do movimento, além de “tingir as manifestações de um sentimento anticorrupção” (*ibidem*, p. 35).

O mesmo autor nos lembra de que a crítica à corrupção é sempre o artifício preferido da oposição no Brasil e que a vantagem da defesa dessa bandeira é o seu alcance para todas as camadas sociais, fluindo facilmente pelo senso comum (*ibidem*).

Chaia e Brugnago (2014) defendem que as manifestações de junho de 2013 são marcantes no que diz respeito ao rompimento da aparente apatia política que

vinha sendo observada nos/as brasileiros/as nos anos que as precederam, retomando a dicotomia entre esquerda e direita que estava apaziguada por um “centrismo ideológico<sup>14</sup>”. Alguns fatores contribuíram para esse rompimento, entre eles: o fato do processo democrático estar desacreditado, em termos de inclusão e participação; a instituição do voto não trazer benefícios diretos ou perceptíveis para os eleitores de forma geral; e, por fim, uma transição vagarosa e atenuada entre a ditadura e a democracia, que contribuiu para a não percepção pela população do seu novo lugar no jogo democrático. Adicionalmente, conforme os autores, há também o enfraquecimento da participação política por associativismo das décadas de 1980 e 1990, muito em razão da aproximação das centrais sindicais do governo Lula do ano de 2002 em diante – com sérias consequências para o trabalho de mobilização da classe trabalhadora; e por fim, o fato das/os estudantes, historicamente atores políticos de vanguarda, assumindo, nos últimos anos, pautas quase que exclusivamente circunscritas ao âmbito acadêmico.

A polarização entre matizes ideológicos de esquerda e direita que voltaram à cena nas manifestações de junho de 2013, perdurou, se amplificando, de modo a tensionar as Eleições Presidenciais de 2014. Na ocasião, a esquerda se manteve mobilizada contra um presumido projeto neoliberal do PSDB e a direita conservadora se radicalizou em um discurso antipetista, antipartidário, que caminhava para o extremismo, trazendo, inclusive, elementos de ódio (*ibidem*).

Assim, como afirmam Chaia e Brugnago (2014), as eleições nacionais de 2014 foram marcadas por conflitos enérgicos entre a esquerda e a direita, como se a tensão característica das partidas clássicas de futebol se transferisse para a política

---

<sup>14</sup> “Nas eleições de 2002, o PSDB apostou em uma campanha baseada no medo de ter o país governado por Lula e pela instauração de um governo esquerdista. Em um discurso de esperança, Lula apresentou sua campanha em um tom de conciliação e, assim, construiu uma imagem moderada, revelando suas preocupações com o mercado e com a economia. Lula acenou para o empresariado ouvindo os seus desejos em troca de apoio e conseguiu consolidar uma campanha para quebrar o paradigma do medo criado pelos seus opositores e pela mídia sobre a sua figura. Essa eleição marcou o início de uma centralização das ideologias declaradas dos partidos. O PT deu seu passo com sucesso, aproximando-se dos mercados e mostrando-se como um partido de centro-esquerda moderado. Nas eleições seguintes, foi seguido pelos demais partidos, principalmente pelo PSDB, que precisou reconhecer as políticas sociais do PT como importantes e legítimas, após se deparar com a grande aprovação dos mandatos de Lula” (CHAIA; BRUGNAGO, 2014, p. 103).

e “a massa passou a discutir política em seu dia a dia, principalmente pela Internet” (*ibidem*, p. 102).

A forma como as pessoas pensam determina o destino de instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada [...]. Se a maioria das pessoas pensa de forma contraditória em relação aos valores e normas institucionalizados em leis e regulamentos aplicados pelo Estado, o sistema vai mudar, embora não necessariamente para concretizar as esperanças dos agentes da mudança social. É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas (CASTELLS, 2017, p. 14).

Castells (2017) afirma que as pessoas constroem significado ao interagir com seu ambiente natural e social, interligando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes de sociabilidade, processo que, por sua vez, é operacionalizado pelo ato de comunicação. Em seus termos, “comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações” (*ibidem*, p.14). Para a sociedade, em sua totalidade, a fonte predominante da produção social de significado é o processo de comunicação socializada que existe no domínio público para além da comunicação interpessoal:

A contínua transformação da tecnologia da comunicação (TI) na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social [...] O processo de construção de significado caracteriza-se por um grande volume de diversidade. Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas na rede de comunicação multimídia. Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder (*ibidem*, p. 14-15).

Nessa linha de raciocínio, Castells sustenta que, nos últimos anos, a mudança central em termos comunicacionais foi a eclosão do que chama de “auto-comunicação”: em outras palavras, a utilização da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. Essas constituiriam um modelo de comunicação de massa, uma vez que processam mensagens de muitas pessoas aliadas à capacidade quase infindável de alcançar uma pluralidade de receptores, conectando-se a outras redes que fazem a transmissão de informações digitalizadas desde um contexto local até o global. Nesse sentido,

Em nossa sociedade [...] uma sociedade em rede, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados. As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a

mente humana (mas não apenas) mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder (*ibidem*, p. 16).

De acordo com Penteado e Lerner (2018), a direita nas redes sociais no Brasil - as quais, por sua vez, despertaram a atenção de cientistas sociais e da sociedade em geral no nosso país a partir de junho de 2013 - conseguiu mobilizar diferentes parcelas da sociedade durante os protestos contra Dilma Rousseff. Nos anos de 2015 e 2016, foram produzidos conteúdos que favoreceram a construção de uma narrativa que associava as investigações de corrupção ligadas à Lava-jato com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), embasando as manifestações que faziam pressões em favor do golpe. Fenômeno que, por sua vez, ilustra a tese defendida por Castells.

No que diz respeito à mobilização nas redes realizada por esses grupos de direita, Jardim Pinto (2017) afirma que o “caldo de cultura que propiciou a liderança difusa de grupos nas redes sociais, que começaram a articular um novo discurso conservador com apelo popular” é aquele que marcou o evento de abertura da Copa do Mundo de Futebol, realizado na cidade de São Paulo em 12 de junho de 2014. Como é sabido, a então presidenta Dilma Rousseff, presente ao evento sofreu uma grande vaia ao ter seu nome anunciado: esse é momento inaugural, para a autora, do discurso conservador no Brasil. Essencialmente antipetista, esse discurso passou a ter maior fôlego desde então e teria dado sentido às manifestações que apoiavam o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, emergindo em um contexto no qual, na visão da autora, circulava um discurso radical da esquerda que interagiu somente com grupos específicos e minoritários.

Jardim Pinto (2017) reconhece, no entanto, a existência anterior de uma narrativa anti-PT, anti-presidenta da República e de eleitores/as ainda filiados ao PT. Porém, a novidade em 2014 é que o campo da centro-esquerda estava desorganizado, enquanto o campo da centro-direita conduzia o processo, explorando um sentimento anti-Dilma a ponto de produzir:

[...] um discurso popular pautado por palavras de baixo calão, painéis nas janelas de prédios de classe média, xingamentos machistas contra a presidenta e até uso pornográfico de sua imagem. É mister chamar [ainda] atenção que esse discurso com apelo popular não foi levado a efeito pelas classes populares indignadas, mas por setores da alta classe média, pelo menos em 2014. No estádio de futebol, o Itaquerao, as vaias foram puxadas pelos ocupantes dos setores VIP, cujo ingresso custou, ao câmbio da

época, 450 dólares. Os painelaços que se seguiram a cada aparição da presidenta ou de programas do PT veiculados em rede nacional de televisão, também aconteciam nos bairros de alta classe média nas principais cidades do país (*ibidem*, p. 144).

Chaia e Brugnago (2014) afirmam que nesse período o Facebook, com seus/suas 59 milhões de usuários/as brasileiros/as compartilhando diariamente suas ideologias políticas, tornou-se o principal cenário das discussões que se aglutinaram em torno de grupos, os quais sentiram-se à vontade para se pronunciar e se radicalizar “[...] conforme se sentiam seduzidos em seu poder de massa em redes” (*ibidem*, p. 102). Cabe ainda ressaltar, nesse sentido, que a chave de interpretação dos/as referidos/as autores/as compreende que o “[...] ressurgimento da militância conservadora [...] encontrou nas mídias sociais o encorajamento que precisava para levantar suas bandeiras no mundo virtual e nas ruas” (*idem*).

A reeleição da Presidenta Dilma Rousseff no segundo turno das Eleições 2014 por uma pequena margem de votos (3,28%) em relação ao candidato Aécio Neves do PSDB não indicavam que o discurso de centro-esquerda seria capaz de se rearticular e as narrativas de centro-direita que haviam dado o tom na campanha eleitoral continuaram a se revigorar e logo após o pleito eleitoral iniciou-se a campanha pelo golpe contra a presidenta que tomou as ruas em março de 2015 (JARDIM PINTO, 2017).

Nessa discussão, é importante retomar a composição do Congresso Nacional eleito em 2014, difundido como o mais conservador desde 1964: entre os 513 candidatos/as eleitos/as, 257 candidatos/as foram financiados/as pelo agronegócio; 55 eram deputados/as ligados/as à Polícia; 82 tratavam-se de representantes diretos/as de igrejas evangélicas e, por outro lado, os/as deputados/as aliados/as à defesa de causas sociais tiveram seu número reduzido. Além disso, candidatos/as extremamente conservadores que eram conhecidos/as por seus discursos racistas, homofóbicos e de ódio alcançaram números significativos de votos, como os casos de Luiz Carlos Heinze (PP-RS), deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul<sup>15</sup>; Jair Bolsonaro (PP-RJ)<sup>16</sup> que foi o deputado federal com mais votos no Rio de

---

<sup>15</sup> Luiz Carlos Heinze é “[...] conhecido por declarações racistas, como a do dia 29 de novembro de 2013 em audiência pública, quando afirmou que ‘quilombolas, índios, gays e lésbicas, tudo que não presta’ estariam mandando no governo federal (CHAIA; BRUGNAGO, 2014, p. 110).

Janeiro; Marcos Feliciano (PSC-SP)<sup>17</sup>, o delegado Waldir Soares (PSBD-GO) que também foi o mais votado no estado de Goiás, bem como o policial militar Alberto Fraga (DEM-DF), o deputado mais votado no Distrito Federal (CHAIA; BRUGNAGO, 2014).

Durante o processo de ascensão do discurso da direita no Brasil, o PT é identificado como a causa de todos os percalços da sociedade brasileira e sua permanência no poder é equiparada a um “[...] clássico golpe comunista mascarado de democracia” (*ibidem*, p. 113):

O medo do comunista, vivido pelos mais velhos que legitimaram o golpe militar de 64 e pelos mais novos a partir dos filmes de Hollywood, é a ameaça clássica do medo vermelho. O comunista é o outro; em primeiro lugar, ele vem de um lugar distante; no passado, era a União Soviética; hoje, ele vem de Cuba e da Venezuela (este último, aliás, nada tem de comunista). Ele vem para roubar as liberdades individuais, a liberdade do prazer de consumo e a liberdade de expressão pela mídia que representa os brasileiros, até o ponto de assassinar a quem não se submeta ao poder comunista. Explicações prontas e rasas sobre o que é o regime comunista são traçadas, e as ações do governo passam a ser transformadas na tentativa de criação de uma ditadura bolivariana. A reeleição por três vezes de um partido deixa de ser mérito da legitimidade de governo e se torna fruto de uma ditadura sem alternância de poder (*idem*).

Num resgate histórico, Chaia e Brugnago (2014) afirmam que a associação entre PT e comunismo irromperam em outros contextos, lembrando que em 1989 Fernando Collor de Mello, com o apoio de igrejas evangélicas, passou a disseminar a ideia de que Lula era comunista e que como tal iria acabar com a liberdade religiosa no país, bem como que ameaçava também a existência dessas igrejas. Nas Eleições 2014, o medo do comunismo não foi disseminado pelos políticos, ainda que Aécio Neves durante a campanha eleitoral tenha afirmado que fazia parte dos planos do PT recorrer à empréstimos no BNDES para construção de um porto em Cuba. Críticas às relações do governo petista com países como a Bolívia e a Venezuela, governados por partidos de esquerda também foram feitas, porém, estariam mais relacionadas ao fato desses países serem produtores de cocaína.

---

<sup>16</sup> Jair Bolsonaro, que se elegeu presidente nas Eleições 2018, é descrito como um “[...] ultraconservador conhecido pelo seu discurso de ódio contra homossexuais, [e] foi o deputado federal com mais votos no Rio de Janeiro, com 464.572 votos (*idem*).

<sup>17</sup> “Marcos Feliciano (PSC-SP) [é conhecido por ser um homofóbico evangélico [e foi] eleito Deputado Federal em 2014] com 398.087 votos” (*idem*).

Toda ideologia para se manter viva precisa ser alimentada, ou seja, precisa de combustível para ser queimado, centelhas que acendam o fogo e alimentação suficiente para que este não se apague. Esse fogo precisa contagiar para a ideologia não se apagar, portanto ele precisa se espalhar. Existem diversos meios para a propagação desse fogo. Ao longo da história, esse meio teve diversos veículos, como panfletos, jornais, conversas de bar, fofocas de esquina, o cinema, a TV, os noticiários, as novelas (*ibidem*, p. 118).

Entre os diversos veículos de comunicação, as plataformas on-line mostraram-se um veículo central para a mobilização dos grupos que pressionaram em favor do golpe contra Dilma Rousseff, e para a expansão da clientela da direita de modo geral. Em outros termos, foi o “combustível” para a manutenção de narrativas de cariz conservador. Em um estudo que se ateu às características da atuação dos grupos de direita no Facebook durante o golpe contra Dilma Rousseff, Penteadó e Lerner (2018) identificaram em páginas públicas com no mínimo 20 mil fãs, a existência de uma rede da direita de quase 6 mil páginas que entre si possuíam mais de 40 mil curtidas<sup>18</sup>.

Segundo relatório produzido pelo Instituto Datafolha (2018) sobre uso de redes sociais no segundo turno das Eleições 2018, dois/duas em cada três eleitores/as brasileiros/as (cerca de 66%) possuíam contas em redes sociais, alcançando entre os mais jovens o índice de 90%. A proporção de contas decaía de acordo com o avanço da idade (55% na faixa etária dos 45 aos 59 anos e 34% entre as pessoas com 60 anos ou mais), sendo o WhatsApp o aplicativo social mais utilizado pelos/as eleitores/as (65%) seguido do Facebook (57%).

Em nova pesquisa sobre o uso das redes sociais entre eleitores/as das Eleições 2022, o Instituto Datafolha (2022) constatou que 7 em cada 10 eleitores/as brasileiros/as (70%) possuíam conta em alguma das redes sociais pesquisadas (Facebook, Instagram, Tik Tok e Twitter). O relatório aponta ainda que o índice é majoritário em todas as variáveis sociodemográficas, exceto entre os/as usuários/as que possuem 60 anos ou mais (36%) e, entre os menos instruídos (43%), alcançando níveis mais altos entre os que têm 16 a 44 anos, entre os/as mais

---

<sup>18</sup> O estudo foi feito por meio da busca das palavras-chave: “Impeachment Dilma”, “Fora Dilma”, “Fora PT”, “Fora Lula”, “Contra Corrupção”, “Tchau Querida”, entre outras (PENTEADO; LERNER, 2018).

instruídos/as, entre os que possuem renda familiar mensal a partir de 2 salários-mínimos e entre os/as moradores/as das Regiões Metropolitanas.

Das quatro redes pesquisadas, o Facebook aparece com o maior número de usuários (62%) e sequência aparecem: Instagram, com 56%, Tik Tok, com 26% e Twitter com 15%. Quando observados os aplicativos de mensagens, 78% declararam que possuem conta no WhatsApp ou no Telegram. O índice de usuários/as desses aplicativos também é majoritário em todos os segmentos, com exceção dos mais velhos (48%) e dos menos instruídos (54%).

Tais dados corroboram as afirmações dos/as autores/as aos quais recorreremos até aqui, sugerindo que a importância das novas tecnologias de comunicação não ficou circunscrita as movimentações que ocorreram entre 2013 e 2015, mas que ao contrário estas continuam a ser um aspecto importante quando se pretende analisar quaisquer disputas pelo poder no cenário político brasileiro, incluindo as Eleições 2018 e 2022.

Ademais, para além de influenciarem em alguma medida o processo que resultou no golpe contra Dilma Rousseff, como pontuaram alguns/algumas dos/as autores/as aqui citados, acreditamos que a conjuntura política que se formou no país desde as manifestações de junho de 2013, inevitavelmente provocou rebatimentos no processo eleitoral das Eleições 2018 e 2022, nas quais o debate de pautas da agenda política feminista e da população LGBTQIAPN+ foram destaque, considerando que

[...] o conservadorismo [...] [trata-se de uma] forma de resistência às transformações promovidas pela sociedade moderna (expansão dos direitos individuais, secularização e cosmopolitismo) e uma reafirmação dos pilares da sociedade tradicional: a família, a religião e a nação [...] (MESSEMBERG, 2017, p. 637).

Vale ressaltar que estas pautas já vinham sendo alvo de condenação nas últimas décadas por parte de lideranças cristãs e seus/suas apoiadores/as (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012) e que esta conjuntura política foi ao encontro do esforço de grupos religiosos de expandir sua influência na sociedade brasileira e de reivindicar que as suas demandas fossem atendidas pelo Estado com a mesma legitimidade de grupos seculares, se destacando nesse processo os/as evangélicos/as e os/as católicos/as (*idem*).

### **2.3. Breve retrospectiva da relação entre política e religiosidade em relação a gênero e sexualidades no Brasil**

Machado (2012) chama atenção para a complexa relação entre os discursos religiosos e o dos direitos humanos que, segundo a autora, tende a variar de acordo com a área temática em discussão. A autora destaca que, em assuntos como a desigualdade econômica e a fome, o diálogo e a incorporação de princípios dos direitos humanos nos discursos religiosos parecem mais fáceis. Porém, há dificuldade de incorporação da perspectiva dos direitos humanos em outras importantes áreas temáticas, como a do controle da fertilidade feminina e da moral sexual.

Nessa mesma linha, Gomes *et al.* (2009) afirmam que a tensão entre a defesa dos valores religiosos e a garantia de liberdades individuais é evidente no que se refere ao exercício da sexualidade e das decisões que envolvem o uso do corpo. Isso porque a discussão e a participação cada vez mais crescente de evangélicos na esfera política e na elaboração de leis, a ética e os valores de determinados grupos religiosos tendem a orientar os posicionamentos na atividade parlamentar.

Nesse sentido, considerando, de um lado, que conforme aponta o artigo 5º., inciso VI, da Constituição Federal “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos [...]” (BRASIL, 1988) e reconhecendo, de outro, que o Estado brasileiro é laico, ou seja, se caracteriza pela sua imparcialidade em relação às religiões (ou pelo menos deveria), qual o lugar da religião?

Seffner (2009) pontua que devemos retirar a religião do espaço onde o ditado popular sempre lhe coloca: no domínio do privado. Ele sustenta a premissa de que a religião se constitui em um pertencimento político com consequências políticas na vida em sociedade, tal como qualquer outro pertencimento de natureza social, como pertencer a uma determinada classe social, a determinada raça/etnia ou a determinado gênero.

Assim, este autor defende a tese de que há uma “inevitabilidade” da religião como política “[...] que se dá pelo fato de que muitas pessoas vão entrar na arena política, vão ingressar no espaço público, com sua identidade religiosa como elemento importante (*ibidem*, p. 4).

O estudo de Vital da Cunha e Lopes (2012), intitulado “Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil”, afirma que não se trata de fenômeno recente a presença da esfera religiosa na política, porém que a interferência de atores religiosos junto a governos os transformaram em figuras importantes para compreensão da política brasileira atual, destacando as lideranças evangélicas que, a seu ver, merecem acentuada atenção por possuírem redes de relações que trabalham nas eleições indicando candidaturas e participando de alianças em campanhas eleitorais. Ambos chamam atenção para o fato de que o pertencimento a uma das igrejas e o apoio de alguma liderança evangélica pode contribuir de maneira decisiva para o êxito de determinada candidatura, ainda que reconheçam que não, necessariamente, a totalidade dos/as fiéis irá votar em um candidato indicado pela igreja e sim que é muito provável a existência, nesse caso, em ver com benevolência aqueles indicados, assim como que os mandatos dos/as candidatos eleitos/as com apoio evangélico tendem a variar no que diz respeito à proximidade do conteúdo doutrinário de denominação evangélica ao qual estavam vinculados durante o período de campanha eleitoral.

Ambos os autores ainda apresentam duas condições concomitantes que nos seus pontos de vista são fundamentais para as lideranças evangélicas constituírem-se em atores relevantes na disputa política: o seu grande poder de convencimento dos fiéis e a possibilidade de conferir visibilidade a campanhas dos candidatos aos quais declaram apoio. Sem falar que o presidencialismo de coalizão brasileiro pode favorecer grupos representativos da sociedade que defendem retrocesso ou ampliação de direitos, assim como que determinados apoios pressupõem retribuições, uma vez que aqueles que os receberam cheguem ao poder (*ibidem*).

Cabe ressaltar que o termo “evangélicos” congrega grupos e interpretações variadas e que se trata de uma identificação religiosa que vem crescendo no Brasil, representando no Censo de 2010 do IBGE 23% da população brasileira, e que obteve êxito na captação dos fluxos da sociedade moderna, devolvendo-os em linguagem midiática e imbuída de caráter religioso após processá-los. A entrada do neopentecostalismo – vertente mais recente dessa confissão religiosa – na TV e nos universos fonográfico, editorial e turístico, entre outros, exemplifica essa

afirmação. Ademais, os/as evangélicos conseguem se aproximar das periferias das cidades mediando, inclusive, conflitos com grupos criminosos e com o Estado. Áreas onde, por sua vez, é muito comum outros grupos como ONGs, sindicatos e movimentos sociais não estarem presentes (*ibidem*).

Nesse ponto cabe também ressaltar que um estudo, cuja proposta de análise é a atuação de grupos religiosos no ciberespaço, aponta que a presença de lideranças evangélicas era bem mais visível na rede, frente a representantes de outras religiões no início da popularização da internet no Brasil (JUNGBLUT, 2010). E embora, o autor do estudo reconheça que dez anos após o contexto inicial de popularização da internet seria muito difícil afirmar qual indivíduo ou grupo pertencente a determinada confissão religiosa estaria utilizando melhor as possibilidades desse recurso digital (*ibidem*), o mesmo caracteriza a atuação do grupo evangélico, em termos da utilização da internet, da seguinte forma:

[Os/as evangélicos/as utilizam-se de] formas bastante diversificadas de visibilidade; institucional (muitas páginas de igrejas locais, regionais, nacionais ou mesmo internacionais; um grande número também de páginas de organizações ecumênicas, paraeclesiásticas, interdenominacionais, etc.); publicitária/comercial (um número considerável de páginas na web com publicidade de livrarias e lojas de discos evangélicos, por exemplo); pessoal (um grande número de páginas pessoais visando a divulgação da fé evangélica); intensa interatividade individual de relacionamentos extra e intramuros (grupo religioso que, seguramente, mais se lança à interatividade comunicativa via Internet buscando não só a formação de comunidades de crentes como também o trabalho conversionista) (*ibidem*, p. 206-207).

Vital da Cunha e Lopes (2012) nos alertam sobre a importância de não incorrer em uma abordagem caricaturesca quando nos debruçamos sobre a relação entre lideranças religiosas evangélicos/as e a política, lembrando que não foi esse grupo que inaugurou as relações entre religiosidade e Estado no Brasil. Somente em 1891 o Estado Brasileiro declarou-se oficialmente laico, e mesmo depois disso continuou favorecendo a Igreja Católica em algumas circunstâncias. A introdução do ensino religioso em todas as escolas públicas brasileiras como exigência, através da Constituição de 1934, é um exemplo dessa relação.

Ambos/as autores ressaltam ainda que, embora tenham mais destaque na mídia ao se manifestarem contrários/as à temáticas como eutanásia, combate à homofobia e aborto, os/as evangélicos/as não são os/as únicos/as a expressarem tais opiniões, (já que nesse sentido também chama atenção o posicionamento católico) e a constituírem grupos formais no Parlamento Nacional e/ou na sociedade

civil. É possível citar os seguintes grupamentos, nesse sentido: Pastoral Parlamentar Católica; Frente Parlamentar Evangélica; Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família; Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Tradicionais de Terreiros e a União de Juristas Católicos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nunca é demais lembrar que a identificação com os universos evangélico e católico congrega uma diversidade de grupos e interpretações distintas dos modos de ser e estar no mundo, incluindo aqueles e aquelas que defendem a primazia dos direitos das mulheres, da comunidade LGBTQIAPN+, entre outros temas que para alguns grupos religiosos conservadores são tidos como controversos.

Entretanto, Vital da Cunha e Lopes (2012) acreditam que vale a pena dedicarmos nossos esforços para compreensão dos grupos religiosos, em especial dos/as evangélicos/as, devido ao fato da relação entre política e religião no Brasil estar se tornando cada vez mais conflituosa e de nos depararmos com diversas modalidades em que religiosos – principalmente os/as evangélicos/as – interagem com o poder público reverberando, para utilizar o termo dos/as autores/as, “[...] com sucesso, valores basilares e ainda muito presentes em nossa cultura” (*ibidem*, p. 15):

Nosso investimento analítico nesse grupo tem relação com o fato indubitável de que a sua presença alterou as relações solidificadas que existiam nos campos político, religioso e social. Isto porque a presença dos evangélicos deu visibilidade para antigas questões e atores que não eram muito vistos e para situações que não eram acentuadas e legitimamente questionadas, como a própria presença do religioso no espaço público – seja em instituições como Judiciário, Assembleias Legislativas e Câmaras, hospitais e asilos públicos, nas escolas etc. Com o avanço dos evangélicos na política na década de 1980, a discussão em torno da laicidade do Estado e da secularização da sociedade se fez mais presente. Entendemos que a movimentação do campo político e religioso pelos evangélicos introduziu um *empowerment* de diferentes tradições religiosas (embora isto possa parecer contraditório) que, ao invés de negarem o papel da religião no espaço público, passaram a reivindicar um lugar para si a fim de ampliarem a influência de suas denominações e tradições, assim como de suas lideranças e valores, baseados no “discurso dos direitos” e da democracia (demandando um acesso democrático aos bens políticos) (*ibidem*, p. 15 - grifos autorais).

Vital da Cunha e Lopes (2012), recorrendo à literatura brasileira que versa sobre a desconformidade entre a laicidade idealizada e a que vem ocorrendo no Brasil, afirmam que esta aponta para um distanciamento entre os ideais liberais que inspiraram a Constituição Republicana de 1891 – a qual instituiu formalmente a laicidade do Estado – e o que vem sendo, de fato, operado no país, bem como

defendem a tese de que a separação entre o âmbito público e as religiões trata-se de prerrogativa indispensável para que obtenhamos o pleno exercício da democracia e da cidadania, fundamentalmente para as chamadas minorias.

Ambos autores ainda sublinham que alguns religiosos defendem a igualdade de tratamento por parte do Estado frente às religiões e que grupos religiosos devam atuar na esfera pública exercendo pressões de várias ordens que contemplem seus valores e demandas assim como coletivos seculares. Na vanguarda deste tipo de demanda, Vital da Cunha e Lopes (2012) destacam os/as evangélicos/as, sobretudo os/as neopentecostais a partir da década de 1990, requerendo que as religiões detivessem os mesmos direitos frente ao Estado na medida em que vieram se destacando no espaço público, levando, inclusive, a Igreja Católica a se reposicionar. Entretanto apontam que na medida em que esse grupamento foi avançando no atendimento de suas demandas por parte do poder público, passando à frente de outras religiões nesse sentido, a narrativa que defende os mesmos direitos das religiões diante do Estado se transmuta de modo que o direcionamento de suas movimentações passa a ser voltado para que seu o código moral e os privilégios que adquiriu se sobreponham às demais religiões:

Nesse sentido, uma das principais lideranças evangélicas no Brasil, o pastor Silas Malafaia, divulgou em seu site cinco argumentos que justificariam a imbricação entre religião e política no mundo contemporâneo [...] No quarto argumento, que consideramos central para a nossa análise, Silas Malafaia vocifera: “Existe um jogo pesado e creio que Satanás está por trás disto. Todos podem influenciar na política: metalúrgicos, médicos, filósofos, sociólogos etc. Todo tipo de ideologia, inclusive a ideologia humanista/materialista, que nega a existência de Deus, pode influenciar na política. Mas o estilo de vida cristã, não! Isto é um absurdo! O povo de Deus não pode cair neste jogo. As nações mais poderosas e democráticas do mundo foram influenciadas, em todas as suas instâncias, pelo Cristianismo” (*ibidem*, p. 21-22).

Vital da Cunha e Lopes (2012) sublinham que é na afirmação de que os grupos religiosos seriam mais um grupo a exercer pressão frente ao Estado que reside o argumento mais desafiador para aquelas e aqueles que acreditam que esses grupos não deveriam influenciar o que é de domínio político. Ao abdicarem do discurso que lhes atribui o lugar de detentores da verdade absoluta, todos os argumentos baseados em teorias secularização que a narrativa científica está habituada a utilizar diante das investidas desses grupos no campo político caem por terra, além de deixar ciência e religião lado a lado na disputa pela produção da

verdade. Nesse sentido, criticar coletivos religiosos como mais um grupo que deveria pressionar o Estado significaria também atribuir à ciência o posto de produtora, por excelência, da verdade, fato que, por sua vez, vai contra um posicionamento científico que valoriza a ideia de igualdade entre saberes em detrimento da hierarquização das maneiras de produção de conhecimento que é tão cara à ciência. Bem como que, frente a essa narrativa, o único ponto que fragiliza os religiosos diante das críticas é aquele que recorre ao fato desses buscarem impor a todos/as valores com os quais apenas um grupo específico se identifica, ferindo a garantia de direitos humanos e de cidadania, portanto, de outros coletivos.

Os mesmos autores consideram ser expressivo o impacto que a presença de religiosos evangélicos<sup>19</sup> está ocasionando na agenda pública, a partir da comparação do número de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, artigos e livros) sobre laicidade publicados no Brasil em períodos históricos distintos: entre 1950 e 1989 foram publicados apenas 5 trabalhos sobre o tema, já entre 1990 e 2012 foram encontrados 96 trabalhos. Alguns trabalhos que tangenciam o tema que não foram contabilizados por não estarem classificados nos bancos de dados sobre o assunto. Chama ainda atenção o fato de que muitos trabalhos pertencentes a esse segundo período histórico estão correlacionados com o episódio conhecido como “chute na santa”, ocasião onde um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus chuta uma imagem de Nossa Senhora Aparecida com o intento de provar que a santa tida Padroeira do Brasil pelos católicos não passava de uma imagem de barro que poderia ser destruída, colocando em questão valores e crenças nacionais com consequências para o campo político, religioso, cultural e social. Outro aspecto importante é que todos os trabalhos desse mesmo período de algum modo

---

<sup>19</sup> É importante ressaltar que apesar de possuírem hegemonia na representação midiática e política-partidária que se posiciona contrária aos direitos reivindicados historicamente pelas mulheres e população LGBTQIAPN+, como o aborto e o casamento proveniente de uniões homoafetivas, os/as evangélicos/as conservadores/as não representam a totalidade de interpretações do segmento religioso evangélico que é marcado por grande pluralidade e onde podemos observar, inclusive, uma disputa do próprio significado do que é ser evangélico/a entre os/as conservadores/as e os/as coletivos mais progressistas. Para estes últimos, em nome da moral, os/as conservadores/as estariam subjugando o amor e a paz ao proferir discursos de ódio contra a diversidade humana e do ponto de vista dos/as conservadores/as, ao trazer para o campo religioso discussões oriundas de setores seculares da sociedade, os/as progressistas estariam desvirtuando os propósitos da fé (ALENCAR, 2019; VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012).

enfocavam as alterações no campo religioso promovidas pela presença crescente de evangélicos/as neopentecostais no espaço público (*ibidem*). Porém, é importante ressaltar o crescimento considerável da pós-graduação a partir dos anos 1990 ao levarmos em conta a análise dos autores.

É importante ainda ressaltar, que os diferentes matizes religiosos que disputam por reconhecimento e igualdade de direitos no acesso a bens políticos no Brasil acabaram por explicitar o chamado “segredo público<sup>20</sup>” – o qual consiste na histórica relação entre Estado e religião no Brasil, sobretudo entre o Estado e a Igreja Católica. Isso não enfraqueceu essa lógica, ao contrário, ao invés demonstrar o caráter insustentável desse tipo de prática após o seu desvelamento “[...] foi seguido por ações políticas no sentido de formalizar o que informalmente já vigia [...] além de servir para que vários outros grupos religiosos buscassem estreitar suas relações com o Estado no Brasil (*ibidem*, p. 26). Entre as referidas ações políticas, os autores destacam o “Acordo Brasil – Santa Sé”:

[...] por “Acordo Brasil – Santa Sé” nos referimos ao ‘Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil’, instrumento jurídico diplomático que institui uma série de direitos e deveres entre as duas nações. Assinado em 2008, tramitou no Congresso Nacional em 2009 e foi ratificado pelos dois países ainda nesse ano. Embora os seus defensores afirmassem que o acordo apenas “consolidava” o que já existia na prática, os seus opositores o denunciavam por constituir uma violação ao princípio da laicidade do Estado e da isonomia das religiões frente ao mesmo (*ibidem*, p. 26).

Disputando espaços na mídia diante da emergência de um contexto mais favorável ao pluralismo religioso com o enfraquecimento da hegemonia católica no Brasil, nos últimos anos evangélicos/as e católicos/as, sobretudo sob as roupagens neopentecostal e carismática, respectivamente, passaram a reinventar a devoção ao cristianismo sob influência das novas tecnologias. Situação que permitiu que fiéis passassem a assistir cultos e missas sem sair de casa, a colocar copos de água diante de rádios e televisões no intento de que estes fossem santificados

---

<sup>20</sup> “A noção de segredo público que utilizamos [...] [é a baseada] nos termos de Taussig (1999) [que] remete a algo que é amplamente conhecido, mas que não é explicitado” (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p. 26) [...] [representando o] que há de mais sólido em termos das relações sociais, institucionais e estatais [...] [que afirma] sua força pela ampla e pouco ruidosa difusão de seus conteúdos (*idem*).

eletronicamente e a realizar contribuições financeiras às igrejas através de depósitos online, por exemplo (*ibidem*).

A organicidade da Frente Parlamentar Evangélica pressionou ainda os/as católicos/as a posicionarem-se de maneira mais contundente na esfera política. Estes últimos que estavam habituados até a Constituinte a atuar principalmente através de lobby e acesso facilitado da CNBB aos governos, a partir da década de 1990 passaram a utilizar-se das estratégias de pressão direta sobre políticos, de parcerias com o poder público e da explicitação de suas bandeiras na mídia (*ibidem*) e

Desse modo, pressionar autoridades e poderes políticos para regular e legislar sobre direitos e implantar políticas públicas em conformidade com princípios católicos relativos à moral familiar e sexual, ao aborto, ao uso de métodos anticonceptivos, à educação religiosa em escolas públicas, à união civil de homossexuais e à eutanásia” (Duarte, 2011, p. 249 apud VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p. 38).

A esse respeito os/as autores destacam com base na literatura sobre a temática que se verifica um aumento significativo de candidatos políticos explicitamente religiosos ligados ao catolicismo a partir da década de 1990 como resposta à tendência que vinha se verificando de associação entre identidade religiosa e direcionamento político a qual incentivava o voto naqueles/as que compartilhavam da mesma fé. Destacam também que o argumento central utilizado pelos/as evangélicos/as que anteriormente tinham seu comportamento baseado numa espécie de “ascetismo intramundano” para um movimento no sentido oposto – que, por sua vez, provocou uma reação católica, como vimos – seria o de que

[...] precisavam ocupar estes espaços para defender os valores institucionais e, sobretudo – argumento que vigora até hoje –, os valores morais, que primariam pela família. Sendo assim, na perspectiva que defendem, eles precisariam se organizar para atuar contra ativistas homossexuais e feministas, bem como contra os defensores da umbanda e do candomblé (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p. 41).

Em tendência de crescimento de 1986 a 2012, Vital da Cunha e Lopes (2012) afirmam que nem mesmo os escândalos que atingiram a Frente Parlamentar Evangélica (citam o episódio conhecido como “máfia das ambulâncias”) foram capazes de promover algum declínio na quantidade de evangélicos/as atuantes na política nacional. Vale lembrar ainda que os/as evangélicos/as estabeleceram a chamada confessionalização da política partidária (MACHADO, 2006 apud VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012) ao criar uma inscrição política definida pelo seu

pertencimento religioso e partidos próprios como o Partido Republicano Brasileiro (PRB) – constituído em 2005 e ligado à Igreja Universal do Reino de Deus – e o Partido Ecológico Nacional (PEN) – cuja criação data de 2012 vinculada à Assembleia de Deus que foi apontada como maior igreja evangélica do Brasil pelo Censo IBGE 2010 (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012), além de receber apoio dos principais partidos laicos que apostaram no estabelecimento de uma parceria com a Frente Parlamentar Evangélica devido a possibilidade de maior arrecadação de votos (MARIANO, 2011 *apud* VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012).

Nesse sentido, é importante ressaltar o crescimento da Bancada Evangélica na composição do Congresso Nacional eleita em 2018<sup>21</sup>: de 78 parlamentares eleitos em 2014, esse número aumentou para 92 parlamentares em 2018<sup>22</sup>. Também houve aumento na chamada “Bancada da Bala” que passou de 35 para 70 parlamentares e apesar da Bancada Ruralista ter seu número de integrantes reduzido na Câmara Federal, aumentou sua presença no Senado Federal (integrando no total 107 parlamentares) e teve declarado apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro que não só a escolheu como interlocutora do seu governo, como também nomeou lideranças do agronegócio para postos-chave no governo (DIAP, 2019).

O levantamento preliminar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) sinaliza que apesar das bancadas informais<sup>23</sup> evangélica, ruralista, empresarial e de segurança reduzirem de tamanho na legislatura que se iniciou em fevereiro deste ano, estas ainda possuem forças no Congresso para organizar pautas a serem debatidas e propostas que possam ser levadas à votação (DIAP, 2022).

---

<sup>21</sup> Entre os/as deputados/as federais e senadores/as que se (re)elegeram ou que já compunham o Congresso Nacional nesse período, 242 pertenciam à bancada empresarial, 199 à bancada de parentes, 107 à bancada ruralista, 92 à bancada evangélica, 40 à bancada sindical, 89 à bancada feminina e 70 à bancada de segurança/bala (DIAP, 2019).

<sup>22</sup> Foram 85 deputados, sendo 44 novos e 41 reeleitos na Câmara dos/as Deputados/as. No Senado Federal, os evangélicos mais do que dobraram a representação: de 3 passam para 7 novos senadores, que se somam aos 85 deputados e formam a bancada evangélica de 92 parlamentares no Congresso Nacional (DIAP, 2019).

<sup>23</sup> Tratam-se de grupos suprapartidários que se organizam com o intuito de promover os interesses de grupos específicos, influenciando, desse modo, decisões em favor das políticas públicas que defendem (DIAP, 2020).

Ao observarmos a composição do Congresso Nacional eleito em 2022 percebemos que essa redução ainda foi tímida nas Bancadas Evangélica e de Segurança/bala: entre os/as candidatos/as a deputados federais e senadores/as (re)eleitos/as em 2022 e senadores/as ainda em exercício do seu mandato, 210 pertencem à Bancada Empresarial, 205 à Bancada de Parentes, 81 à Bancada Ruralista, 85 à Bancada Evangélica, 41 à Bancada Sindical, 99 à Bancada Feminina e 66 à Bancada de Segurança/bala (DIAP, 2022).

No quadro abaixo elaborado pelo DIAP é possível observar o histórico das bancadas informais desde 1991, incluindo o crescimento da Bancada Evangélica ao longo das últimas duas décadas referido por Vital da Cunha e Lopes (2012):

**Tabela 1:** Histórico das bancadas informais desde 1991. \* Eram contados juntos (empresários rurais e urbanos) nos períodos 1991-1995/ 1995-1999; \*\* Não foram informados os dados do Senado; e \*\*\* Onde não há informações é porque não há histórico.

BANCADAS	1991-1995	1995-1999	1999-2003	2003-2007	2007-2011	2011-2015	2015-2019	2019-2023	2023-2027
<b>*EMPRESARIAL</b>	**201 deputados	166 deputados e 22 senadores	143 deputados e 23 senadores	104 deputados e 16 senadores	82 deputados e 17 senadores	246 deputados e 27 senadores	221 deputados e 30 senadores	204 deputados e 38 senadores	178 deputados e 32 senadores
<b>***PARENTES</b>						78 deputados e 27 senadores	211 deputados e 39 senadores	175 deputados e 24 senadores	184 deputados e 21 senadores
<b>***RURALISTA</b>					23 deputados e 9 senadores	152 deputados e 18 senadores	109 deputados e 17 senadores	80 deputados e 27 senadores	57 deputados e 24 senadores
<b>EVANGÉLICA</b>	**1 deputado	**5 deputados	11 deputados e nenhum senador	18 deputados e 1 senador	36 deputados e 4 senadores	70 deputados e 3 senadores	57 deputados e 3 senadores	85 deputados e 7 senadores	73 deputados e 12 senadores
<b>SINDICAL</b>	**25 deputados	**38 deputados	40 deputados e 4 senadores	55 deputados e 5 senadores	55 deputados e 5 senadores	64 deputados e 8 senadores	51 deputados e 9 senadores	35 deputados e 5 senadores	35 deputados e 7 senadores
<b>FEMININA</b>	**28 deputadas	27 deputadas e 5 senadoras	35 deputadas e 5 senadoras	42 deputadas e 10 senadoras	39 deputadas e 10 senadoras	45 deputadas e 12 senadoras	51 deputadas e 13 senadoras	77 deputadas e 12 senadores	86 deputadas e 13 senadoras
<b>SEGURANÇA</b>	**4 deputados	3 deputados e 1 senador	6 deputados e 1 senador	6 deputados e 1 senador	7 deputados e 1 senador	4 deputados e nenhum senador	22 parlamentares (só é citado o total)	61 deputados e 9 senadores	56 deputados e 10 senadores

**Fonte:** DIAP. Bancadas informais no Congresso: abordagem preliminar – 57ª legislatura 2023-2027. Disponível em: [bancadas\\_informais\\_congresso\\_2023\\_2027.pdf](#) (diap.org.br). Acesso em: 13 mar. 2023.

Biroli *et al.* (2020) apontam que desde a destituição de Fernando Lugo (Paraguai, 2012) e Dilma Rousseff (Brasil, 2016) ao golpe de Estado contra Evo Morales (Bolívia, 2019), passando pelas eleições de Pedro Pablo Kuczynski (Peru, 2016), Sebastián Piñera (Chile, 2010 e 2018) e Jair Bolsonaro (Brasil, 2018), parte importante das nações latino-americanas vem enfrentando processos marcados por acentuada instabilidade política e pelo recrudescimento do conservadorismo

religioso e do neoliberalismo, reconhecendo que “estamos diante de uma correlação de forças que amplia o espaço e o potencial de atuação dos grupos conservadores religiosos e de seus aliados seculares” (*ibidem*, p. 7).

Movimento que podemos observar na tabela acima: entre 2007 e 2011 a Bancada Evangélica que conta com 40 parlamentares praticamente dobra na legislatura seguinte (2011-2015) passando a contar com 73 políticos/as. No item a seguir veremos que esse aumento pode estar relacionado com os avanços no campo dos direitos feministas e LGBTQIAPN+ verificados nos governos petistas, em especial com a tramitação do Projeto de Lei nº 8.035/2010 ou Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2011 a 2020 no Congresso Nacional que difundiu entre os/as parlamentares as pautas feministas e LGBTQIAPN+ (MACHADO, 2020).

Nesse intervalo (2007-2015) também chama atenção o crescimento das Bancadas Empresarial e Ruralista que passaram, respectivamente, de 99 para 273 parlamentares e de 32 para 170 parlamentares. Fato que evidencia, em conjunto com o crescimento da Bancada Evangélica, a necessidade de estreitar as conquistas sociais dos/as trabalhadores/as diante do aumento tendencial da queda da taxa de lucro em um contexto marcado pela crise sistêmico-estrutural do capital, bem como desfaz quaisquer ilusões de continuidade de amplas políticas sociais após o fim das experiências socialistas (MAZZEO, 2021), preparando o caminho para os processos que desembocaram na eleição de Jair Bolsonaro anos mais tarde – expressão vitoriosa da articulação da frente neoconservadora com o neoliberalismo (IRINEU *et al.*, 2020), conforme vimos no item anterior. Nesse sentido, cabe ressaltar que

[...] a dimensão política das formas de governo está atrelada as regulações gerais do capital, ao passo, que a envergadura do capitalismo no Brasil, especialmente no Governo Bolsonaro, aponta para importância de conceber a imbricação do jogo político e econômico nas relações sociais [...] Essa apreensão materialista da indissociabilidade entre a esfera política e econômica nos oportuniza compreender [ainda] a atuação e conformação do Estado e dos regimes políticos que, na fase atual do capitalismo, propagam o peso excessivo do Estado e o custo elevado das políticas sociais para a economia, propondo a redução, enxugamento e transferência dos serviços e equipamentos públicos para o mercado (*ibidem*, p. 99).

Ainda no que tange a Tabela 1, observando o crescimento da bancada feminina, também podemos refletir, recorrendo a Machado (2020), sobre como o aumento de mulheres ocupando cargos de poder, uma conquista do avanço do

movimento feminista, contraditoriamente favoreceu o aumento da Bancada Evangélica. Segundo a autora, a política de cotas<sup>24</sup> favoreceu a indicação pelas igrejas pentecostais de lideranças femininas para as disputas eleitorais pelo poder Legislativo, embora a maioria dos/as candidatos/as evangélicos/as ainda sejam homens. A mesma ressalta que diversas mulheres afamadas no meio evangélico exerceram função importante nas alianças dos/as evangélicos/as com outros grupos religiosos neoconservadores (católicos e judeus) e na eleição de Jair Bolsonaro, incluindo a ex-ministra Damares Alves (MACHADO, 2020):

Na maioria das vezes, filhas ou esposas de pastores são estimuladas a entrar nas disputas eleitorais para aumentar o capital político das famílias que lideram as igrejas. Na realidade, raras são as legisladoras evangélicas que passaram por movimentos sociais (sindicais, estudantis, associação de moradores etc.) antes das disputas eleitorais. Uma vez eleitas, essas mulheres tendem a seguir o modelo de atuação parlamentar dos políticos evangélicos do sexo masculino (MACHADO, 2020, p.98).

Nos interessa ainda resgatar de forma resumida, antes do encerramento deste item, a análise que Vital da Cunha e Lopes (2012), realizaram de dois episódios que ficaram amplamente conhecidos durante as eleições presidenciais de 2010, a saber, os debates em torno do conjunto de materiais educativos destinados à prevenção da homofobia nas escolas que fazia parte do Programa Escola Sem Homofobia, criado pelo Ministério da Educação<sup>25</sup>, bem como as discussões relacionadas ao aborto no mesmo período. Os/as autores/as identificaram que

---

<sup>24</sup> “No Brasil, uma série de inovações institucionais ocorreu na legislação eleitoral no intuito de corrigir a sub-representação das mulheres na política após 1990. As primeiras políticas de discriminação positiva foram introduzidas em meados da década de 90. A primeira proposta de cotas foi apresentada em 1995 na eleição para as Câmaras Municipais, quando foram estabelecidas as cotas pela Lei 9.100/95. [...] A legislação, entretanto, era considerada uma norma programática pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e permaneceu sem consequências efetivas até as modificações realizadas pela Lei 9.504/97, quando se estabeleceu o mecanismo de reserva de 30% de vagas para um dos sexos. Na prática, os partidos e coligações estavam proibidos de ocupar todas as vagas disponíveis somente com homens, ainda que não houvesse uma única mulher na nominata [...] [porém as cotas] ainda eram relativas ao total de candidatos possíveis para cada cargo por partido ou coligação; e não ao número efetivo de candidatos registrados. Dito de outra forma, existiu a reserva de vagas, mas não a obrigatoriedade de registros de candidaturas femininas. Como cada partido ou coligação pode registrar um número de candidatos de até 150% das vagas em disputa, muitas dessas reservadas simplesmente não são preenchidas, exatamente as que deveriam ser destinadas às mulheres [...] Somente em 2009 o preenchimento destas vagas passou a ser interpretado como obrigatório com a Lei 12.034/09, e as vagas foram finalmente ocupadas por mulheres” (PEIXOTO *et al.*, 2016, p.130-131).

<sup>25</sup> Os setores conservadores apelidaram pejorativamente esse conjunto de materiais educativos ligados ao Programa Escola Sem Homofobia de “kit gay”.

setores conservadores, incluindo, vale destacar, o ex-presidente Jair Bolsonaro que exercia à época o seu sexto mandato consecutivo como Deputado Federal, se esforçaram no sentido de direcionar os debates a partir de “pânicos morais”<sup>26</sup>, utilizando-se, nesse sentido, de recursos para distorção de informações e fatos. À título de exemplificação, pode-se citar a narrativa empreendida por Bolsonaro, no período, em um panfleto produzido pelo mesmo que foi distribuído na porta de escolas e de residências no Rio de Janeiro sobre o referido material educativo (*ibidem*):

Com o falso discurso de combater a homofobia, o MEC em parceria com grupos LGBTs, na verdade, incentivam o homossexualismo nas escolas públicas do 1º Grau, bem como, tornam os nossos filhos alvos fáceis para os pedófilos” (*ibidem*, p. 125).

Até aqui pudemos observar que as forças conservadoras que estavam atenuadas pelo processo de redemocratização viram no contexto que marcou as manifestações de 2013 um terreno propício para prosperar, utilizando-se da disseminação das redes sociais para aprofundar sua expansão e organização. Soma-se à essa conjuntura o crescimento do campo evangélico que vinha ocorrendo desde a década de 1990 marcado pela representação partidária e, mais recentemente, pelo uso indiscriminado de novas tecnologias, bem como o reposicionamento da Igreja Católica frente à perda de fiéis e a desorganização dos setores mais progressistas do Brasil. Por fim, a bem-sucedida tentativa de alinhamento nos últimos anos, por parte das forças conservadoras, a cosmovisões religiosas, sobretudo evangélicas, voltando sua atenção para temas ainda controversos na sociedade brasileira por meio do acionamento dos chamados pânicos morais.

Nessa direção, cabe destacar que a pandemia de Covid-19<sup>27</sup> vivenciada pelos/as brasileiros/as acentuou a importância da comunicação digital uma vez que

---

<sup>26</sup> Os “pânicos morais” podem ser compreendidos como formas de resistência que emergem a partir do medo social às transformações percebidas como bruscas da sociedade, vistas, por sua vez, nessa chave de interpretação como ameaçadoras (MISKOLCI; CAMPANA, 2007 *apud* VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012).

<sup>27</sup> A pandemia de Covid-19 – uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 potencialmente grave e de elevada transmissibilidade – vem alarmando o mundo desde o fim de 2019 se constitui em um dos maiores desafios sanitários deste século (WERNECK; CARVALHO, 2020). Considerando a alta taxa de transmissão da Covid-19 por meio de contato direto com uma pessoa

para conter o avanço do SARS-CoV-2 foram necessárias medidas de isolamento social.

Salientamos ainda que chama atenção nas Eleições de 2022 o fato do Partido Liberal (PL), atual partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, ser o partido que elegeu a maior bancada da Câmara dos/as Deputados/as. Ocupando ao total 99 vagas, o PL ultrapassou o Partido dos Trabalhadores (PT), partido do atual presidente Luiz Inacio Lula da Silva, que lidera na sequência a ocupação das vagas, tendo conseguido ao todo 68 cadeiras. Em relação ao Senado Federal, o PL também dobrou a sua representação em relação à legislatura anterior<sup>28</sup>, (re)elegendo 8 senadores/as (6 novos e 2 reeleitos), ocupando assim 12 dos 81 lugares.

Nesse sentido, considerando que a vitória do presidente Luiz Inacio Lula da Silva sobre o candidato à reeleição Jair Bolsonaro no segundo turno das Eleições 2022 se deu por uma diferença de 2,1 milhões de votos e que persiste no Congresso Nacional uma composição predominantemente conservadora e neoliberal (DIEESE, 2022), as pesquisas que se debruçam sobre o avanço do neofascismo estão longe de tornarem-se obsoletas e podem contribuir para a elaboração de estratégias de resistência por parte do campo progressista frente a este cenário que continua a nos assombrar.

---

infectada ou contato com gotículas respiratórias contendo o vírus pelo ar ou por meio de superfícies contaminadas e, inicialmente, a insuficiência de conhecimento científico sobre a doença, várias medidas de isolamento social foram adotadas para tentar frear o seu avanço. No dia 11 de março de 2020 quando a pandemia de Covid-19 foi anunciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) já haviam sido registrados 118 mil casos e 4,12 mil mortes por Covid-19 em 114 países. Três anos após essa data é possível contabilizar 676,5 milhões de casos e 6,8 milhões de mortes e afirmar que o mundo se encontra em um período muito diferente da crise sanitária, onde o coronavírus (SARS-CoV-2) deixou de apresentar uma ameaça mortal para a maioria das pessoas com o desenvolvimento de vacinas, testes e remédios em tempo recorde. No Brasil, a taxa de mortalidade que era de 93 por 100 mil habitantes em 2020 e chegou em 201 em 2021, vem caindo desde 2022 que registrou 36 mortes por 100 mil habitantes e encontra-se em 3 considerando o primeiro trimestre de 2023. Assim, considerando os períodos de maior e menor incidência, a letalidade do vírus por 100 mil habitantes caiu de 2,9% em 2021 para 0,7% em 2023. Em 2021, ano mais letal da pandemia, o Brasil chegou a registrar 21 mil mortes por Covid-19 em uma única semana e apesar do crescimento em internações e mortes registrados no início de 2022 em decorrência da disseminação da variante Ômicron, as estatísticas nunca mais atingiram números de contaminações e óbitos tão elevados. Estima-se que se os dados continuarem na tendência atual, o país pode encerrar o ano de 2023 com menos da metade das mortes que foram notificadas em 2022 (CONASS, 2023; BIERNATH, 2023).

<sup>28</sup> No Senado, o PL encontra-se atrás apenas do Partido Social Democrático (PSD) que atualmente possui 16 cadeiras.

## CAPÍTULO 3: AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES E POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO GOVERNO BOLSONARO

Atenção, atenção. É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa.

Dameres Alves

Neste capítulo, refletiremos sobre os retrocessos ocasionados pelo avanço do neofascismo no Brasil no campo das políticas sexuais e de gênero, mais especificamente durante o governo Bolsonaro. Antes, para nos situarmos historicamente em relação às conquistas feministas e da população LGBTQIAPN+ no campo institucional, retomaremos de forma breve como as pautas relativas à igualdade de gênero e diversidade sexual no Brasil foram encaradas pelos governos que o precederam.

### 3.1. Breve retrospectiva das políticas atinentes à igualdade de gênero e diversidade sexual no Brasil

Irineu *et al.* (2020) afirmam que desde o período Constituinte (1986/87)<sup>29</sup> a comunidade LGBTQIAPN+ vem lutando por direitos e políticas públicas<sup>30</sup>. Segundo os/as autores/as, no ano de 1995 foram submetidos dois projetos de lei específicos

---

<sup>29</sup> “No Brasil, os militares ainda controlavam o Poder Público à época da transição em que ocorre a Constituinte de 1986/87 e, embora o discurso de defesa da família fora acionado para impedir a contemplação da sexualidade enquanto um marcador protegido pelo artigo da não-discriminação, não havia neoconservadores e neoliberais assim nomeados e substancialmente em aliança. Entretanto, o debate público foi marcado por traços do conservadorismo, no qual os setores religiosos e ruralistas já se faziam presentes, ainda que organizados diferentemente das formas atuais, concretizadas nas bancadas evangélica e ruralista” (IRINEU *et al.*, 2020, p. 103).

<sup>30</sup> Faleiros aponta que as instituições sociais, por meio da oferta de políticas públicas, assumem “os custos sociais globais da reprodução da força de trabalho” (1993, p. 34), ocupando um espaço político nas relações entre o Estado e a sociedade civil que assegura a reprodução da força de trabalho e o controle social das massas, garantindo a hegemonia da classe economicamente dominante, por meio de “canais institucionais” (*ibidem*, p. 36) que canalizam as pressões e demandas da classe oprimida através da oferta de mínimos sociais que apaziguam as relações entre capital e trabalho. No entanto, o mesmo autor vislumbra no caráter contraditório das políticas sociais possibilidades de enfrentamento ao sistema capitalista, na medida em que as mesmas políticas públicas que operam na manutenção da ordem social vigente, garantem direitos aos indivíduos facilitando o “[...] acesso da população ao saber sobre elas mesmas e aos recursos disponíveis [...] [que em última instância possibilitam] uma reapropriação [ainda que parcial e precária] dos excedentes retirados da população e o acesso ao poder, produzindo efeitos políticos [...]” (*ibidem*, p. 55).

para a população LGBTQIAPN+ no Congresso Nacional, sendo um sobre a “união civil” e o outro sobre a mudança de prenome para transexuais que se submeteram à cirurgia de redesignação sexual os quais, por sua vez, não prosperaram assim como todas as outras demandas advindas do movimento LGBTQIAPN+ à época.

Passadas mais de duas décadas, a luta LGBTQIAPN+ continua enfrentando conservadorismos institucionalizados no Poder Público de acordo com os/as autores/as. A partir do acionamento dos pânicos morais, políticos/as conservadores/as estão organizados/as através da Frente Parlamentar Evangélica estabelecida no Congresso Nacional e produzem discursos “em defesa da família tradicional” e contra a “ideologia de gênero” refreando a aprovação de legislações específicas para essa população e designando feministas e integrantes do movimento LGBTQIAPN+ como agentes do mau e da imoralidade. Situação que tem como repercussão imediata a não aprovação de legislações específicas e a judicialização dos direitos LGBTQIAPN+ como tática de reconhecimento jurídico através da Jurisdição Constitucional (*ibidem*).

Irineu *et al.* (2020) recuperam que, em relação às políticas públicas, o II Plano Nacional de Direitos Humanos (2002), no governo de Fernando Henrique Cardoso, é a primeira referência aos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil ao prever o direito à livre orientação sexual e a proibição da discriminação. Bem como que os governos petistas (2003-2016) marcam um período em que as demandas do ativismo GLTB (sigla à época) são mais reconhecidas, sendo a maior expressão desse reconhecimento a criação da primeira política pública voltada especificamente a essa população em 2004: Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.

Irineu *et al.* (2020) citam ainda que várias políticas públicas e ações para a população LGBTQIAPN+ estão presentes entre 2003 e 2016, período no qual presidiram no Brasil governos petistas: as Conferências Nacionais LGBTQIAPN+ de 2009, 2011 e 2016 que visavam a construção de políticas públicas através da participação social de ativistas e Poder Público; o Programa “Brasil Sem Homofobia” (2004); o “I Plano Nacional de Promoção e Cidadania e Direitos Humanos de LGBT” (2009); o Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT (2010); o “Disque 100 – Direitos Humanos” (2011); a Política Nacional de Saúde Integral da

População LGBT (2011) e a criação do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT (2013); entre outros (*ibidem*).

No entanto, as/os autores/as fazem uma ressalva: afirmam que embora esses governos tenham elaborado ações e políticas que visavam a promoção dos direitos LGBTQIAPN+, há descontinuações entre as gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), assim como ambiguidades e contradições que comprometeram o prosseguimento dessas políticas, incluindo promessas de governo não cumpridas de aprovação de legislações protetivas dos direitos LGBTQIAPN+ previstas nos Planos de Políticas Públicas que em diferentes períodos foram utilizadas nesses governos como meio de barganha com setores conservadores e reacionários.

Nessa perspectiva, Feitosa (2021) defende que o enfraquecimento das ações afirmativas direcionadas à população LGBTQIAPN+ no Brasil já se faziam sentir desde as Eleições de 2010, ocasião na qual Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), principais candidatos/as à Presidência da República à época, acenaram em direção aos/às evangélicos/as e ao público mais conservador ao se comprometerem ainda no período eleitoral em não adotar medidas que afrontassem “a família” em uma perspectiva heteronormativa. O autor recupera que após eleita, Dilma Rousseff recuou em relação às políticas públicas LGBTQIAPN+, sendo as maiores expressões desse movimento o veto ao Programa “Escola Sem Homofobia” do Ministério da Educação apelidado pelo então parlamentar Jair Bolsonaro de “Kit Gay” e uma fala à imprensa por parte da presidenta afirmando que seu governo “não faria propaganda de opção sexual” (*ibidem*).

Nesse cenário, Rezende (2022) recupera que foi a partir do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff que a capacidade institucional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) ficou limitada. Fundada em 2003, a SPM tornou-se, segundo a autora, a primeira agência no Brasil a ter status de Ministério contando com recursos políticos e econômicos para planejar e implementar políticas para as mulheres.

A autora aponta como ações prioritárias da SPM aquelas relativas à violência de gênero, ao trabalho e à autonomia econômica, bem como que este órgão intencionou consolidar e expandir as políticas para as mulheres em outros âmbitos

da administração pública, fornecendo apoio técnico e financeiro para a formação de agências e conselhos municipais e estaduais de mulheres, passando em 2010 a incorporar as demandas das trabalhadoras rurais em resposta às reivindicações desse grupo ao longo dos anos 2000 (*ibidem*).

Rezende (2022) ressalta que além do montante de recursos, a SPM se diferenciou de experiências anteriores apostando em espaços formais de participação social tais como o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM) e as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM) que foram caracterizados por processos eletivos nos quais representantes da sociedade civil foram escolhidos/as para participar de discussões relativas ao planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas. Em relação ao Congresso Nacional, a SPM desempenhou papel de destaque ao lado da bancada feminina na conquista de importantes legislações que garantiram os direitos das mulheres, como a Lei Maria da Penha e a Emenda Constitucional 72/2013, que trata dos direitos das trabalhadoras domésticas, buscando também articulações com os Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Agrário e Direitos Humanos e Promoção da Igualdade Racial.

Rezende (2022) afirma que em 2016, ainda no governo Rousseff e em um cenário alardeado pela crise política que posteriormente culminou no seu *impeachment*, a SPM perdeu o status de Ministério e passou a ser ligada ao Ministério da Mulher, Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos, fato que diminuiu continuamente o orçamento da pasta. Apesar da crise política, a autora ressalta que o governo Rousseff (2011-2016) foi o que mais investiu em políticas para as mulheres quando comparado com os governos Lula (2003-2010) e Temer (2016-2018).

Irineu *et al.* (2020) resgatam que também em 2016, ano de realização da 3ª Conferência Nacional LGBT e do Golpe Jurídico-Parlamentar que impediu o exercício de Dilma Rousseff, a então presidenta promulgou o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, reconhecendo a utilização do nome social para pessoas Trans no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional, mas foi deposta antes que os resultados obtidos na Conferência tomassem a forma de um Plano de Políticas Públicas no governo sucessor que movimentou-se política e

economicamente para favorecer a formação de uma conjuntura propícia para a expansão da agenda neoliberal e da extrema direita no Brasil.

Ao assumir a Presidência da República em 2016, após golpe contra Dilma Rousseff, Michel Temer na publicação de sua primeira Medida Provisória (726/2016) extingue o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, responsável pelas políticas voltadas à população LGBTQIAPN+, junto com mais oito Ministérios utilizando-se do argumento de “corte de gastos” e institui uma Secretaria Especial de Direitos Humanos, nas dependências do Ministério da Justiça. Também transfere as dotações orçamentárias do antigo Ministério para a Presidência da República e mesmo após criar o Ministério de Direitos Humanos em 2017 por meio da Medida Provisória nº 768, mediante pressões dos movimentos em prol dos Direitos Humanos, não cita nenhuma pretensão de restituir para esse Ministério o antigo orçamento (*ibidem*).

Não bastasse o ataque direcionado às políticas públicas de direitos humanos, o projeto de desmonte de Michel Temer também abarcou as políticas sociais com a aprovação da Emenda à Constituição nº 95, que instituiu Novo Regime Fiscal que vigorará por 20 anos, impondo limites para as despesas primárias dos três Poderes e intensificou a contrarreforma trabalhista, uma das principais ofensivas contra os direitos da população LGBTQIAPN+ segundo os/as autores/as<sup>31</sup> (IRINEU *et al.*, 2020).

Também é importante recordar que Michel Temer gravou vídeos com pastores evangélicos as vésperas do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, que a votação do *impeachment* foi comandada pelo pentecostal Eduardo Cunha e que durante a votação da instauração do processo de *impeachment* na Câmara em 17 de abril de 2016 vários parlamentares justificaram seus votos com argumentos morais e religiosos na suposta “defesa da família” (MACHADO, 2020).

---

<sup>31</sup> “A Contrarreforma Trabalhista, em evidente estratégia homonacionalista, trouxe a sexualidade em sua previsão de dano extrapatrimonial como um dos bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa humana. Em uma primeira leitura, poderia se retirar que a nova legislação avançaria na proteção jurídica daquelas/es orientações sexuais não-heterossexuais. No entanto, o objetivo central da legislação é a precarização do trabalho em favor do mercado, impactando também na empregabilidade, renda e relações de trabalho das pessoas LGBTI. É por esse motivo que não há como enxergar tal dispositivo como um avanço no ordenamento jurídico pátrio” (IRINEU *et al.*, 2020, p. 102-103).

Analisando os governos de Lula, Rousseff e Temer, Irineu *et al.* (2020) afirmam que podemos apreender a trajetória histórica da política pública LGBTQIAPN+ no Brasil através de “restrições orçamentárias, ações descontínuas e uma vontade política subsumida a negociações com segmentos conservadores” (IRINEU *et al.* , 2020, p. 100 *apud* IRINEU, 2019, p. 301) e apesar do recrudescimento da extrema direita na singularidade brasileira não poder ser explicada levando em conta somente o golpe jurídico-parlamentar que depôs a presidenta Rousseff, Temer encarnava o pacto entre o conservadorismo e o neoliberalismo que posteriormente tomaria dimensões maiores com Bolsonaro (IRINEU *et al.* , 2020).

Nessa perspectiva, Biroli *et al.* (2020) defendem que a atual configuração do conservadorismo latino-americano expressa a aliança política de grupos cristãos com setores não religiosos da direita e está relacionada a um contexto histórico marcado pelos avanços dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+.

Entre os avanços LGBTQIAPN+ no campo dos direitos no Brasil, Irineu *et al.* (2020) destacam a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277/DF na qual foi reconhecida a possibilidade de pessoas do mesmo sexo constituírem entidade familiar (2011), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 291 que descriminalizou a pederastia no Código Penal Militar (2015), a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275/DF que confere a possibilidade de alteração do registro civil de pessoas transexuais e travestis sem que haja a necessidade da realização de cirurgia ou documento de decisão judicial (2018), a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5543 que declara inconstitucional a proibição da doação de sangue por homens gays (2020) e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 5537, 5580 e 6038 e as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 461, 465 e 600 que julgaram inconstitucionais as leis que proíbem a discussão de gênero e sexualidade nas escolas públicas, as quais, por sua vez, foram apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que, segundo os/as autores/as, se destaca pelo seu papel contramajoritário no controle da constitucionalidade<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> “Trata-se da possibilidade de invalidação de atos do Poder Público não compatíveis com a Constituição Federal. Essa ferramenta jurídica foi criada pelo direito pós-guerras, ao qual, surge pela

Ainda no que tange à reação neoconservadora aos avanços no campo dos direitos feministas e LGBTQIAPN+, Machado (2020) afirma que existe um consenso entre os/as analistas de que foi a tramitação do Projeto de Lei nº 8.035/2010<sup>33</sup> (Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2011 a 2020) no Congresso Nacional que impulsionou a difusão entre os parlamentares das ideias de intelectuais e ativistas católicos/as sobre a agenda dos movimentos feministas, fato que intensificou o embate dos setores católicos e evangélicos conservadores com o poder Executivo, as feministas, os coletivos LGBTQIAPN+ e os movimentos de direitos humanos.

A autora também cita o Programa de Combate à Violência e Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual (2004); o projeto de lei para criminalizar a homofobia (PL nº 122/2006), a convocação da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis (2007), o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (2009), o programa Escola sem Homofobia (2011), o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo (2011), o reconhecimento do direito de casais gay adotarem sem restrição de idade e sexo (2015), o reconhecimento do direito de mudança de nome por parte das pessoas trans (2018) e a criminalização da homofobia (2019) entre as medidas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que fariam as lideranças evangélicas sentirem que os seus valores estariam ameaçados, tornando, por conseguinte, a questão da sexualidade central na atuação de vários políticos e figuras públicas desse segmento religioso (*ibidem*).

Machado (2020) também aponta que as denúncias de violação da ética profissional encaminhadas aos Conselhos Regionais de Psicologia e a abertura de

---

necessidade de preservação e proteção dos direitos humanos e fundamentais, bem como a garantia e estabilidade do Estado de Direito" (*ibidem*, p. 103).

<sup>33</sup> Apresentado pelo Executivo em 2010, o PNE em sua formulação original previa em seu artigo 2º a superação das desigualdades educacionais e a "ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual". E a possibilidade da incorporação da perspectiva de gênero na política educacional brasileira motivou a aliança de parlamentares evangélicos e católicos no Congresso Nacional, bem como a mobilização de bispos, sacerdotes, pastores e fiéis da sociedade civil. Cabe destacar que com a pressão dos neoconservadores o PNE que havia sido aprovado em 2012, sofreu modificações no Senado sugeridas pelo pastor batista Magno Malta e retornou à Câmara, sendo aprovado em 2014 sem referências a gênero e orientação sexual (MACHADO, 2020).

processos investigativos envolvendo duas profissionais cristãs que realizaram atendimentos psicológicos com o propósito de mudar a orientação sexual de homossexuais nos anos de 2007 e 2014 teriam alimentado “[...] o discurso persecutório dos evangélicos neoconservadores nas mídias eletrônicas, púlpitos e redes sociais” no plano da sociedade civil<sup>34</sup> (*ibidem*, p. 96).

A despeito do crescimento da influência da Bancada Evangélica que vem sendo registrado entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário desde a década de 1990 (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012) e da tendência de cortes e perda de status em anos anteriores que assolam as políticas voltadas à igualdade de gênero (REZENDE, 2022) e à cidadania LGBTQIAPN+ (IRINEU *et al.*, 2020), Machado (2020) e Rezende (2022) afirmam que foi no governo Bolsonaro que as políticas atinentes à questões de gênero e sexualidades “[...] sofreram maior revés, já que a agenda antigênero (ou contrária à chamada “ideologia de gênero”) passou de plataforma de campanha à política de governo” (REZENDE, 2022, p. 3), sendo emblemático nesse sentido o fim da SPM, que vinha sofrendo modificações, como vimos, desde o segundo governo Rousseff, a criação do Ministério da Mulher, da

---

<sup>34</sup> “Vinculadas respectivamente à Igreja Presbiteriana e à Igreja Batista do Bacacheri de Curitiba, Rozângela Alves Justino e Marisa Lobo receberam censura pública dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia e iniciaram uma batalha para derrubar a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) de 1999, que proíbe os profissionais da área de oferecer ‘tratamento e cura das homossexualidades’. Uma das estratégias adotadas passava pelo Legislativo: o pastor evangélico e deputado federal João Campos (PSDB-GO) apresentou um projeto de decreto legislativo (PDC n.234/2011) para sustar a resolução. Com forte reação da sociedade civil e da direção de seu partido político, o PSB, o autor pediu o arquivamento de sua proposta na Câmara Federal em 2013. Outra estratégia foi acionar o Judiciário, com Rozângela encabeçando um grupo de duas dezenas de psicólogos cristãos que solicitou, em 2017, a derrubada da referida resolução com a justificativa de que ela feria o livre exercício profissional. No mesmo ano, o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho (14ª Vara Cível de Brasília), por meio de uma liminar, liberou o tratamento psicológico de pessoas LGBTQIAPN+ por profissionais cristãos, provocando uma reação imediata do CFP, que recorreu ao STF. Em abril de 2019, a ministra do Supremo Cármen Lúcia cassou a liminar, mantendo a íntegra da Resolução do CFP. Ato contínuo, em agosto de 2019, o Movimento Psicólogos em Ação, formado por cristãos, lançou mão de uma terceira estratégia, apresentando a candidatura de Rozângela Justino para disputar a presidência do Conselho Federal de Psicologia, sendo derrotado em seguida. Antes das eleições, Rozângela e outros representantes do Movimento Psicólogos em Ação foram recebidos pela responsável pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, que apoiou a iniciativa do grupo de disputar a direção do CFP” (*ibidem*, p. 96-97).

Família e dos Direitos Humanos (MACHADO, 2020) sob o comando de Damares Alves e a extinção do CNCD/LGBT no dia 28 de junho de 2019<sup>35</sup>:

A introdução do termo família no nome da pasta que vinha desenvolvendo políticas para as mulheres nas últimas décadas e a nomeação de uma pastora para assumir o novo Ministério são indicadores do avanço do neoconservadorismo na política brasileira (*ibidem*, p. 105).

Machado (2020) caracteriza Damares Alves, pastora indicada para assumir o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro (2019-2022), como a liderança evangélica feminina de maior destaque tanto na coalizão entre os legisladores evangélicos e católicos no Congresso Nacional quanto na promoção da racionalidade neoconservadora na campanha de Bolsonaro.

Ainda segundo Machado (2020), a advogada e pastora Damares Alves (inicialmente da Igreja Quadrangular e depois da Igreja Batista) que atuou na assessoria jurídica de vários parlamentares no Congresso Nacional e da Frente Parlamentar Evangélica, bem como foi secretária-geral do Movimento Nacional Brasil sem Aborto, desempenhou e segue desempenhando<sup>36</sup> papel central na disseminação entre os/as evangélicos/as brasileiros/as do ideal conservador em torno do conceito de família, na defesa da educação religiosa das crianças e no combate às perspectivas de gênero e da diversidade sexual.

No esforço de compreender os elementos que permitiram a aproximação entre os setores evangélicos neoconservadores e Jair Bolsonaro, Machado (2020) cita a visão negativa da homossexualidade por parte do ex-presidente e sua postura agressiva no enfrentamento às demandas pela ampliação da cidadania na população LGBTQIAPN+. A autora também recorda que Bolsonaro foi um dos personagens centrais da controvérsia em torno do programa “Escola sem Homofobia” em 2011, denominando o material educacional a ser distribuído entre os/as estudantes de “kit gay”, como já vimos neste capítulo, além de disseminar

---

<sup>35</sup> Em Nova York, no dia 28 de junho de 1969, um grupo de homossexuais que se encontrava no bar gay Stonewall Inn decidiu enfrentar a ação da polícia. Eles permaneceram confinados dentro do bar por vários dias, recebendo o apoio de uma multidão de gays e lésbicas que se amontoaram do lado de fora, apoiando a resistência. Esse episódio ficou conhecido como um marco da libertação gay, elevando o 28 de junho à categoria de Dia Internacional do Orgulho Gay (FERREIRA, 2017).

<sup>36</sup> Damares Alves foi eleita senadora nas eleições de 2022.

informações falsas sobre a faixa etária que teria acesso ao material nos meios de comunicação. Nessa direção, na concepção da autora

[como] integrante do “baixo clero”, [...] Bolsonaro viu ampliar suas chances de sucesso em fazer oposição ao PT no embate em questão com a atuação conjunta com os cristãos. Com a difusão de formulações contestatórias às perspectivas de gênero na Câmara Federal e à educação sexual de crianças e adolescentes no debate público, o parlamentar foi incorporando o sintagma da “ideologia de gênero” em seu discurso político (*ibidem*, p. 100).

Os vínculos familiares também favoreceram, segundo Machado (2020), a aproximação entre o militar e os setores neoconservadores cristãos, considerando o fato de seus filhos serem batistas e a sua união em 2007 com uma mulher evangélica.

A apresentação dos projetos de lei PL nº 2.974/2014 na Alerj e PL nº 867/2014 na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, respectivamente, por Flávio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro que pretendiam criar tanto no âmbito estadual como municipal o Programa “Escola sem Partido”<sup>37</sup> também aproximaram Bolsonaro de setores católicos e evangélicos neoconservadores. Outro tema que auxiliou Bolsonaro nessa aliança foi a defesa do ensino religioso nas escolas públicas (*ibidem*).

Machado (2020) explicita ainda que “para além de uma afinidade afetiva e ideacional – visão patriarcal da família, concepção autoritária de sociedade, postura anti-iluminista e visão negativa da esquerda associada ao comunismo” (2020, p. 104), a união de Jair Bolsonaro e seus filhos com os segmentos católicos conservadores e evangélicos pentecostais foi edificada de modo pragmático e com claros objetivos políticos. Segundo a autora, podemos enxergar essa postura com muita nitidez no batismo do então parlamentar nas águas do Rio Jordão realizado pelo pastor da Assembleia de Deus e dirigente do Partido Social Cristão (PSC) Everaldo Dias pouco antes do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016:

Everaldo, que havia conseguido atrair Bolsonaro para seu partido com a promessa de lançar o nome do ex-capitão para representar o PSC na disputa pela Presidência da República, tentava vinculá-lo também à Assembleia de

---

<sup>37</sup> Criado em 2004 pelo advogado católico Miguel Nagib, o movimento Escola sem Partido tinha entre os seus objetivos a luta “pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”, “pelo respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes” e “pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções” (*ibidem*).

Deus e ampliar a capacidade de influência dessa igreja na sociedade e na política brasileira. Já Bolsonaro ganhou uma grande projeção e simpatia entre os cristãos, mas continuou se declarando católico depois do evento em questão e, no ano eleitoral, trocou o PSC pelo Partido Social Liberal (PSL). O pastor Everaldo, assim como líderes de outras importantes igrejas cristãs – Vitória em Cristo, Batista, Renascer em Cristo etc. – seguiram fazendo campanha para Bolsonaro e as pesquisas de intenção de voto às vésperas da eleição indicavam o apoio de dois terços dos eleitores evangélicos à candidatura do representante do PSL (*ibidem*, 104).

A esse respeito, também é interessante observar a análise de Lerner (2020). A autora retoma a repercussão do discurso de Jair Bolsonaro para justificar seu voto a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, no Facebook, quando ainda era deputado federal, destacando que em função dessa fala a página oficial de Bolsonaro no Facebook teve um aumento de 36% no número de fãs, entre 2016 e 2017, superando a página da presidente Dilma Rousseff no mesmo período. A declaração do deputado ao votar pelo *impeachment* revelou aspectos do pensamento conservador do qual Bolsonaro se tornou representante: a valorização da violência, uma violência brutal e impiedosa que aterroriza o adversário vermelho - Dilma Rousseff, o PT, o comunismo, o Foro de São Paulo. Tudo em nome da família e da inocência das crianças, pelo Brasil e por Deus:

[...] Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (BOLSONARO, 17 de abril de 2016 *apud* LERNER, 2020: 91).

Lerner (2020) aponta que desde que se tornou deputado federal em 1991, Bolsonaro sempre abordou temas parecidos em seus discursos públicos. Mas foi entre 2011 e 2014 que ele passou a enfatizar mais a moral conservadora em suas falas. Para ela, essa mudança, somada à sua exposição na mídia tradicional e à sua rede de apoio na Internet, lhe rendeu uma grande vantagem eleitoral.

### **3.2. Os retrocessos da “nova era” inaugurada pelo governo Bolsonaro no Brasil**

Rezende (2022) reitera que o ativismo institucional antigênero se fortaleceu no poder Executivo a partir do início do governo Bolsonaro, levado a cabo, principalmente por Damareo Alves – personalidade que conta com grande

popularidade no meio evangélico. A autora afirma que a ex-ministra protagonizou diversos episódios nos quais referências à pauta antigênero foram mobilizadas, destacando uma fala da pastora em um vídeo filmado no dia da posse do governo Bolsonaro: “Atenção, atenção. É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa”. De acordo com a análise da autora, a imagem e as cores evocadas neste evento fazem alusão a um dos símbolos transnacionais dos movimentos antigênero.

Rezende (2022) defende que as mudanças anunciadas pelo governo Bolsonaro não foram apenas retóricas, ressaltando a redução do orçamento alocado no chamado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, bem como nos recursos efetivamente gastos em políticas públicas pela pasta. Rezende (2022) também destaca a criação do Programa 5034 - Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos, em detrimento do Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento a Violência’, mudança que

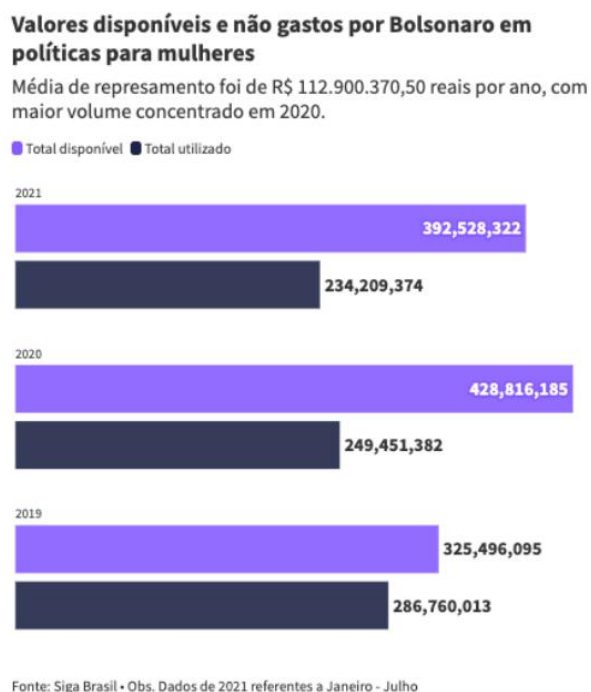
[...] já sinalizada no novo nome do ministério, implica na mudança do foco das políticas, das mulheres para as famílias, o que pode contribuir para invisibilizar desigualdades e violências intrafamiliares, já que a família a ser fortalecida nas ações do governo Bolsonaro é a nuclear, heterossexual, chamada de “família natural” pelos movimentos antigênero (ibidem, p. 5-6).

No Diário Oficial da União nº 251, publicado no dia 30 de dezembro de 2019, consta o objetivo do Programa 5034 - Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos referido pela autora, chamando atenção a ênfase na promoção e proteção da vida “desde a concepção”: “ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos” (BRASIL, 2019, p. 1). Trata-se de uma perspectiva abertamente contrária à luta dos movimentos feministas pelo reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres que explicita a constatação de Rezende (2022) sobre a reorientação das políticas que anteriormente eram de proteção das mulheres, para a proteção da família numa ótica cisheteronormativa.

A autora observa que ainda que em termos nominais o orçamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tenha sido ampliado entre

2019 e 2021, quando se atenta para o total de recursos gastos percebe-se que esses foram diminuindo anualmente, mesmo em um cenário de maior demanda de políticas públicas devido à pandemia de Covid-19, como podemos observar abaixo:

**Figura 1:** Valores disponíveis e não gastos por Bolsonaro em políticas para mulheres



**Fonte:** REZENDE, D. “Menino veste azul, menina veste rosa”: Bolsonaro e a agenda antigênero como política de governo no Brasil. Sexuality Policy Watch (SPW). 03 fev. de 2022. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-bolsonaro-e-a-agenda-antigenero-como-politica-degoverno-nobrasil/1245> 8>. Acesso em: 02 set. 2023.

Para a autora, os cortes apontados no gráfico acima debilitaram as ações voltadas à garantia dos direitos das mulheres em um contexto de extrema vulnerabilidade social, agudizado pela crise sanitária e pelos marcadores de classe, gênero e raça (*ibidem*). Em relação à pandemia de Covid-19, Irineu *et al.* (2020) relembra que Bolsonaro não apresentou quaisquer planos e/ou estratégias de enfrentamento e relativizou a letalidade dessa infecção respiratória ao referir-se a mesma como “gripezinha”, afirmando que a “economia não poderia parar” mesmo com o Brasil registrando ao fim de 2020 mais de 160 mil mortes.

Irineu *et al.* (2020) afirmam que desde que assumiu o Palácio do Planalto, Bolsonaro seguiu à risca o receituário neoliberal de austeridade e ajustes fiscais – destacando a aprovação da Contrarreforma da Previdência<sup>38</sup>, bem como se dedicou a dar “[...] continuidade à cruzada antigênero que já havia se institucionalizado no Poder Legislativo” (*ibidem*, p. 107) por meio do enfraquecimento dos setores em órgãos do governo responsáveis pela elaboração e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e nomeação de integrantes do movimento Pró-Vida (anti-aborto), principalmente daqueles ligados à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE) e setores da Renovação Carismática da Igreja Católica.

Os/as autores/as também destacam que inúmeras medidas provisórias implementadas na pandemia pelo governo Bolsonaro aprofundaram a precarização do trabalho, agravando um cenário já desfavorável para os/as trabalhadores/as caracterizado pelo avanço do home office, da uberização e da falta de medidas de proteção à saúde juridicamente consistentes para aqueles/as que ocupavam as funções mais desvalorizadas no mercado de trabalho (*ibidem*).

Irineu *et al.* (2020) apontam que os/as trabalhadores/as mais atingidos/as pela perda de ocupação durante a pandemia foram as mulheres, os/as mais jovens, os/as pretos/as e os/as com menor nível de escolaridade. E no que se refere à população LGBTQIAPN+, os/as autores/as resgatam dados que indicam que a taxa de desemprego para esta população foi de 21,6% no trimestre encerrado em abril de 2020, período no qual o IBGE registrou a taxa de 12,6% para toda a população brasileira.

Os/as autores/as salientam, nesse sentido, que o estabelecimento do projeto neoliberal e conservador sob o comando de Bolsonaro afetou de forma contundente os sujeitos concretos que integram a população LGBTQIAPN+ (e acrescentamos, nesse quadro, as mulheres) não só pelo fato deste governo ter se posicionado de forma radical contra a diversidade, mas também por que essa programática retira recursos das políticas sociais como um todo, agravando o desmonte dos direitos trabalhistas e pressionando os salários para baixo (*ibidem*).

---

<sup>38</sup> Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Irineu *et al.* (2020) também destacam outros retrocessos para as mulheres e população LGBTQIAPN+ no governo Bolsonaro: a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, órgão do MEC responsável pela promoção de ações transversais sobre gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiências e condição geracional; a retirada da diretriz de promoção e defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ na reestruturação do Ministério das Mulheres; a reorientação das campanhas específicas de prevenção às IST/Aids desconsiderando as especificidades da população LGBTQIAPN+, sob a justificativa de “não ofender as famílias”; a extinção do Departamento de HIV/Aids que passou a ser Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis; a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD); a proibição do financiamento de filmes com temática LGBTQIAPN+ pela ANCINE; o cancelamento do vestibular com cotas destinadas a pessoas trans na Unilab; a não convocação e não realização da Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT prevista para o final de 2019 pelo CNCD LGBT; o pronunciamento do Ministro da Educação Milton Ribeiro atribuindo “homossexualismo à famílias desajustadas” e afirmando suas intenções de modificar a educação sexual nas escolas; o lançamento, por parte do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos, da campanha #tudotemseutempo que estimula a abstinência sexual como método contraceptivo e o pedido de revogação da decisão do STF que equiparou a discriminação à LGBTQIAPN+ ao racismo realizado pela Advocacia Geral da União (AGU).

Rezende (2022) destaca ainda que o posicionamento assumido pelo governo Bolsonaro não se restringiu ao âmbito “doméstico”, “[...] tendo o Brasil, infelizmente e em desacordo com tratados internacionais dos quais o país era signatário, ganhado protagonismo internacional na agenda antigênero [...]” (*ibidem*, p. 7) enquanto o militar presidiu o país, como mostra a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do Ministério das Relações Exteriores em torno do Consenso de Genebra<sup>39</sup>. Trata-se de um acordo assinado por 36 países conhecidos

---

<sup>39</sup>A autora se refere ao fato do Brasil não só fazer parte do Consenso de Genebra durante o governo Bolsonaro, como de passar a liderar o processo de engajamento de outros países neste acordo

por não defenderem os direitos humanos das mulheres e por flertarem com aspirações antidemocráticas (como a Polônia, Hungria, Rússia e Arábia Saudita) que propõe a condenação do aborto, a defesa da família heterossexual e da soberania nacional.

Na opinião da autora, essa conduta converge com ações anteriores do governo Bolsonaro no plano internacional, como a oposição do governo brasileiro à garantia de acesso universal a políticas de saúde sexual e reprodutiva em conferência realizada na Organização das Nações Unidas (ONU) por compreender que tal acesso poderia “promover o aborto”, a abstenção durante votação de relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU a respeito de ações contra a discriminação de mulheres e meninas e o apoio à proposta que pretendia autorizar os responsáveis a impor educação religiosa ou moral a seus filhos apresentada na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Analisando a gestão de Damares, Machado (2020) afirma que desde que esta foi nomeada para assumir o novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos se ocupou em implementar uma política de aparelhamento da pasta, designando pastores e ativistas conservadoras, tanto evangélicas como católicas, para desenvolver políticas públicas, explicando que a ex-ministra organizou uma equipe composta basicamente por cristãos/cristãs para rever as políticas de direitos humanos dos governos petistas, especialmente as que são do âmbito sexual e reprodutivo. E, assim como Rezende (2022), Machado (2020) destaca que o governo Bolsonaro tomou a família cisheteronormativa como eixo central no desenvolvimento de políticas públicas:

Na contramão das propostas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que apresentavam gênero como eixo transversal, o novo Ministério adotou a família como dimensão central das políticas a serem desenvolvidas nos quatro anos de governo (MACHADO, 2020, p. 105).

Machado (2020) afirma que a centralidade da família nas políticas públicas é uma tendência transnacional que não se restringiu ao Brasil durante o governo Bolsonaro, sendo verificada em governos de direita de outros países como a

---

internacional após o fim do governo Donald Trump nos Estados Unidos. Cabe ressaltar que em nota à imprensa em janeiro de 2023, o governo Lula anunciou o desligamento do Brasil do Consenso de Genebra.

Hungria, a Polônia, Turquia. E que a posse de Bolsonaro amplificou a influência da agenda política da direita cristã estadunidense no Brasil, bem como o intercâmbio de lideranças políticas locais com setores neoconservadores da Hungria, fortalecendo o posicionamento “pró-família” na equipe de governo. Nessa direção, a autora relembra que

Presente na III Cúpula da Demografia, realizada em 2019 em Budapeste, a ministra Damares afirmou que, como a Hungria, o Brasil era um país “pró-família”, e propôs que se formasse uma aliança entre os “países amigos da família”. Bastante comprometida com a agenda antigênero, Damares também vetou o uso do sintagma “equidade de gêneros”, que foi substituído nos documentos da pasta pela expressão “igualdade entre homens e mulheres” (*ibidem*, p. 106).

Machado (2020) refere que o primeiro ano de gestão de Damares no Ministério também foi marcado por uma agenda que privilegiava encontros com lideranças evangélicas, por controvérsias públicas onde as falas da pastora expressavam a sua percepção ultraconservadora em torno das construções do que é “ser homem” e “ser mulher” e por ações que objetivavam promover a abstinência sexual como política pública para evitar a disseminação de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidez não planejada entre adolescentes, organizando, inclusive, um seminário na Câmara Federal sobre essa temática.

Entre os palestrantes do referido seminário organizado na Câmara Federal por Damares que, posteriormente, serviu de base para a elaboração de um programa do Ministério, Machado (2020) chama atenção para um dos palestrantes: Nelson Júnior. Pastor da Base Church e presidente do Instituto Eu Escolhi Esperar, ele foi responsável pela introdução no Brasil, em 2011, de uma experiência estadunidense desenvolvida por pastores evangélicos para estimular a castidade entre os/as jovens. E é justamente o Instituto Eu Escolhi Esperar que foi designado para elaborar o material didático a ser distribuído nas escolas brasileiras em 2020, quando o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos anunciou a criação de um novo programa que pretendia estimular os/as jovens a adiarem o início da vida sexual. Ainda a esse respeito,

Deve-se registrar que a criação de organizações não governamentais (ONGs) por parte de setores religiosos neoconservadores tem crescido na América Latina e no Brasil e o movimento cristão Eu Escolhi Esperar, que se apresenta como supradenominacional, também seguiu esse caminho para ampliar suas parcerias com o poder público [...] Em termos práticos, o movimento do pastor Nelson vinha organizando campanhas e seminários em diferentes regiões do país para estimular a castidade em adolescentes e

jovens cristãos. Como outras iniciativas de grupos confessionais, o movimento foi se institucionalizando ao longo dos anos e hoje o Instituto Eu Escolhi Esperar mobiliza milhares de adolescentes e jovens evangélicos nas redes sociais (*ibidem*, p.107).

Apesar das reações contrárias de ativistas dos movimentos de direitos humanos e de especialistas das áreas médica, psicológica e educacional a esse programa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e de outras iniciativas da pasta que caminhavam na mesma direção conservadora, Machado (2020) resgata dados que demonstram o crescimento da popularidade de Damarens na sociedade brasileira no primeiro ano do governo Bolsonaro. Segundo a pesquisa de opinião, realizada no final de 2019, na qual a autora se embasou, a avaliação da gestão de Damarens foi melhor do que a do presidente Bolsonaro e em termos de popularidade a então ministra só ficava atrás do também ministro à época Sérgio Moro, que conduziu a operação Lava Jato (*ibidem*).

Assim como Rezende (2022) e Irineu *et al.* (2020), Machado (2020) observa que o desmonte que atingiu as políticas sexuais e de gênero adotadas pelos governos anteriores não se restringiu ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, afetando também a área da cultura, das relações exteriores e da educação.

No que tange à cultura, Machado (2020) observa que o primeiro empreendimento do ex-presidente Bolsonaro nessa área foi a extinção do Ministério da Cultura e a criação de uma Secretaria Especial da Cultura vinculada ao Ministério da Cidadania e, posteriormente, ao Ministério do Turismo. Para a autora, o primeiro ano desta Secretaria foi caracterizado pela alta rotatividade dos responsáveis pelas políticas culturais e por várias iniciativas reacionárias que objetivaram ampliar a influência dos valores cristãos nas artes e impor a racionalidade neoconservadora na sociedade brasileira. Ela chama atenção para a já citada proibição do financiamento de filmes com temática LGBTQIAPN+ pela ANCINE<sup>40</sup> e para a indicação do católico

---

<sup>40</sup> “[...] em agosto de 2019, o ministro da Cidadania Osmar Terra suspendeu o edital da Agência Nacional de Cinema (Ancine), lançado no governo anterior para selecionar produções artísticas, em catorze diferentes categorias, que receberiam financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual. Entre as categorias listadas no referido edital estavam duas cujas temáticas se encontram no centro de disputas dos neoconservadores cristãos com os movimentos feminista e LGBTQI: “diversidade de gênero” e “sexualidade”. Ao tomar conhecimento da seleção preliminar da Ancine e da inclusão de quatro séries com temática LGBTQI, o presidente [Bolsonaro] deu declarações na internet de que seu

Roberto Alvim para assumir a “cruzada moral”, nos termos da autora, na Secretaria Especial da Cultura a partir de novembro de 2019:

Dramaturgo, Alvim fazia parte de um segmento bem restrito de artistas brasileiros que apoiou a candidatura de Bolsonaro e, desde a posse do presidente, vinha atuando freneticamente nas redes sociais católicas e de extrema direita contra o “marxismo cultural”. Divulgador das ideias de Olavo de Carvalho e do padre Paulo Ricardo, esse último um ferrenho combatente da “ideologia de gênero” e presença frequente nos eventos realizados no Congresso Nacional para combater a agenda de gênero, Alvim parecia ser a pessoa perfeita para assumir a missão dos cristãos neoconservadores na área cultural (*ibidem*, p. 109-10).

Machado (2020) ressalta que assim como Damares, Alvim pretendia utilizar as agências estatais para propagar os valores cristãos e tornar a lógica normativa hegemônica na cultura brasileira, recrutando, para tal empreitada, ativistas dos grupos religiosos mais conservadores para atuar no desenvolvimento das propostas políticas de sua pasta e incrementar a produção cultural de filmes, peças teatrais, exposições, e shows que expressassem o ideário neoconservador. Cabe lembrar que Alvim foi demitido no início de 2020 após veicular um vídeo de inspiração nazista e ser alvo de várias críticas por vários atores políticos individuais e coletivos, incluindo a comunidade judaica – um setor importante da base de apoio de Bolsonaro (*ibidem*).

No que diz respeito às relações internacionais, Machado (2020) chama atenção para a nomeação de Ernesto Araújo, um embaixador católico, para o Ministério das Relações Exteriores, escolha que na sua análise fortaleceu a agenda neoconservadora dos cristãos e possibilitou que o Brasil adquirisse mais tarde protagonismo internacional na agenda antigênero (REZENDE, 2022). Ligado às perspectivas mais conservadoras do catolicismo, Araújo suprimiu a perspectiva de gênero dos debates e propostas desenvolvidas por sua equipe de trabalho para

---

governo não financiaria essas produções e pressionou o ministro para suspender o edital. A ingerência de Bolsonaro na pasta teve uma série de desdobramentos importantes, a começar pela demissão do titular da Secretaria Especial da Cultura, José Henrique Pires, “por não desempenhar políticas propostas pela pasta”. Ato contínuo, o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro moveu uma ação civil pública contra o ministro Osmar Terra pela prática de ato de improbidade administrativa ao suspender o edital, e o processo seletivo teve de ser retomado. De qualquer maneira, nenhuma das quatro séries com as temáticas de diversidade sexual e/ou sexualidade foi aprovada na fase seguinte do processo de seleção” (MACHADO, 2020, p. 109).

guiar as negociações internacionais, conduzindo o país a retrocessos no cenário internacional já mencionados neste trabalho (MACHADO, 2020):

Uma de suas primeiras orientações aos embaixadores responsáveis pela representação brasileira nas negociações na Organização das Nações Unidas (ONU) foi que solicitassem a retirada do termo “gênero” nos acordos ali celebrados. Na mesma direção, vetou o uso da expressão “direitos sexuais e reprodutivos” com a alegação de que a referida noção facilitaria o reconhecimento do aborto. Com tal mudança de perspectiva, a representação do Brasil nos fóruns internacionais da ONU vem se abstendo em votações de resoluções importantes no campo da saúde reprodutiva e da sexualidade (*ibidem*, p. 110-11).

Ainda no que diz respeito ao plano internacional, Rezende (2022) sinaliza que com a saída do chanceler Ernesto Araújo do Ministério das Relações Exteriores, Damares assumiu a liderança de pautas conservadoras, “[...] tendo o Brasil [durante o governo Bolsonaro] se tornado uma espécie de ‘vitrine’ da agenda antigênero para outros países do mundo, sobretudo da América Latina” (*ibidem*, p. 7).

Machado (2020) defende que a agenda antigênero se difunde, entre outros fatores, graças a circulação de líderes religiosos pelas diferentes sociedades, a construção de redes transnacionais “pró-vida” e “pró-família”, a organização de eventos internacionais em defesa de valores cristãos e as novas tecnologias de informação:

Só para exemplificar, com o sucesso da campanha #rescatandoprincipios, de 2016, a política pentecostal colombiana Ángela Hernández tornou-se uma ativista internacional, realizando inúmeras viagens aos países vizinhos, em especial o Peru, para participar de atividades políticas em defesa da família e do movimento #ConMisHijosNoTeMetas [não se meta com meus filhos] (*ibidem*, p. 125).

A esse respeito, é importante ressaltar que em consequência de suas ações no comando do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares foi escolhida para falar na abertura do Congresso Iberoamericano por la Vida y la Familia, realizado entre 12 e 14 de março de 2020 na cidade de Lima, no Peru, não comparecendo ao evento devido ao advento da pandemia de Covid -19 (*ibidem*). Posteriormente, com a situação epidemiológica controlada, a pastora compareceu à Cidade de Guatemala, capital guatemalteca, onde ocorreu mais uma edição do evento, entre 9 e 11 de março de 2022, para cumprir a agenda oficial de representar o presidente Bolsonaro na cerimônia da Declaração da Guatemala como Capital Pró-Vida da Ibero-América e aproveitou a oportunidade para debater políticas públicas em defesa “da vida” e “da família” na sétima edição Congresso

Iberamericano por la Vida y la Familia. À época, a ministra ainda se reuniu com a secretária presidencial da Mulher da Guatemala, Ana Leticia Aguilar Theissen, e com a presidente do Congresso local, a deputada Shirley Rivera Zaldaña, para discutir parcerias e trocas de experiências sobre políticas públicas para as mulheres<sup>41</sup>.

Machado (2020) afirma que desde 2017, os evangélicos vêm se reunindo anualmente no Congresso Iberamericano por la Vida y la Familia com o objetivo de desenvolver estratégias para que suas ONGs possam participar dos “Diálogos com a sociedade civil” realizados durante as Assembleias Gerais da OEA, local onde, historicamente, os embates travados com representantes das entidades que lutam pelos direitos sexuais e reprodutivos ocorriam com organizações católicas. Para a autora, a organização de eventos internacionais por políticos cristãos na América Latina tem favorecido a circulação da agenda neoconservadora na região e fortalecido as redes transnacionais com movimentos e dirigentes políticos que desafiam a democracia em vários países do mundo.

No âmbito educacional, Machado (2020) ressalta a influência do católico Olavo de Carvalho<sup>42</sup> na indicação de Ricardo Vélez para assumir o Ministério da Educação. A autora recupera que Vélez, teólogo de formação, ganhou popularidade entre os católicos de direita por inicialmente combater a Teologia da Libertação e anos mais tarde a perspectiva de gênero. Bem como, assumiu o cargo declarando que a sua gestão seria pautada na defesa dos “valores tradicionais ligados à preservação da família e da moral”, criando, nessa direção, a Secretaria de Alfabetização e nomeando para administrá-la um secretário que apoiava o movimento de ensino domiciliar<sup>43</sup>: o advogado Carlos Francisco Nadalim.

---

<sup>41</sup> Na Guatemala, ministra debate políticas públicas em defesa da vida e da família. Assessoria de Comunicação Social do MMFDH. 10 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/na-guatemala-ministra-debate-politicas-publicas-em-defesa-da-vida-edafamilia>>. Acesso em: 3 set. 2023.

<sup>42</sup> “Figura bastante controversa, Olavo de Carvalho [tinha] formação na área de filosofia, atuou como astrólogo e colunista de jornais do Rio de Janeiro e, a despeito de viver há muitos anos nos Estados Unidos, é apontado como guru da família de Jair Bolsonaro. É também constantemente citado nas redes sociais de grupos conservadores católicos” (MACHADO,2020, p. 110-11).

<sup>43</sup> Trata-se de um movimento que une católicos e evangélicos conservadores em diversos países do mundo (*ibidem*).

Vélez, ainda de acordo com Machado (2020), instaurou também uma comissão para fazer uma análise ideológica das questões elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com o intuito de subtrair questões relacionadas a diversidade sexual e relações de gênero, assim como aquelas que criticassem a ideologia do novo governo. No entanto, “o discurso alinhado com o ideário neoconservador e sua disposição em ‘expurgar a ideologia de gênero das escolas’ não foram suficientes para garantir sua permanência na pasta” (*ibidem*, p. 112) e após três meses, ele foi demitido.

A autora prossegue afirmando que o segundo titular do Ministério da Educação, Abraham Weintraub, também foi selecionado graças a sua articulação com católicos e evangélicos conservadores e possuía uma visão bastante similar à de seu antecessor no que diz respeito a família e a função do Estado e das instituições educacionais na sociedade (*ibidem*).

Ao assumir o Ministério, Weintraub encaminhou um ofício às Secretarias de Educação do país proibindo propagandas partidárias em sala de aula e orientando os/as professores/as a respeitar as religiões. Também manteve a pressão sobre o Inep para a revisão das questões do Enem 2019 e, junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, construiu um canal para receber denúncias sobre o ensino de conteúdos que supostamente atentassem “contra a moral, a religião e a ética das famílias” nas escolas brasileiras. Outra iniciativa de Weintraub foi a nomeação do presbiteriano Benedito Guimarães Aguiar Neto para a presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), acontecimento que gerou muita repercussão na imprensa e meios acadêmicos uma vez que Benedito Guimarães, na condição de reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, vinha estimulando estudos que contrariam as teses de Darwin sobre a evolução das espécies, teoria mais aceita no meio científico atualmente (*ibidem*).

Em suma, de acordo com Machado (2020, p. 112-3), “com essa nomeação, o governo Bolsonaro ampliou a participação dos neoconservadores evangélicos na máquina do Estado e se aproximou dos empresários da educação privada no país”. A autora ressalta ainda que a educação, assim como a cultura, é vista pelos neoconservadores religiosos como área estratégica para a disputa não só com os

movimentos feministas e LGBTQIAPN+, mas também com a esquerda de uma maneira geral (*ibidem*).

Deve-se registrar que Weintraub, em função de suas declarações contra o Congresso Nacional e os ministros do STF<sup>44</sup>, bem como de sua participação em atos antidemocráticos em Brasília também deixou o Ministério da Educação em junho de 2020 (*ibidem*).

Após a saída de Weintraub, mais três ministros passaram pelo Ministério: Carlos Alberto Decotelli<sup>45</sup>, que não chegou a ser empossado em virtude da proporção que as afirmações falsas que forneceu sobre o seu currículo tomaram após sua divulgação na imprensa; Milton Ribeiro<sup>46</sup>, pastor da Igreja Presbiteriana, que pediu demissão do cargo após denúncias sobre um esquema informal de favorecimento no repasse de verbas do Ministério envolvendo dois outros pastores sem cargo público e Victor Godoy<sup>47</sup>, engenheiro com carreira pública na Controladoria Geral da União (CGU) que ocupava o cargo de secretário executivo no Ministério de Educação antes de assumir a pasta, chamando atenção no seu currículo a ausência de formação correlata com a área da educação, sendo expressivo, nesse sentido, a sua especialização em Defesa Nacional pela Escola Superior de Guerra.

---

<sup>44</sup> “Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF”, diz ministro da Educação em reunião. G1. 22 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/eu-por-mim-botava-essesvagabundos-todos-na-cadeia-comecando-no-stf-diz-ministro-da-educacao-em-reunia-o.ghtml>>. Acesso em: 3 set. 2023.

<sup>45</sup> O histórico de polêmicas de Carlos Alberto Decotelli, que não será ministro da Educação. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53242665>>. Acesso em: 3 set. 2023.

<sup>46</sup> Milton Ribeiro deixa o MEC; entenda escândalo que levou à queda. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60842429>>. Acesso em: 3 set. 2023

Quem é Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação preso em operação da PF. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-milton-ribeiro-ex-ministro-da-educacao-presos-em-operacao-da-pf/>>. Acesso em: 3 set. 2023.

<sup>47</sup> Quem é Victor Godoy, quinto ministro da Educação nomeado por Bolsonaro... Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/quem-e-victor-godoy-quinto-ministro-da-educacao-nomeado-por-bolsonaro/>>. Acesso em: 3 set. 2023.

Do governo Bolsonaro, podemos apreender que o militar loteou o Estado com seus apoiadores, ampliando a presença de cristãos neoconservadores nos postos-chave do governo, bem como realizou profundas alterações nas secretarias e nos ministérios nas áreas da cultura, dos direitos humanos e das políticas para as mulheres, que foram ocupados por integrantes da coalizão cristã neoconservadora (MACHADO, 2020). Movimento que expressa não só “um giro ideológico na máquina estatal brasileira” (ibidem, p.104), mas também o avanço do neoliberalismo no Brasil, no plano econômico, dada a extinção de diversas políticas sociais (IRINEU *et al.*, 2020). Elementos que, como vimos no início deste capítulo, entre outros, compõem a gramática do neofascismo.

Apesar dos governos petistas e do governo de Michel Temer, como vimos, darem vários passos em uma direção conservadora no que tange às políticas sexuais e de gênero, foi no governo Bolsonaro que uma ofensiva sem precedentes em governos anteriores foi registrada contra os direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+.

Sobre a famigerada “ideologia de gênero”, termo que foi cunhado, inicialmente, pelo então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger em 1997 em um contexto de reação católica diante da ampliação da agenda feminista por igualdade após a Conferência de Beijing (1995) e que ganhou fôlego no contexto, sobretudo, sul-americano após a ascensão de governantes que se identificavam com a esquerda do espectro político – se destacando entre estes/as algumas mulheres que alcançaram a presidência a partir de 2006 (MISKOLCI; CAMPANA, 2017), é importante sublinhar que

O gênero tem assumido, como argumentam Kóvatz e Pöim (2015), o papel de cola simbólica entre diversos movimentos conservadores, reacionários e neoconservadores, permitindo a articulação de pautas distintas através do recurso a estratégias de pânico moral, unificando a defesa da família, da nação, da tradição, da normalidade e da “democracia”, identificada (de forma equivocada, mas intencional) como o interesse da maioria, em oposição às demandas e pautas das “minorias das minorias” (feministas e grupos LGBTQIA+). Nesse sentido, entender a relação (ou as “afinidades eletivas”) entre gênero (bem como sexualidade e raça), conservadorismo, neoliberalismo e populismo é urgente, se o foco é a reversão dos retrocessos implementados pelo governo Bolsonaro e a retomada e fortalecimento da democracia no país (REZENDE, 2022, p. 7-8).

Nesse sentido, Rezende (2022) indica que as relações de gênero são fundamentais para entendermos os processos de crise da democracia no Brasil. Afirmação que implica no entendimento de que a guerra ao gênero acenada por

Bolsonaro desde a sua campanha eleitoral nas Eleições 2018 não deve ser interpretada como um mero subproduto dessa crise ou como uma “cortina de fumaça” que desvia a atenção de questões mais importantes nesse processo.

É neste entendimento que no capítulo seguinte pretendemos analisar os discursos de Bolsonaro relativos à temática de gênero e sexualidades na sua página oficial do Facebook, identificando os traços do neofascismo nesses conteúdos, considerando a importância, já discutida anteriormente, das novas tecnologias de comunicação e informação nas movimentações políticas do país – tanto no que tange a eleição de figuras políticas em disputas eleitorais, como no fortalecimento da agenda transnacional antigênero.

E para tal empreitada, julgamos prudente nos debruçarmos sobre os conteúdos produzidos por Bolsonaro durante o período de campanha eleitoral das Eleições 2018, pleito no qual este foi o candidato mais votado, lhe permitindo governar o Brasil durante quatro anos e conduzir o país, como vimos, a vários recuos em matéria de políticas públicas voltadas para as mulheres e para a população LGBTQIAPN+.

## **CAPÍTULO 4: A GUERRA CONTRA O GÊNERO NAS PLATAFORMAS ON-LINE: DESAFIOS A DEMOCRACIA**

“Os gritos das pessoas que ocuparam o gramado da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foram a parte mais reveladora da posse de Bolsonaro, em 1º de janeiro. Eufórica, a massa berrava: ‘WhatsApp! WhatsApp! Facebook! Facebook!’”

Eliane Brum, 4 de janeiro de 2019, El País

Este capítulo tem como objetivo apresentar o percurso metodológico da pesquisa, bem como a análise dos resultados da pesquisa documental de cunho qualitativo que realizamos com os conteúdos concernentes à temática de gênero e sexualidades publicados no Facebook por Jair Bolsonaro durante o período de campanha eleitoral das Eleições Presidenciais de 2018.

### **4.1. Percurso metodológico**

Desenvolveu-se uma pesquisa documental de cunho qualitativo. A escolha pela pesquisa qualitativa justifica-se pela intenção de compreender em profundidade os conteúdos relativos à gênero e sexualidades produzidos por Jair Bolsonaro nas plataformas on-line durante as Eleições Presidenciais 2018. Período decisivo para a sua ascensão à presidência e que constitui um marco no Brasil, considerando a disseminação em larga escala de notícias falsas e desinformação na internet (INSTITUTO IGARAPÉ, 2023).

Entende-se o método de pesquisa documental no âmbito da pesquisa qualitativa como uma forma de se aproximar indiretamente da realidade social através da análise de documentos produzidos pelos sujeitos sociais. É importante, portanto, compreender que os dados documentais enquanto produto social expressam o jogo de correlações de força entre poderes e saberes no interior de uma dada sociedade, não se constituindo, portanto, em produções isentas. Ao contrário, traduzem distintas interpretações da realidade por um determinado grupo de pessoas em um tempo e espaço igualmente determinados (SILVA *et al.*, 2008).

Andréa (2020) aponta que as plataformas on-line como o Facebook se apropriam das lógicas de conexão como parte de uma estratégia, principalmente comercial, que busca encorajar os usuários a deixarem vestígios de suas relações, preferências e assim por diante. Assim, acredita que há um risco significativo de que,

ao utilizarmos o termo “rede social” de maneira automática, possamos enfatizar somente o aspecto relacional das plataformas, negligenciando os elementos materiais, econômicos, políticos e outros da conectividade online. Por esse motivo optamos em utilizar o termo “plataforma on-line” ao invés de “rede social”. Ainda no que tange à perspectiva dos Estudos de Plataforma, Andréa (2020, p. 19) recupera que

Em um trabalho pioneiro, Tarleton Gillespie (2010) discutiu como o termo “plataforma” vinha sendo estrategicamente usado por serviços como Google e YouTube para se venderem como meros “intermediários”, isto é, como artefatos neutros que permitiriam uma circulação mais aberta e democrática de informações e serviços. Dentre os “territórios semânticos” do termo “plataforma” mencionados por Gillespie, chamamos a atenção para a dimensão infraestrutural, que remete a plataformas de trem ou metrô, e também para seu sentido político, em uma referência às (vagas) argumentações das “plataformas de governo” divulgadas nas campanhas eleitorais. Ao desconstruir a estratégia discursiva das empresas, Gillespie (2010) contribuiu decisivamente para a constituição de um olhar analítico que considera o entrelaçamento entre os interesses comerciais, as escolhas computacionais e os posicionamentos políticos das plataformas.

Nessa perspectiva, um estudo do Instituto Igarapé<sup>48</sup>(2023) chama atenção para o desafio que a era digital trouxe para a democracia e suas instituições: a desinformação. A utilização extensiva de plataformas online não moderadas desafia os limites da governança democrática em todo o mundo e, segundo o mesmo estudo, o caso brasileiro serve como um aviso das ameaças digitais emergentes:

O Brasil demonstrou ser um verdadeiro laboratório de desinformação no mundo digital. Em 2018, as redes sociais desempenharam um papel fundamental na eleição de um líder populista de extrema direita. Desde então, elas têm se mostrado centrais na reformulação do cenário político nacional nos níveis federal, estadual e municipal. De modo análogo a outros líderes populistas, Jair Bolsonaro chegou ao poder contornando a mídia tradicional ou hegemônica e outros meios convencionais de engajar o eleitorado. Em vez disso, consolidou sua presença no espaço digital, buscando se comunicar diretamente com os eleitores por meio de plataformas online, especialmente Facebook, Twitter, Telegram e WhatsApp (*ibidem*, p. 5).

Penteado *et al.* (2022) indicam que as redes sociais de internet proporcionam uma ampliação de quem pode ser o/a emissor/a de informações, criando uma rede

---

<sup>48</sup> Segundo informações disponíveis no site da organização, o Instituto Igarapé é “independente e desenvolve pesquisas, soluções e parcerias para impactar políticas e práticas públicas e corporativas para a superação dos principais desafios globais”. O título do artigo, publicado em abril de 2023, que utilizamos para a construção deste trabalho é “Pulso da desinformação: desinformação e democracia nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil”. É importante ressaltar que toda a análise referente a desinformação na era digital presente neste item é baseada neste estudo.

difusa de usuários/as onde os conteúdos publicados por qualquer pessoa podem ser rapidamente compartilhados e alcançar mais pessoas exponencialmente. Os/as autores/as também enfatizam o potencial contagiante da comunicação digital pela sua característica de envolver os planos emocional e afetivo dos/as sujeitos/as, permitindo que assumam uma forma viral.

Penteado *et al.* (2022) também afirmam que a reconfiguração do ecossistema de comunicação, com um foco intenso nas plataformas digitais, possibilita que indivíduos e grupos que antes não tinham visibilidade na mídia tradicional possam agora disseminar suas ideias. Tal fato representa, nessa visão, uma expansão democrática do exercício de disseminar informações e, ao mesmo tempo, uma ameaça às democracias. Ainda de acordo com os/as autores/as, isso ocorre porque os guardiões tradicionais (gatekeepers) perderiam a capacidade de restringir o acesso de pessoas potencialmente autoritárias aos canais de comunicação ou de filtrar o tipo de conteúdo que seria disseminado. Um exemplo disso, segundo os/as autores/as, é a eleição de Donald Trump em 2016 para a Presidência dos Estados Unidos, onde o uso intensivo de plataformas on-line e mídia alternativa teria diminuído o poder dos partidos políticos como guardiões da democracia, além da própria eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Nesse sentido, é importante ressaltar que embora a conectividade digital esteja se expandindo, a confiança nas instituições democráticas tem sofrido um declínio nos últimos anos. Paralelamente, a desinformação digital tem ganhado terreno. A primeira onda de desinformação surgiu em 2014, intensificando-se dramaticamente durante a campanha eleitoral de 2018. Tendência que persistiu nas eleições municipais de 2020 e alcançou um pico nas eleições presidenciais de 2022 (INSTITUTO IGARAPÉ, 2023).

As eleições de 2018 constituem um marco no Brasil, considerando a disseminação em larga escala de notícias falsas e outras formas de desinformação na internet. Narrativas que favoreciam o moralismo conservador e campanhas difamatórias contra candidatos da oposição e jornalistas independentes se multiplicaram. Acusações de fraude eleitoral também se tornaram comuns. A desinformação em massa também alimentou a incerteza sobre os resultados das eleições e tentou minar a credibilidade do sistema eleitoral, chamando atenção a

rapidez com que essas narrativas se propagaram nas plataformas on-line e o grande número de eleitores/as que elas alcançaram (*ibidem*).

No ambiente digital, marcado por uma rede difusa de usuários/as, além da desinformação também ganha força o discurso de ódio. Silva *et al.* (2021) chamam atenção para o tipo e forma do discurso de ódio manifestado em canais digitais por figuras políticas. Segundo os/as autores/as, o assédio em plataformas digitais pode ser visto como uma forma estratégica de comunicação, onde mensagens específicas são elaboradas por figuras políticas com o objetivo de manipular a opinião pública e “degradar simbolicamente grupos que historicamente foram oprimidos ou sistematicamente discriminados” (SPONHOLZ, 2020, p. 221 *apud* SILVA *et al.*, 2021, p. 3).

Silva *et al.* (2021) destacam as particularidades do discurso de ódio on-line ou cyberhate: o anonimato: as pessoas na internet tendem a se sentir mais à vontade e encorajadas para expressar opiniões mais extremas, desagradáveis ou odiosas do que fariam pessoalmente; alcance, permanência e itinerância do fenômeno: o ódio cibernético pode ser visto e replicado por um vasto público, persistindo por um período indefinido e, mesmo quando eliminado, há a possibilidade de reaparecer em outro local; invisibilidade: devido à separação física entre o autor do discurso de ódio e o público na internet, é provável que o autor minimize a gravidade e o impacto potencial de suas palavras sobre o destinatário, de modo que essa distância proporcione uma invisibilidade mútua entre o autor e o público atingido; comunidade: a internet possibilita que qualquer indivíduo participe de discursos de ódio e conquiste uma audiência online, situação favorável à formação de um senso de comunidade que une pessoas com ideias afins, incluindo pensamentos intolerantes e, por fim, a instantaneidade: a internet possibilita que expressões de ódio atinjam muitas pessoas em segundos, incentivando formas de discurso de ódio por meio de reações impulsivas, julgamentos precipitados, comentários espontâneos, observações sem filtro e pensamentos iniciais.

A coleta de material para análise foi realizada por meio do acesso à página pública de Jair Bolsonaro no Facebook quando ainda era candidato nas Eleições Presidenciais 2018 e da utilização da ferramenta Netvizz. Para a elaboração do presente trabalho, foi utilizada parcela dos dados já coletados pela autora em 04/03/2019, ocasião na qual a mesma realizava a pesquisa de conclusão de curso

da Especialização em Direitos Humanos, Diversidade e Violência intitulada “Gênero, religiosidade e política: o avanço do conservadorismo nas redes sociais nas eleições presidenciais 2018” na Universidade Federal do ABC (UFABC).

O Netvizz – ferramenta que, vale ressaltar, não está mais em operação – tratava-se de uma aplicação do Facebook desenvolvida por um projeto de pesquisa da Universidade de Amsterdam<sup>49</sup> que possibilitava a extração de dados sobre usuários, páginas e grupos de contas públicas dessa plataforma através de uma interface voltada para o público não iniciado com scripts e linguagens de programação<sup>50</sup>.

Após enfrentar várias restrições devido a alterações na política de dados do Facebook, o Netvizz foi descontinuado em agosto de 2019. Essas e outras restrições estão associadas a escândalos envolvendo as plataformas - como o caso Facebook/Cambridge Analytica<sup>51</sup> - e têm gerado debates significativos sobre o futuro das pesquisas empíricas que se baseiam em dados adquiridos por meio de Interfaces de Programação de Aplicações (APIs, na sigla em inglês). Situação que evidencia “o padrão das mediações online [de] hoje [...] [:] arquiteturas privadas, opacas e distribuídas [...] que borram os limites entre o que é público e o que é privado, ou entre o que é de interesse comum e o que é, acima de tudo, um negócio muito lucrativo” (ANDRÉA, 2020, p. 22).

Entre os dados coletados, selecionamos as dez postagens que utilizaram vídeos com mais reações no perfil do então candidato Bolsonaro, entre 31/08/2018 e 27/10/2018, para a análise qualitativa. A escolha do período levou em consideração que, embora já fosse permitida a campanha eleitoral através da internet em data

---

<sup>49</sup> Vinculado ao projeto Digital Methods Initiative (DMI) da Universidade de Amsterdam, a ferramenta Netvizz foi desenvolvida pelo pesquisador Bernhard Rieder que também elaborou outras ferramentas de código aberto que viabilizam o acesso aos dados de algumas plataformas: o YouTube Data Toolset, e em parceria com Erik Borra, o Twitter Capture and Analysis Toolset (TCAT) (ANDRÉA, 2020).

<sup>50</sup> Toda a análise referente à perspectiva dos Estudos de Plataforma e ao aplicativo Netvizz é baseada em Andréa (2020).

<sup>51</sup> O escândalo Facebook/Cambridge Analytica, que envolveu o uso impróprio de dados, impactou significativamente a imagem do Facebook e trouxe à tona discussões sobre a privacidade dos dados. A Cambridge Analytica, uma empresa de marketing, obteve acesso não autorizado aos dados de 87 milhões de usuários do Facebook.

anterior ao dia 31/08/2018<sup>52</sup>, tradicionalmente, é o início da campanha obrigatória que impulsiona o interesse genuíno dos/as eleitores/as na disputa eleitoral.

Privilegiamos o Facebook para realização da coleta de dados devido sua popularidade no Brasil e dada a impossibilidade de acesso à totalidade dos conteúdos relativos aos candidatos à presidência compartilhados pelo Whatsapp que foi apontado pelo Instituto Datafolha como o aplicativo social mais utilizado pelos/as eleitores/as nas Eleições 2018, como já referido anteriormente. Ademais, segundo dados do relatório “Digital 2018: Brazil”, das empresas We Are Social e Hootsuite, o Facebook também aparece entre as três plataformas mais utilizadas no Brasil, ao lado do Youtube e WhatsApp.

A escolha de analisar somente postagens que utilizaram vídeos como recurso principal de comunicação foi devido ao seu potencial de alcance, já que estes interagem facilmente com grande parcela da população, inclusive com pessoas que não foram alfabetizadas ou que possuem alguma deficiência. Já a opção por explorar as publicações com mais reações – que incluem “curtir”<sup>53</sup>, “amei”, “haha”<sup>54</sup>, “uau”<sup>55</sup>, “triste” “gr”<sup>56</sup>, deveu-se à tentativa de se aproximar, de fato, das dez publicações de Jair Bolsonaro com mais repercussão entre os/as usuários/as do Facebook dentro do período estudado, considerando que cada perfil pode expressar somente um tipo de reação nas postagens que aparecem no seu feed de notícias<sup>57</sup>.

---

<sup>52</sup> Segundo a Resolução nº 23.555, de 18 de dezembro de 2017, que estabeleceu o Calendário Eleitoral das Eleições 2018, no período de 16/08/2018 até 05/10/2018 estava permitida a propaganda eleitoral nas ruas e na internet e no período de 31/08/2018 até 04/10/2018 a propaganda eleitoral gratuita em rádio e tv (1º turno). No que se refere ao 2º turno, todos os tipos de propaganda eleitoral elencados anteriormente estariam autorizados entre 08/10/2018 e 26/10/2018.

<sup>53</sup> “Curtir” significa, a grosso modo, aprovar um dado conteúdo que é compartilhado nas redes sociais.

<sup>54</sup> A expressão “haha” expressa risos e/ou gargalhada.

<sup>55</sup> A expressão “uau” designa, entre outros significados, surpresa.

<sup>56</sup> A expressão “gr” faz referência à raiva e pode demonstrar desaprovação de uma dada publicação compartilhada nas redes sociais.

<sup>57</sup> A expressão “feed de notícias” se refere à página virtual, a qual todos/as os/as usuários/as do Facebook tem acesso em seus perfis, que concentra as últimas publicações patrocinadas por organizações e/ou empresas, bem como as postagens mais recentes dos/as amigos/as e/ou grupos virtuais ligados a um determinado perfil.

Sem deixar de se considerar, é claro, que podemos nos deparar com situações nas quais uma mesma pessoa possa registrar mais uma conta de perfil no Facebook e, conseqüentemente, possa também expressar mais de uma reação diante de uma postagem.

Após coletados, parte dos dados das dez publicações com mais reações que utilizaram recurso audiovisual foram transcritos. Foram transcritos todos os trechos do material selecionado que de algum modo fizeram referência ou tangenciaram discussões acerca da questão de gênero e sexualidades<sup>58</sup>.

A duração dos vídeos analisados variou entre o mínimo de 14 minutos e 2 segundos e o máximo de 26 minutos e 3 segundos. O corpus da pesquisa foi analisado à luz da literatura revisada nos capítulos 1, 2 e 3. Os dados transcritos foram submetidos à técnica de análise temática de conteúdo (MINAYO, 2004) que consiste na leitura do material coletado a partir de temas que emergem do conteúdo das publicações e que ao mesmo tempo respondem às indagações consubstanciadas nos objetivos gerais e específicos da pesquisa. Os temas elencados para a realização da análise temática foram: “plataformas on-line”, “fundamentalismo religioso” e “compreensões das relações de gênero e sexualidades”.

Para situar o/a leitor/a, vale ressaltar que Jair Bolsonaro, Fernando Haddad e Ciro Gomes foram, respectivamente, os três candidatos à presidência mais votados nas Eleições 2018<sup>59</sup>.

De acordo com os dados extraídos do Facebook por meio do aplicativo Netvizz, no período de 31/08/2018 a 27/10/2018, foram postadas 113<sup>60</sup> publicações na página pública do candidato Jair Bolsonaro que geraram 4.552.879 comentários e

---

<sup>58</sup> Os links dos vídeos analisados encontram-se nos anexos deste trabalho para consultas de seu conteúdo na íntegra.

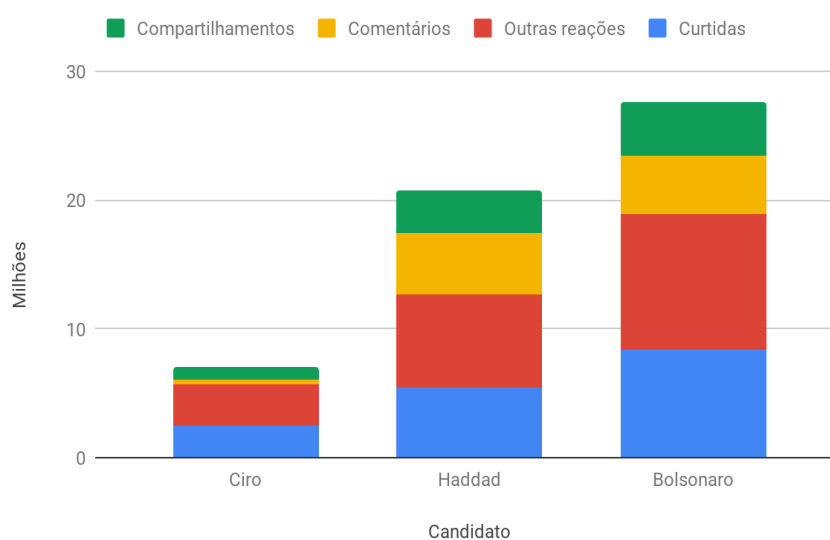
<sup>59</sup> Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no 1º turno da Eleição Ordinária Federal de 2018 Jair Bolsonaro recebeu 49.277.010 votos (46,03% dos votos válidos), Fernando Haddad 31.342.051 votos (29,28% dos votos válidos) e Ciro Gomes 13.344.371 (12,47% dos votos válidos). E no 2º turno da mesma eleição Jair Bolsonaro recebeu 57.797.847 votos (55,13% dos votos válidos) e Fernando Haddad 47.040.906 votos (44,87% dos votos válidos). Jair Bolsonaro, Fernando Haddad e Ciro Gomes foram, portanto, os três candidatos à presidência mais votados nas Eleições 2018.

<sup>60</sup> Todas as postagens em questão eram conteúdos em vídeo.

10.544.099 reações; enquanto a página pública do candidato Fernando Haddad totalizou 469<sup>61</sup> postagens, 4.727.957 comentários e 7.283.456 reações; e a página pública do candidato Ciro Gomes alcançou a marca de 363<sup>62</sup> publicações, 424.836 comentários e 3.184.641 reações<sup>63</sup>.

Os Gráficos 1 e 2, a seguir, apresentam um panorama geral da repercussão das publicações dos três candidatos à presidência mais votados nas Eleições 2018, incluindo Jair Bolsonaro:

**Figura 2:** Repercussão (número de comentários, compartilhamentos, curtidas e outras reações dos usuários) das publicações dos candidatos Jair Bolsonaro, Fernando Haddad e Ciro Gomes em suas páginas públicas do Facebook entre 31/08/2018 e 27/10/2018.



Fonte: Facebook.

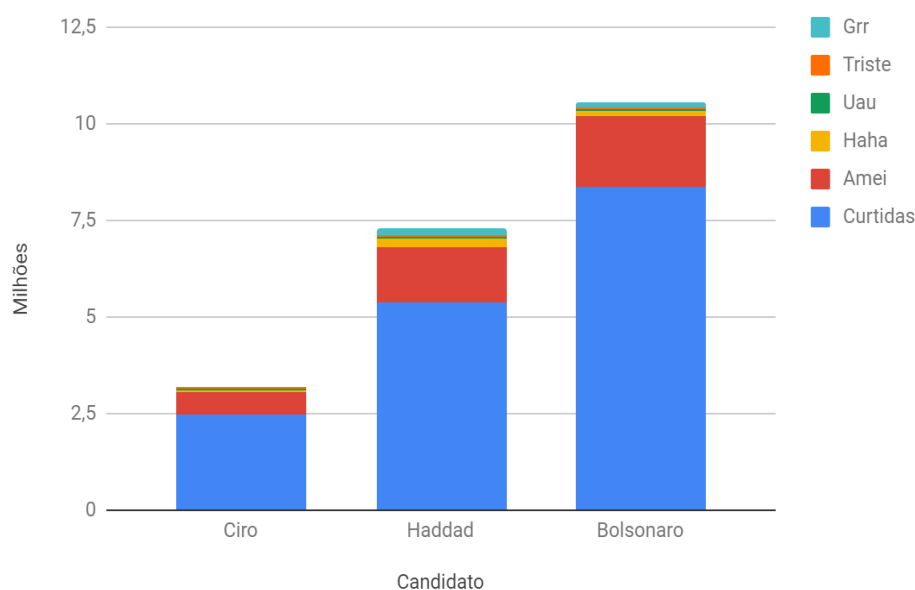
---

<sup>61</sup> Entre o total de publicações compartilhadas pelo candidato, 429 se constituíram de vídeos, 33 de fotos e 7 de links no período analisado.

<sup>62</sup> Na página pública de Ciro Gomes, dentro do período estudado, foram compartilhados 198 vídeos, 146 fotos e 7 publicações referentes a seu status.

<sup>63</sup> Esses dados que embasam os Gráficos 1 e 2 foram colhidos pela autora durante pesquisa que realizou no curso de especialização em Direitos Humanos, Diversidade e Violência intitulada “Gênero, religiosidade e política: o avanço do conservadorismo nas redes sociais nas eleições presidenciais 2018” na Universidade Federal do ABC (UFABC). Apesar deste trabalho pretender analisar somente o conteúdo produzido nas plataformas on-line pelo candidato, à época, Jair Bolsonaro, consideramos oportuno trazer alguns dados referentes ao uso das plataformas on-line por parte de seus principais concorrentes para a compreensão da conjuntura que subsidiou as Eleições 2018.

**Figura 3:** Quantidade de curtidas e outras reações (“Amei”, “Haha”, “Uau”, “Triste” e “Grr”) dos/as usuários/as do Facebook nas publicações realizadas pelos candidatos Jair Bolsonaro, Fernando Haddad e Ciro Gomes em suas páginas públicas do Facebook entre 31/08/2018 e 27/10/2018.



Fonte: Facebook.

É interessante observar que a repercussão das publicações dos três candidatos no Facebook, em termos de reações, reflete o resultado da disputa que empreenderam nas urnas, ainda que não possamos afirmar, neste caso, a existência de uma relação direta entre visibilidade nas redes sociais e obtenção de êxito nas eleições presidenciais. Isso porque é grande a multiplicidade e complexidade dos elementos que condicionam o resultado de uma disputa eleitoral, bem como que não fez parte das preocupações da elaboração desses gráficos levar em consideração um universo estatístico válido dada o caráter qualitativo desta pesquisa.

Também chama atenção o fato de que o compartilhamento de uma maior quantidade de publicações não correspondeu à maior repercussão entre os usuários/as do Facebook, considerando que o candidato com menos postagens dentro do período analisado, no caso Jair Bolsonaro, foi aquele que alcançou mais reações positivas por parte dos/as usuários/as da plataforma.

Antes de prosseguirmos, cabe ainda apresentar a totalidade dos vídeos analisados no presente estudo com seus respectivos títulos, durações, datas em que foram publicados e números de reações na Tabela 2, a seguir:

**Tabela 2:** Publicações realizadas pelo candidato Jair Bolsonaro em sua página pública do Facebook entre 31/08/2018 e 27/10/2018 que utilizaram recurso audiovisual classificadas de acordo com o maior número de reações.

<b>Candidato Jair Bolsonaro</b>										
N°	Data	Duração do vídeo	Mensagem que acompanhava a postagem	Número de reações						
				Curti	Amei	Haha	Uau	Triste	Grr	Total
<b>01</b>	<b>05/10/18</b>	<b>26:03</b>	“Bolsonaro ao vivo. No Youtube: <a href="https://youtu.be/wqjiPtshOzs">https://youtu.be/wqjiPtshOzs</a> ”	497.637	214.374	5.703	2.417	684	4.769	<b>725.584</b>
<b>02</b>	<b>08/10/18</b>	<b>14:06</b>	“Bolsonaro fala ao Brasil. Estamos no segundo turno!. Link no youtube: <a href="https://youtu.be/W03TbRU7So0">https://youtu.be/W03TbRU7So0</a> ”	464.745	224.258	3.105	1.332	6.454	3.402	<b>703.296</b>
<b>03</b>	<b>03/10/18</b>	<b>20:39</b>	“Temas do dia envolvendo mais fatos sobre a política nacional!. Repasse a seus amigos que não possuem facebook! Segue o link no youtube: <a href="https://youtu.be/W2ToU3iwsM0">https://youtu.be/W2ToU3iwsM0</a> ”	321.096	122.908	2.400	1457	210	1.521	<b>449.592</b>
<b>04</b>	<b>19/10/18</b>	<b>20:02</b>	“Os cães ladram e a caravana passa! . Inscreva-se em nosso canal no youtube e tenha acesso a nossos vídeos:	272.279	110.530	4.013	1036	276	1.819	<b>390.403</b>

			<a href="https://youtu.be/m-F1jDvCMk4">https://youtu.be/m-F1jDvCMk4</a>							
<b>05</b>	<b>04/10/18</b>	<b>15:58</b>	“Nova live: Temas de relevância nacional. Youtube: <a href="https://youtu.be/lGaGmQZnxPw">https://youtu.be/lGaGmQZnxPw</a> ”	264.871	100.356	1.870	1082	219	1.374	<b>369.772</b>
<b>06</b>	<b>02/10/18</b>	<b>14:02</b>	“Política e questões nacionais. (Parte 2) - Com Flavio Bolsonaro. Link da live completa no youtube: <a href="https://youtu.be/6117jbeHBD0">https://youtu.be/6117jbeHBD0</a> ”	247.802	98.428	1.741	1158	216	999	<b>350.344</b>
<b>07</b>	<b>14/10/18</b>	<b>20:28</b>	“Bolsonaro: MAIS VERDADES! Link no youtube: <a href="https://youtu.be/KGVTURYPRrU">https://youtu.be/KGVTURYPRrU</a> ”	230.768	90.706	1.660	960	199	1.014	<b>325.307</b>
<b>08</b>	<b>25/10/18</b>	<b>21:56</b>	“Novas informações e mentiras que estão sendo difundidas a meu respeito! Link no youtube: <a href="https://youtu.be/a3DFyl6E1BE">https://youtu.be/a3DFyl6E1BE</a> ”	235.474	83.045	2.311	965	197	1.156	<b>323.148</b>
<b>09</b>	<b>12/10/18</b>	<b>15:49</b>	“Bolsonaro comenta o perigoso escrito Plano de Governo do PT. Link no youtube: <a href="https://youtu.be/9q9ZNMRe5rw">https://youtu.be/9q9ZNMRe5rw</a> ”	212.567	82.332	2.107	1057	193	848	<b>299.104</b>
<b>10</b>	<b>13/10/18</b>	<b>22:29</b>	“12/10/2018 - Live com Bolsonaro e Luiz Philippe de Orleans e Bragança: O PT camaleão. Link no youtube: <a href="https://youtu.be/vsMDEgwwTAM">https://youtu.be/vsMDEgwwTAM</a> ”	202.052	76.893	1.597	886	171	814	<b>282.413</b>

<b>Total</b>	<b>2.949.291</b>	<b>1.203.830</b>	<b>26.507</b>	<b>12.350</b>	<b>8.819</b>	<b>17.716</b>	<b>4.218.963</b>
--------------	------------------	------------------	---------------	---------------	--------------	---------------	------------------

## 4.2. Plataformas on-line

É importante recordar que a polarização entre esquerda e direita que marcou as eleições nacionais de 2014 perdurou e deu o tom nos debates que enfocaram a disputa eleitoral de 2018. E as plataformas on-line continuaram atuando como “combustível”, nos termos de Chaia e Brugnago (2014), para a disputa entre grupos que se identificavam com a esquerda e direita do espectro político brasileiro, lembrando que, durante o segundo turno das Eleições 2018, dois em cada três eleitores/as brasileiros/as possuíam contas em plataformas de acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (2018). As plataformas on-line, nesse sentido, se constituíram em fontes determinantes de constituição do poder (CASTELLS, 2017).

Vimos que, em relação aos candidatos mais progressistas Fernando Haddad e Ciro Gomes, Bolsonaro como representante da extrema direita na disputa eleitoral obteve mais visibilidade no Facebook que os seus concorrentes, levando em conta as publicações realizadas entre 31/08/2018 e 27/10/2018. Vale ressaltar, nessa perspectiva, que Penteadó e Lerner (2018) já haviam apontado a existência de uma variada rede da direita que se articulou na produção de uma narrativa de cariz conservador essencialmente antipetista. Assim como o fato de Bolsonaro ter recebido apoio de importantes lideranças evangélicas, grupo religioso que, segundo Jungblut (2010), era o mais visível no ciberespaço no início da popularização da internet no Brasil e o que mais se lança à interatividade através da internet, procurando tanto a constituição de comunidades de pessoas que partilham do mesmo credo, como a ampliação de sua clientela por meio do trabalho conversionista.

Lerner (2020) ressalta ainda que o crescimento da rede de direita na internet coincide com o aumento no número de usuários de internet, impulsionado pela maior acessibilidade através de celulares e pela popularização das plataformas, contexto que favoreceu Bolsonaro. Em 2012, o Facebook, a maior rede social do mundo, segundo a autora, tinha 50 milhões de contas ativas no Brasil, o que correspondia a um terço da população com mais de 10 anos. Seis anos depois, no início de 2018, a empresa anunciou que tinha 127 milhões de usuários ativos mensais no Brasil,

cerca de 70% da população com mais de 10 anos. Naquele ano, o Brasil era o terceiro país com mais usuários do Facebook, ficando atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos.

Nas falas literais de Bolsonaro, durante as lives<sup>64</sup> que compartilhou no Facebook durante a campanha eleitoral das Eleições 2018, o próprio candidato ressalta a importância que as plataformas on-line tiveram na sua campanha: “Nós temos 208 mil pessoas ao vivo...Se não tivéssemos isso daqui [se refere às plataformas on-line] pode ter certeza que o jogo estaria sendo jogado entre PT e PSDB, irmãos siameses, o Brasil continuaria afundando” (Jair Bolsonaro, vídeo 03)<sup>65</sup>.

Sobre essa questão é interessante observar que a disputa pela presidência que ocorreu entre o Partido Social Liberal (PSL) e o PT no segundo turno das Eleições 2018 rompe com um cenário já comum para o/a brasileiro/a desde 1994: candidatos do PT e PSDB entre os dois mais votados nas eleições presidenciais. Processo que foi apontado por Penteado *et al.* (2022) no item anterior e que também ocorreu na já citada eleição de Donald Trump, no qual as plataformas on-line acabam favorecendo a visibilidade de indivíduos e grupos que antes não tinham espaço na mídia tradicional, em detrimento do poder dos partidos políticos que atuavam como guardiões da democracia.

Ainda no que se refere à importância que as plataformas on-line tiveram na sua candidatura, Bolsonaro dissemina a ideia de que a emissora de televisão com maior audiência no Brasil estaria lhe prejudicando ao mesmo tempo em que favorecia outros partidos. E afirma que o que considera como “verdadeiro” não tem como ser ocultado pelos tradicionais veículos de informações tendo em vista a existência da ambiência digital:

***Pra você ver, do movimento #Elenão no sábado, o “Jornal Nacional” deu quase quinze minutos de destaque, dizendo inclusive que o***

---

<sup>64</sup> É importante ressaltar que, entre os vídeos que foram analisados neste trabalho, Bolsonaro utilizou de forma expressiva as chamadas “lives” - classificação facultada aos vídeos que utilizam o recurso do Facebook que permite a transmissão de conteúdos em tempo real.

<sup>65</sup> No presente texto serão sempre empregadas aspas para se referir a termos extraídos das falas literais das pessoas que participaram dos vídeos analisados.

***mundo todo se manifestou. No dia seguinte, um milhão na paulista, com gente em Belém do Pará lá com Eder Mauro, gente com Heitor Freire lá no Ceará, é gente com Onix Lorenzoni no Rio Grande do Sul, com Francisquine no Paraná, com a Bia Kisses em Brasília, com a professora Dani Pimentel na Bahia, com gente do Brasil todo, deu mais ou menos quatro minutos. Mas não tem problema, a verdade hoje em dia não tem como ser escondida porque nós temos as mídias sociais*** (Jair Bolsonaro, vídeo 06).

A esse respeito, Penteado *et al.* (2022) argumentam que há uma “afinidade eletiva” entre plataformas digitais e movimentos e líderes qualificados nessa interpretação como populistas. As plataformas são vistas como um espaço de expressão da “voz do povo” contra a mídia tradicional dominante, onde as pessoas comuns podem se manifestar sem intermediários (jornalistas), provocando uma crise de autoridade e legitimidade do jornalismo tradicional e abrindo caminho para novos influenciadores e fontes de informação. As plataformas digitais também permitem, por meio de algoritmos de interação, a agregação de indivíduos (usuários) muito individualizados, formando uma “multidão conectada” de apoiadores que é mobilizada pelo discurso populista através da construção de um “nós” (interesses/demandas comuns de um povo) versus “eles” (inimigos comuns, representados pelo sistema político e pelas elites).

Bolsonaro, como vimos, mobilizou a ideia do “nós” contra “eles” e soube explorar a seu favor a ideia de que a internet constituiria “a voz do povo”, tentando colocar em xeque a credibilidade das Organizações Globo que, no seu discurso, estaria favorecendo os seus oponentes ao conceder maior destaque ao movimento #EleNão, do que às movimentações de extrema direita que o apoiavam.

A esse respeito, Iasulaitis e Vieira (2022) ao analisarem o uso do Twitter por Jair Bolsonaro nas Eleições 2018, afirmam que a principal finalidade dos tweets do militar foi realizar campanha negativa, tanto na forma de ataques quanto na forma de contra-ataque utilizando “[...] o humor político, o sarcasmo, a ironia, o escárnio, a adjetivação negativa e a apelidação dos adversários para realizar campanha negativa”<sup>66</sup> (IASULAITIS; VIEIRA, 2022, p. 19).

---

<sup>66</sup> No estudo que realizaram sobre o uso do Twitter por Jair Bolsonaro nas Eleições 2018, Iasulaitis e Vieira (2022, p. 20) afirmam que “[...] na campanha de Bolsonaro os adjetivos pejorativos e

No estudo que realizaram, as autoras observaram que os destinatários dos ataques de Bolsonaro à imprensa foram direcionados aos meios de comunicação que relataram informações negativas a seu respeito. Isso inclui o jornal Folha de São Paulo, o jornal Estadão, a revista Isto É, a emissora de TV Band, o portal UOL e a Revista Veja, além de outras fontes internacionais, mas destacam o Jornal O Globo, a Rede Globo, a GloboNews, bem como a família Marinho, como sendo, sem dúvida, o principal alvo de ataque de Bolsonaro:

No Brasil, pesquisas mostram que a Rede Globo tem sido um ator determinante na eleição e deposição de presidentes da República desde a redemocratização. Sem o apoio do maior grupo midiático do país, a estratégia de Jair Bolsonaro foi desconstruir a imagem das Organizações Globo frente ao eleitorado (*ibidem*, p. 17).

O estudo mencionado também destacou que a Record, principal rival da Rede Globo, não foi alvo de críticas e foi o canal de televisão onde Bolsonaro concedeu entrevistas exclusivas. Além disso, identificou Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus e proprietário do Grupo Record de Mídia, como um dos vários líderes religiosos evangélicos que apoiaram Bolsonaro<sup>67</sup>.

Também aparece no discurso de Bolsonaro que o PT pretende controlar a suposta “liberdade” que as novas tecnologias nos permitiram, fazendo menção negativa ao termo “controle social da mídia e da internet” que, segundo esse candidato, aparece no plano de governo de Haddad. Note-se que mais uma vez a internet, em seu discurso, figuraria como o espaço da “voz do povo”:

[...] Ou seja, **eles [se refere à Chapa Eleitoral do PT] vão fazer de tudo pra enganar o povo, só que esse aparelhinho aqui ó [exibe o seu**

---

xingamentos mais recorrentes foram canalhas, hipócritas, vagabundos e bandidos. Fernando Haddad foi apelidado de Andrade, fantoche de corrupto, marmita de corrupto preso e pau mandado do corrupto preso, integrante de quadrilha, de facção criminosa e sua vice Manoela D’ávila era chamada de Mortadela D’ávila”

<sup>67</sup> No material audiovisual compartilhado pelo candidato Bolsonaro que analisamos três importantes lideranças evangélicas aparecem ao lado do mesmo nas publicações que compartilhou (Silas Malafaia, Cláudio Duarte e Magno Malta); Bolsonaro cita ainda em uma de suas postagens os deputados evangélicos Gilberto Nascimento, Leonardo Quintão, Eurico de Pernambuco, Ronaldo Nogueira, João Campos, Lincoln Portela, Paulo Freire, Sóstenes Cavalcante e o deputado Takayama, e, de modo geral, em quase todos os vídeos analisados agradece o apoio da Frente Parlamentar Evangélica.

**celular] nos deu uma liberdade enorme** e no plano de governo do Haddad tá escrito lá que **controle social da mídia e internet! Então, eles são...eles querem controlar tudo**, ter o poder absoluto. É o jogo de poder (Bolsonaro, vídeo 10).

Aqui estamos mais uma vez diante de um dos elementos que vigoraram no caldo conservador que marcou o contexto do golpe contra Dilma Rousseff: a ideia de que o PT é comunista e, nesta interpretação rasteira sobre o que seria o comunismo, a ideia de que se representantes desse partido fossem eleitos/as, a liberdade de expressão pela mídia e redes sociais estaria ameaçada. A ideia “[...] foi atribuir ao PT a pecha de autoritarismo e ligação com ditaduras de esquerda” (*ibidem*, p. 22). A ideia de “nós” contra “eles” também é novamente mobilizada.

Entre os vídeos publicados, analisados pela pesquisa, Bolsonaro também discorreu sobre a denúncia realizada por alguns veículos de informação, durante a campanha eleitoral, de que recebeu o apoio de empresários para fomentar sua campanha através do compartilhamento de notícias falsas, as chamadas “fake news”, pelo aplicativo Whatsapp. Ele nega as acusações, acionando novamente um repertório de significado que indica a internet como espaço “do povo” na intenção de desacreditar o jornalismo tradicional, ao mesmo tempo em que, num movimento persecutório, redireciona ao PT (“nós” contra “eles”) a disseminação de “fake news”:

Ok vamos lá...A “Folha de São Paulo”, sempre a “Folha de São Paulo” ...É o jornal que realmente cada vez se afunda mais aí na lama, então eles publicou matéria aqui: “empresários bancam campanha contra o PT”. E aqui dizem: “cada contrato chega a valer 12 milhões de reais”. Obviamente, né, me acusam de estar fomentando isso junto a empresários. **Nós** não temos necessidade disso! E mais ainda, o Haddad agora, acabo de ver aqui no “O Antagonista”, né, dizendo que **“vamos levar ao conhecimento da justiça todos os indícios que ele pediu apoio de whatsapp para empresários em jantares”**. Deixo bem claro: desde o dia 6, meia dúzia, de setembro estou fora de combate. Foram 23 dias no hospital, estou aqui agora poucos dias em casa, não fiz jantar, nem almoço com ninguém. Dei apenas cinco saídas: Uma foi no Bope, o Batalhão de Operações Especiais, uma ida na Polícia Federal, uma ida pra visitar o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Orani Tempesta e duas vezes eu fui no banco, uma vez, por coincidência, era o Caixa 02 do banco...**Então a história de levar indícios, não tem prova de nada...E a “Folha de São Paulo”, pelo que a gente viu aqui, jogando nesse time do Haddad...Agora, nós não precisamos de Fake News para combater o Haddad**, as verdades são mais do que suficientes...(Jair Bolsonaro, vídeo 04).

Mais ainda, uma última...Uma menina aí que falou que quatro simpatizantes ou cinco simpatizantes do Bolsonaro, com uma arma branca, fez uma suástica no seu corpo...Bem, agora, a Polícia Civil chegou a conclusão de que...quem fez aquela...aquela marca no corpo, foi a própria menina...**Iso**

**aí é falsa comunicação de crime, ela vai responder isso e o Haddad usou isso no seu programa...**(Jair Bolsonaro, vídeo 08).

Sim, **o kit -gay existiu! É o fake do fake news**, eles estão dizendo que não houve! Houve sim! (Bolsonaro, publicação (Jair Bolsonaro, vídeo 08).

[...] Nós precisamos que vocês **se mobilizem contra fake news**, contra **essas mentiras do PT!** (Bolsonaro, publicação (Jair Bolsonaro, vídeo 08).

O que que eu quero hoje falar com vocês aqui? **Como da nossa parte não tem fake news, só tem a verdade acima de tudo**, nós vamos tocar em alguns itens do plano de governo do Haddad...do PT...e você tira suas conclusões...**O plano de governo dele tá na internet**, você anota aqui apenas a página que eu vou tocar nos dez itens, **depois você vai lá confirmar a veracidade** e ver se esse partido, se esse candidato defende realmente a democracia, a liberdade, a família, a liberdade de imprensa, entre outras coisas (Jair Bolsonaro, vídeo 10).

Lasuilaitis e Vieira (2022) ao se depararem discursos semelhantes de Jair Bolsonaro no Twitter, afirmaram que a maioria dos tweets de contra-ataque que, segundo o candidato, tinham o objetivo de “combater fake news” eram acompanhados do termo “verdade”, indicando que o que estava em jogo era a disputa pela narrativa que persuadiria o eleitorado.

### 4.3. Fundamentalismo religioso

Chama atenção nos dados analisados a vinculação que Bolsonaro realiza a todo momento entre a sua candidatura e o seu pertencimento religioso declaradamente cristão:

Brasil acima de tudo e **Deus acima de todos**<sup>68</sup> [em coro]! (Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, Sillas Malafaia e Claudio Duarte, vídeo 01)

**Tendo Deus como líder**, sempre orando e buscando maneiras de melhorar nós trilhamos até aqui (Jair Bolsonaro, vídeo 02).

[...] tenho certeza que por ocasião do segundo turno ampliaremos essa vantagem **e teremos sim vitoriosos afinal de contas resta apenas dois caminhos: o da prosperidade, o da liberdade, o da família, o de estar ao lado de Deus**, ao lado daqueles que têm religião e dos que não têm religião também, mas são responsáveis (Jair Bolsonaro, vídeo 02).

**Acredito em Deus**, acredito em vocês e acredito no nosso Brasil (Jair Bolsonaro, vídeo 02).

---

<sup>68</sup> Jair Bolsonaro utilizou essa frase durante a campanha eleitoral como slogan da sua candidatura.

Até a vitória **se Deus quiser, fiquem com Deus!** (Jair Bolsonaro, vídeo 02).

É importante destacar que a publicação de Bolsonaro que contou com mais reações dos/as usuários/as do Facebook - 725.584 mil no total, das quais apenas 5.453 foram reações classificadas com repercussão negativa (“triste” e “grr”) - dentro do período analisado pela pesquisa, é uma *live* na qual aparecem ao seu lado os pastores evangélicos Silas Malafaia e Cláudio Duarte apoiando a sua candidatura:

**Então aqui Pastor Cláudio Duarte. O conhecido Pastor aqui que trata de caso de família...** Quem conversar com ele não separa mais e quem estiver noivo vai casar imediatamente. Ele é um cara perigoso [risos]. **Silas Malafaia que fez meu casamento aqui há 10 anos vai falar alguma coisa também,** é uma evangélica. Como vários pastores gostariam de estar aqui, mas não tiveram oportunidade pela distância e por outros compromissos (Jair Bolsonaro, vídeo 01).

Esse fato exemplifica a tese de Seffner (2009) de que há, em suas palavras, uma “inevitabilidade” da religião como política já que é comum o ingresso de pessoas na esfera pública com sua identidade religiosa em destaque, ao defender que não devemos relegar a religião ao domínio do privado. Esse é o caso de Bolsonaro que em todas as publicações analisadas pela pesquisa faz alguma referência a sua crença em termos religiosos. Bem como, exemplifica a afirmação de Vital da Cunha e Lopes (2012) de que as lideranças evangélicas merecem acentuada atenção quando se analisa a política brasileira atual por indicarem candidaturas e participarem de alianças em campanhas eleitorais tendo em vista o seu potencial de convencimento dos/as fiéis e o poder de conferir visibilidade a campanhas dos candidatos aos quais declaram apoio.

É interessante que na publicação abaixo o pastor Silas Malafaia afirma que a discussão que ele e os colegas estão propondo no vídeo não está vinculada à religião que professa, defendendo a importância do cristianismo para todos/as, independente de suas religiosidades ou do fato de existirem pessoas que se identificam como ateus/ateias:

**Não estamos aqui falando de religião, não estamos falando de viés religioso, não estamos falando disso não...de cidadania...** Como católicos, espíritas, ateus, religiões afro católica religião importa de eu não importa Paixão de corrupção da história Católicos e espíritas, ateus e religiões afro...Não importa de onde seja...Não importa, não importa. Nós estamos falando do que é o melhor para o Brasil, esta que é a nossa questão aqui. Essa que é a nossa questão [...] (Silas Malafaia, vídeo 01).

Eu fico ouvindo dizendo: esse negócio de valor cristão...Deixa eu dar uma **informação histórica, sociológica**: O cristianismo é a mais importante tradição do ocidente. A formação da Europa e das Américas é o cristianismo. **O cristianismo permeia toda a vida desses continentes, não tô falando de religião, tô falando de ideologia...**O ocidente vive o modelo judaico-cristão. Ai esses esquerdopatas querem destruir isso para implantar um modelo esquerdista de uma cultura que vai contra todos os nossos valores...E a sociedade brasileira então rejeita isso porque a sociedade brasileira, **independente das religiões...Porque tem gente que pensa que família é só coisa de cristão....Família é coisa de ateu, família é coisa de espírita, família é coisa de católico, de evangélico...Família é coisa das....das...das religiões afro.** Gente, eles estão enganados...Família é uma coisa muito preciosa (Silas Malafaia, vídeo 01).

Eu queria aproveitar aqui...Claúdio, a gente como Pastor, temos uma obrigação nossa...Minha e do Claudio, de abençoar o povo brasileiro **independente de religião...**De abençoar a nossa nação...Nós abençoamos a nação brasileira! Declaramos que esse país não vai virar caos! Declaramos que Deus vai te dar (para Bolsonaro) sabedoria e graça e revelação pra escolher uma equipe de ponta que vai deixar todo mundo de boca aberta e o Brasil vai pras cabeças, o Brasil não vai pro lixo moral, nem pra destruição...(Silas Malafaia, vídeo 01).

Mesmo que Silas Malafaia afirme que não possui a pretensão de “falar de religião”, é possível observar que ao identificar o cristianismo como a “mais importante tradição do ocidente” está impondo o sistema de valores da sua crença religiosa às demais possibilidades de ser e estar no mundo. Cabe ainda destacar que para sustentar a sua afirmação ele tenta utilizar argumentos, de certa forma, científicos, ao evocar a história e a sociologia para fundamentar os mesmos.

A narrativa de Malafaia também retoma a questão apontada por Vital da Cunha e Lopes (2012) de que um dos argumentos mais desafiadores utilizados pelos grupos religiosos diante da defesa da laicidade é o de que eles podem exercer pressão frente ao Estado, assim como qualquer outro grupamento secular. Uma vez que, na sua fala, o pastor evangélico abdica do lugar que afirma que a sua crença religiosa é a detentora da verdade absoluta para lançar mão da justificativa de que o código moral onde a mesma se apoia possui centralidade na formação cultural do Ocidente e na acepção do que se acredita ser “família” em várias matrizes religiosas, de modo que - na lógica defendida por ele - faça sentido votar no candidato Bolsonaro se se pretende garantir a manutenção desse modelo de família. Noção semelhante sustenta o trecho a seguir que também foi narrado por Silas Malafaia o

qual, desta vez, cita a Convenção Americana dos Direitos Humanos para embasar o seu posicionamento:

[...] E outra, tirar dos pais Bolsonaro a autoridade da educação, tirar dos pais...**Nós estamos garantidos pela Constituição...A Convenção Americana dos Direitos Humanos, que o Brasil é signatário...Artigo 12, inciso 4, “pertence aos pais a educação moral e religiosa dos filhos”...**Como é que esses caras da esquerda vem querer destruir isso e da escola...(Silas Malafaia, vídeo 01).

É possível relacionar a preocupação de Bolsonaro e seus apoiadores em suas publicações com pessoas que não se identificam como cristãs ao processo de mudança no quadro das tradições religiosas brasileiras que sinaliza a progressiva redução do número de católicas/os, o expressivo aumento de outros grupos religiosos, entre estes, o grupo daqueles que se identificam como espíritas que passaram de 1,3% da população (2,3 milhões) em 2000 para 2,0% em 2010 (3,8 milhões)<sup>69</sup> atrás apenas do crescimento dos/as evangélicos pentecostais e das/os sem religião. Ainda que a centralidade das publicações desse candidato à presidência em matéria religiosa tenha sido atingir diretamente pessoas que se identificam como evangélicas e católicas:

Eu agradeço a Deus, agradeço o pessoal lá todos os médicos, enfermeiros, profissionais de saúde de Juiz de Fora e agradeço todos também que...que se empenharam, né? **Lideranças evangélicas, as lideranças católicas, espíritas, demais denominações, ateus também! Eu tenho amigos ateus, agradeço aqui!** (Jair Bolsonaro, vídeo 10)

**Queria aqui [...] agradecer às lideranças evangélicas do Brasil todo...Vários líderes evangélicos, não quero citá-los aqui porque poderei esquecer alguns, mas na live de amanhã anunciaremos o nome de todos [...]** (Jair Bolsonaro, vídeo 03)

Só pra finalizar, **pedir aos pastores, aos líderes, aos padres, nós que militamos vida** em São Paulo, vocês não podem deixar Suplicy voltar para o Senado, vai ser muito feio...(pastor Magno Malta, vídeo 03)

Indo pro encerramento aqui...**Recebi uma visita hoje de nove Deputados Federais representando a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional hipotecando solidariedade, apoio, logicamente eles estavam representando aqui a quase totalidade da bancada, são os deputados: Gilberto Nascimento (São Paulo), Leonardo Quintão de Minas, o pastor Eurico de Pernambuco, Ronaldo Nogueira do Rio Grande do Sul, João Campos de Goiás, Lincoln Portela de Minas Gerais, Paulo Freire de São Paulo, Sôstenes Cavalcante aqui do DEM**

---

<sup>69</sup> Dados do Censo de 2010 do IBGE.

**do Rio de Janeiro e o presidente, o Deputado Takayama do Paraná.** Então, meu muito obrigado pelo apoio dessa frente que é importantíssima, né? [...] (Jair Bolsonaro, vídeo 04).

[...] Mais ainda, um festival de absurdos que eu vou...Agora é contigo, hein Hélió, que você é afrodescendente aí, né [Hélió sorri]? **Eu vou fazer com que a padroeira do Brasil deixe de ser Nossa Senhora Aparecida, isso é contigo, hein, Hélió [Bolsonaro e Hélió sorriem]! Tá certo? [...] Não existe isso...Eu vou fazer com que...a fé dos católicos seja abalada por uma medida dessa natureza...E no parlamento? Quem votaria favorável a isso?** (Jair Bolsonaro, vídeo 08).

Boa noite, **estou recebendo aqui a visita de Luiz Philippe de Orleans e Bragança**, conhecido como príncipe, foi cogitado para ser o nosso vice mas vai continuar sendo o vice do coração. [...] Uma pessoa isenta, uma pessoa que tem uma bagagem cultural muito grande, liberal [olha para o colega], **católico [...]** **Vamos aproveitar aqui então e saudar todos os católicos do Brasil [...]** **Hoje é dia 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil...** então em meu nome...nome de Luiz Philippe...nossa saudação a todos os católicos...(Jair Bolsonaro, vídeo 10).

Como se não bastasse, o PT ter dividido o Brasil: brancos e negros, nordestinos e sulistas, homos e héteros, né? Agora também prega a divisão **entre católicos e evangélicos...Eu sou católico, a minha esposa é batista** da Igreja Atitude aqui do Recreio do Rio de Janeiro e não temos qualquer...nunca tivemos qualquer problema...Eu confesso que eu vou muito mais na igreja dela do que na minha, a gente sempre acompanha muito mais a mulher que é natural...(Jair Bolsonaro, vídeo 10).

Nas publicações do candidato Bolsonaro que foram analisadas neste item aparece novamente a associação entre o PT e comunismo e dessa associação deriva a ideia de que a chapa eleitoral do PT não respeita as religiões e os valores considerados religiosos, se destacando entre os últimos a defesa do modelo tradicional de família:

Num dia, inclusive Philippe, **mais uma declaração do senhor Haddad...um dia ele ofendeu...ofendeu um líder evangélico** (olha para Luiz Philippe)...falou um montão de impropérios contra ele...(Jair Bolsonaro, vídeo 10).

[...] E, parece que tem gente que se esqueceu...**Nós temos que fazer valer o valor da família no Brasil...Você viu? O Haddad recebe uma bíblia e joga no lixo!** Aí ele diz que ora passou para a sua funcionária...depois passou pra trás pro pessoal que tava atrás, mente descaradamente....Você viu no programa “Roda Viva” agora? **Um jornalista perguntou pra ele se tinha uma passagem bíblica...Ele não sabia uma passagem bíblica! Uma! Ele podia citar a minha, né? João 8:32 que e falo tanto: “Quem conheceis a verdade, a verdade vos libertará”. Em tantas passagens, uma linha de três ou quatro palavras, não sabe nada! Vai na Igreja Católica receber a hóstia!** E fica aí tentando enganar todo mundo como se ele fosse o bonzinho! O democrata! Não é! O que está em jogo no Brasil é a nossa liberdade, a nossa democracia!”(Jair Bolsonaro, vídeo 08).

**[O Haddad] passou a defender a família, coisa que ele atacava lá trás enquanto Ministro da Educação...** Vocês lembram do famigerado kit-gay?... Que agora ele nega, diz que não existia, mas não tem como negar...(Jair Bolsonaro, vídeo 08).

E outra coisa, né? Em ver Haddad junto com sua vice Manoela D'ávila do PC do B! Dentro de uma igreja católica e recebendo a hóstia na comunhão eu fico com vergonha dele...**Eles nunca se preocuparam com religião, muito pelo contrário...Sempre atacaram, perseguiram, tá? Cê pode ver...**(Jair Bolsonaro, vídeo 10).

Pessoal, muito obrigado! Faltam poucos dias pra gente ficar livre aqui desse fantasma do PT, **ficar livre desse partido que não tem qualquer compromisso com a família, com as religiões**, com a liberdade, com a democracia, com a liberdade de imprensa, o partido aí que quer extinguir as polícias militares...[...] (Jair Bolsonaro, vídeo 10).

Tal fato nos remete ao resgate histórico realizado por Chaia e Brugnago (2014) onde afirmam que a associação entre PT e comunismo ocorreram em outras conjunturas políticas, lembrando que em 1989, com o apoio de igrejas evangélicas, Fernando Collor de Mello disseminou a ideia de que Lula era comunista e que faria parte do seu plano de governo acabar com a liberdade religiosa no país e com a existência das igrejas evangélicas.

Dentre as publicações do candidato Jair Bolsonaro analisadas, também foi recorrente a fala de que para governar com êxito o país seria necessário que lideranças ou apoiadores do grupo evangélico que estavam se candidatando para outros cargos se elessem. Assim como a reafirmação constante da extensão e expressividade das diferentes bancadas conservadoras formadas por parlamentares, principalmente da bancada evangélica:

Como é que vai ser da maioria do congresso? Deixa eu dar uma informação pra vocês....**Bolsonaro, ele vai governar com as bancadas, essa que é a verdade, que é uma coisa que ultrapassa partido.** Ele vai voltar... Olha só...três bancadas: **a bancada ruralista, a bancada de segurança pública, a bancada evangélica** e se vocês somarem a **bancada dos católicos**, é maioria absolutíssima (Sillas Malafaia, vídeo 01).

Então, **nós precisamos eleger gente afinada conosco. A bancada evangélica** não sei quantos são, mas são...(Jair Bolsonaro, vídeo 01). São **perto de 90 hoje...E vai aumentar...**(Sillas Malafaia, vídeo 01).

Hoje quando se bota na balança tem um saldo positivo maravilhoso [...] Quando nós conseguimos barrar o tal do kit gay lá trás, como o Claudio Duarte disse...Nada contra gay, mas botar esse material nas escolas, que o Haddad era Ministro da Educação queria colocar...O **peso da bancada evangélica foi muito forte** e o pai que é ateu, que é espírita, que é de

igreja... de origem...de...de matriz africana, ninguém quer isso para o seu filho...Nem o pai que é, tem pai gay...(Jair Bolsonaro, vídeo 01).

Tanto é que quando nós descobrimos no final de 2010, no início então de 2011 que começou uma nova legislatura, **uma pressão muito grande de deputados evangélicos, católicos, dentre outros, e de modo que a Dilma Rouseff mandou recolher o tal do kit-gay...**Dilma mandou recolher, dizendo que era inadequado...Agora o Haddad diz que nunca existiu isso daí....(Jair Bolsonaro, vídeo 09).

Retomando a afirmação de Seffner (2009) sobre o lugar da religião, uma vez que essa se constitui em um pertencimento político, consideramos oportuno apontar que essa resulta de uma reavaliação de sua posição sobre o assunto:

Por muitos anos defendi que a religião estava no domínio do privado, quase como uma questão de natureza inteiramente “psíquica”, algo do tipo “a necessidade que temos de um deus é um problema de cada um”. Não penso mais assim, mas também não acho que o fato de ter pensado assim antes estivesse “errado” ou tenha sido um “equivoco”. Atravessamos largo período histórico entre meados do século XIX e meados do século XX na América Latina em que parte importante dos esforços no sentido de construir espaços públicos democráticos e inclusivos praticamente exigiu a estratégia de colocar a religião no âmbito do privado. Com isso, buscou-se a legitimidade política dos governantes na população, pela via das eleições, das consultas, da organização de câmaras, parlamentos, partidos políticos, instituições da sociedade civil, etc. (*ibidem*, p. 4-5).

Reconhecendo a importância de se ter relegado a religião ao domínio do privado em outros contextos para a ampliação dos espaços democráticos, Seffner (2009) considera que a atual conjuntura – onde, na maioria dos países latino-americanos, nos deparamos com instituições republicanas que já têm uma história de dois séculos – exige a estratégia de “politização” a religião. O que não corresponde, na sua concepção, à supressão da necessidade de separação dos valores religiosos em determinados momentos: “[...] pedir a alguém, em determinada situação, que não tome as decisões baseadas em seus valores religiosos não é algo errado, e muitas vezes o esquecimento dessa regra traz problemas na constituição do espaço público” (*ibidem*, p. 5). Assim, este autor alega que afirmar “[...] que a religião é algo do âmbito doméstico, não produz resultados adequados, nem contribui para o alargamento do campo democrático” (*ibidem*, p. 4). Acreditamos que essa compreensão é muito fecunda para refletirmos sobre o lugar que a religião ocupou nas Eleições 2018 de forma geral e para elucidar algumas contradições que apareceram no discurso do pastor Silas Malafaia.

Entendemos que ao pretender-se isento em termos religiosos em um vídeo do candidato Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral, o pastor Silas Malafaia utilizou-se justamente da noção de que a religiosidade pertence ao campo do privado, ainda muito presente no imaginário popular, para encobrir o uso político da sua confissão religiosa. Ou seja, a pretensão de neutralidade por si só já indica uma intencionalidade política por parte desta liderança religiosa.

É importante ressaltarmos que Seffner (2009) pontua também que no cenário político brasileiro há uma disputa acerca da noção de “laicidade”<sup>70</sup>, chamando atenção para o fato de que as compreensões de ‘Estado laico’ podem variar de “Estado plurirreligioso” até a ideia de um “Estado quase ateu”. Para Bolsonaro e seus apoiadores, respeitar as diferentes religiões inclui a influência da bancada evangélica no Estado já que em suas concepções este grupo religioso defenderia valores supostamente universais que abrangem diferentes códigos morais. Concepção que direcionou o seu governo no que tange às políticas do campo sexual e de gênero, como vimos.

Por fim, cabe ressaltar que “quando a política é imbricada à religião, ela escapa do plano das argumentações inerentemente racionais e atinge o plano cultural dos valores, com o agravante de que a religião se baliza em questões de fé e não em evidências” (IASUILAITIS; VIEIRA, 2022, p. 43), cenário propício para a expansão do neofascismo.

#### **4.4. Compreensões sobre gênero e sexualidades**

Os conteúdos compartilhados pelo candidato Jair Bolsonaro em sua página do Facebook, analisados por esta pesquisa, trataram com destaque os assuntos concernentes à temática de gênero e sexualidades.

Jair Bolsonaro e seus apoiadores defenderam a ideia de que o PT, considerado como um governo de esquerda, dividiu o Brasil. A solução apresentada

---

<sup>70</sup> É importante ressaltar que a laicidade do Estado não se contrapõe à religião, mas ao contrário, remete à ideia de que este tem o dever de assegurar a garantia de espaços democráticos onde se articulam diferentes religiões e filosofias particulares.

pela candidatura é “unir o povo”, para que nos tornássemos “uma grande nação”. Nessa perspectiva, “todos os ativismos do Brasil” seriam uma espécie de reflexo dessa “divisão”, e, portanto, deveriam ser abolidos.

Outra afirmação comum, como proposta para “salvar o nosso país” que supostamente “estaria à beira do abismo” seria a valorização das “nossas forças de segurança”, “nossas forças armadas” e da “família”:

[...] nenhum país no mundo tem o que nós temos, riquezas minerais, biodiversidade, água potável, regiões turísticas, **temos tudo, tudo para sermos uma grande nação, para isso temos que unir o povo, unir os cacos que nos fez o governo da esquerda no passado botando de um lado negros e brancos**, jogando nordestinos contra sulistas, jogando pais contra filhos e **até mesmo quem tem opção sexual homo contra héteros** (Jair Bolsonaro, vídeo 02).

**Vamos botar um ponto final em todos os ativismos do Brasil** (Jair Bolsonaro, vídeo 02).

**O Brasil está aí, a beira do abismo.** Com união de boas pessoas ao nosso lado, **resgatando as nossas forças de segurança, valorizando nossas forças armadas, valorizando a família**, proporcionando um bom currículo escolar para os nossos filhos **temos sim como dar o destino do Brasil** (Jair Bolsonaro, vídeo 02).

**A esquerda nos dividiu, brancos e negros, homos e héteros**, pais e filhos, ricos e pobres, nordestinos e sulistas, pais e filhos com a lei das palmadas, vamos acabar com isso...**Um só povo, uma só raça, uma só bandeira, um só coração verde e amarelo, vamos unir a todos...** (Jair Bolsonaro, vídeo 06).

Nesses trechos, em seu discurso, Bolsonaro transforma as desigualdades de poder em termos de raça/etnia, classe, gênero, orientação sexual, entre outras, que atravessam as vivências cotidianas das/os brasileiras/os em meras invenções da esquerda que teriam por objetivo dividir o tão cordial “povo” brasileiro sempre lembrado por sua “[...] nacionalidade tropical e uma identidade invariavelmente definida pela ‘falta’” (SCHWARCZ, 2008, p. 15-16). Ademais, nesse sentido,

[...] é interessante pensar como, em meados do século XIX, em pleno Império, nos entendíamos como europeus ou no máximo indígenas (tupis de preferência), isso quando mais de 80% da população era constituída de negros e mestiços. Além disso, na representação oficial “esquecemos” a instituição escravocrata - espalhada por todo o país - e exaltamos a natureza provedora dos trópicos, como se o país fosse feito basicamente da imagem de sua flora exuberante. Vale a pena lembrar, ainda, o “milagre” operado nos anos 1930, quando a mestiçagem de mácula se transforma na nossa mais profunda redenção. A partir de então a capoeira e o candomblé viraram “nacionais” do mesmo modo que o samba e o próprio futebol, o qual era destituído de sua identidade inglesa e se transformava - como em um passe de mágica - numa marca da brasilidade (*ibidem*, p. 15-16).

Bolsonaro aposta suas fichas em uma narrativa de cariz nacionalista que valoriza uma nação imaginada, nos termos de Lilian Schwarcz, em prefácio ao livro de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, “[...] que se afirma no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e [...] [que faz] da língua e da história dados ‘naturais e essenciais’; pouco passíveis de dúvida e questionamento” (2008, p. 15-16). A utilização mesmo que implícita do pronome “nós”, comum aos hinos nacionais, tenta entoar um sentimento de pertencimento capaz de se sobrepor à ideia de individualidade e de apagar o que existe de “eles” e de diversidade em quaisquer sociedades (*ibidem*).

A menção ao movimento “#EleNão” (ou “Ele não”) também apareceu nas publicações do candidato Bolsonaro. Ele e seus apoiadores utilizavam o espaço digital para tentar minorar esse movimento de mulheres, sempre afirmando que essas não representavam a totalidade das mulheres brasileiras, somente “as militantes”.

Hoje na Tijuca aconteceu uma coisa que os próprios estudos e pesquisas já mediram...**O “Ele Não”, como você cresceu com esse “Ele Não” [se refere ao pai Jair Bolsonaro] porque quem tá agredindo a gente com as mentiras...Eles não representam segmentos que eles acham que representam...** Eu tava na praça Saens Pena, aí começaram...Tinha as bandeirinhas, os militantes pagos com mortadela da esquerda, aí começaram do meu lado ali na na praça Saens Pena: “ele não, ele não...” O que começou a juntar de mulher do meu lado e tirar foto, e abraçar (risos de todos os presentes), e falar que é Bolsonaro no primeiro turno...(Flávio Bolsonaro, vídeo 01).

**Qual o desespero desses artistas do “Ele Não”? Todos eles mamaram no mamatório da cultura**, todos eles...Então vocês aí do “Ele Não”, Camila Pitanga por exemplo...Camila, tá me vendo? Camila, deixa eu falar uma coisa pra você: Você fez todas as publicidades da Caixa Econômica, foi você. Você mamou, mamou, mamou...Tudo foi você! **Agora se tu não quer ele [se refere a Jair Bolsonaro] , é porque tu não vai mamar mais.** (pastor Magno Malta, vídeo 03)

[...] Então, aqui no Rio de Janeiro, quero agradecer todo mundo, de coração, a todo mundo que teve em Niterói ontem, um ato maravilhoso na Praia de Icaraí...Pai [coloca sua mão no ombro de Jair Bolsonaro], muitas mulheres, **muitas mulheres dando uma resposta pra essa falácia, pra essa mentira de que mulheres são contra Bolsonaro. Contra Bolsonaro são aquelas militantes que por ideologia jamais votariam em você e se organizam, de uma forma ou de outra, pra ir com pessoas na rua...**(Flávio Bolsonaro, vídeo 06).

É importante ressaltar que o movimento “#EleNão” constituiu uma movimentação de grande envergadura, liderada por mulheres e organizada através das plataformas on-line contra uma possível vitória do candidato Jair Bolsonaro. Várias pessoas, sobretudo mulheres, ocuparam as ruas de capitais brasileiras e de outros países para se posicionar em defesa da democracia e dos direitos humanos, opondo-se à ameaça que Bolsonaro representaria caso fosse eleito, tendo em vista suas já conhecidas declarações de caráter sexista, racistas e LGBTfóbicas, bem como de enaltecimento do regime militar.

Refletindo sobre o movimento “#EleNão” mais uma vez nos deparamos com o potencial de mobilização das plataformas on-line. É importante lembrar que essas que se constituem, sobretudo, em “[...] espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerce de seu poder” (CASTELLS, 2017, p. 10), podem ser utilizadas, contraditoriamente, como meios para exercício do poder e do contrapoder:

Parto da premissa de que as relações de poder são constitutivas da sociedade porque os que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses. O poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica. As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder, que considero a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Todos os sistemas institucionais refletem as relações de poder e seus limites tal como negociados por um interminável processo histórico de conflito e barganha. A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação de poder e contrapoder (*ibidem*, p. 13).

De maneira direta ou implícita, dentre os vídeos analisados, apareceram concepções que deixaram pistas sobre as compreensões de gênero do candidato à presidência. Destacamos alguns trechos abaixo que se referem diretamente às mulheres para adentrar nessa discussão:

**Do outro lado...Outubro Rosa aí [aponta fita rosa na blusa de Bolsonaro], mais uma homenagem, reconhecimento....Nosso respeito a todas as mulheres do Brasil...(Flávio Bolsonaro, vídeo 01)**

Vamos mudar isso, vamos nos aproximar das grandes nações, vamos fazer uma política externa sem o viés ideológico, vamos agregar valor a aquilo que Deus nos deu, vamos jogar pesado com a questão da Segurança Pública, **vamos trazer a paz para as mulheres, para as mães que ficam sem dormir quando os seus filhos vão para a faculdade ou vão para um evento social. Vamos jogar pesado em cima disso, o que mais nós podemos fazer para as mulheres é proporcionar paz para as mesmas.** (Jair Bolsonaro, vídeo 02)

**O que a mulher mais quer, o que ela mais se preocupa hoje em dia a não ser com a segurança, qual mulher não está preocupada hoje seu filho voltará da universidade ou de um evento qualquer que ele participe em segurança...vamos jogar pesado nessa área.** (Jair Bolsonaro, vídeo 03)

**Diz aqui que Bolsonaro empregaria mulheres com salário inferior ao de homens, tá na CLT que isso aqui não existe, onde é que eu falei isso? Falei no programa da Luciana Gimenez que o salário tem haver com a competência da pessoa. Não interessa se é homem ou é mulher.** Ninguém vai pagar mais para um homem e menos para uma mulher, se o homem, por exemplo, não fazer a coisa bem feita como a mulher, por exemplo, está preparada para fazê-la. É o tempo todo mentira em cima de mentira, isso é coisa de canalha e nós sabemos o que esse partido é capaz de fazer [...] (Jair Bolsonaro, vídeo 4)

**...Mulheres, o que a gente pode fazer pelas mulheres no Brasil é jogar pesado na segurança pra que a senhora não fique tão preocupada se teu filho ou sua filha vai voltar de uma faculdade ou de uma festinha, que um deles foi, em segurança...Vamos jogar pesado nesta área, é o que melhor podemos fazer pelas mulheres do Brasil. Tenho vários projetos, endurecer a legislação pra quem comete crime contra, é...contra as mulheres evitando saídas...Ficamos sabendo de um caso agora...um acusado de ter abusado aí da própria filha, em Audiência de Custódia foi pra rua, voltou e matou a filha de treze anos de idade. Vamos por um fim na Audiência de Custódia, Audiência de Custódia não é lei e nós devemos respeitar leis. Não podemos aceitar uma decisão do Conselho Nacional de Justiça que não pode legislar, com todo o respeito....**(Jair Bolsonaro, vídeo 05)

**...E um grande recado que eu dou às mulheres: mães responsáveis, parte de vocês são mães solteiras, vinte por cento por opção ou por acidente, vocês tem que ter a proteção do Estado desde a Pré-escola, Educação Infantil, pra que seu filho seja alguém no futuro e saia das garras da possibilidade...de entrar no caminho errado. Mulheres do Brasil, vocês nunca serão tão bem tratadas, teremos pessoas competentes, homens e mulheres administrando o Brasil...**(Jair Bolsonaro, vídeo 06)

Quando se direciona às mulheres em suas publicações com propostas de governo, Bolsonaro sempre volta sua atenção para a área de segurança pública, prometendo “endurecer a legislação”, para garantir o que, segundo ele, é “o que pode fazer pelas mulheres”: a volta de seus/suas filhos/as em segurança para casa e impedir que seus filhos entrem no caminho errado. Na sua defesa da família

nuclear e heterossexual, como propalado por seus apoiadores, Bolsonaro faz a todo tempo uma associação entre mulher e maternidade. Em contrapartida, estão ausentes propostas que considerem as mulheres como sujeitos autônomos capazes de possuir outras aspirações para além da maternidade.

O candidato do PSL também nega constantemente declarações que deu no passado, registradas e amplamente divulgadas. Um exemplo foi quando disse que não empregaria uma mulher com o mesmo salário de um homem, cuja negação já vimos no trecho citado acima.

Em um dos vídeos compartilhados pela página de Bolsonaro, seu filho Flávio afirma que o pai fez questão de utilizar uma fita rosa em sua vestimenta, para apoiar a Campanha Outubro Rosa. Não citou, no entanto, nenhuma medida para promover a saúde pública das mulheres caso seu pai fosse eleito.

Cabe ressaltar ainda que nas publicações que analisamos é possível observar que Bolsonaro utiliza sua união com a esposa Michele e a constituição de uma família, para favorecer sua candidatura, tentando dissipar as pressões de movimentos sociais, e as afirmações de que possui um posicionamento misógino:

**...Mulheres que não se deixam levar por essa historinha da esquerda que eu sou contra mulheres...Porque eu seria contra mulheres? Tenho uma família maravilhosa, estive em todos os dias em São Paulo com a minha esposa ao meu lado...Estamos juntos nesse barco, homens, mulheres, gays, brancos, negros, é...índios, quilombolas...Juntos nesse barco, o Brasil é nosso, não é do PT! (Jair Bolsonaro, vídeo 06)**

**Ao meu lado aqui, pessoa muito importante na minha vida: Michele, minha esposa e mãe da Laura [Michele sorri e traduz palavras de Bolsonaro na Língua Brasileira de Sinais], tá ok?...E isso que o Boulos tá fazendo comigo...ameaçando...Tenho minha esposa ao meu lado aqui, tenho duas filhas menores...Duas filhas, né [se vira para Michele e ela sorri]? Nós temos duas filhas menores de idade, uma é filha dela, mas é minha enteada, trato como filha...Quinze anos [novamente se vira para Michele]?... A outra daqui a três dias vai fazer oito anos, a Laura...Que é a materialização do nosso amor [novamente se vira para Michele sorrindo e esta aparece sorrindo também]...O que eu faria? O que você faria? Então, porque que eu sempre defendi a posse de arma de fogo? O que é posse de arma de fogo? É você, cidadão de bem, com algumas poucas exigências, você ter uma arma dentro da sua casa...(Jair Bolsonaro, vídeo 07)**

Outra estratégia é a utilização de depoimentos de mulheres apoiadoras da candidatura, como a deputada estadual (PSL-RJ) Alana Passos que também foi eleita em 2018:

**Quero dar o meu boa noite a todos os eleitores de Bolsonaro e falar, em especial, às mulheres....Nós somos mulheres, trabalhadoras, mães, esposas e o nosso**

**maior patrimônio é a nossa família. Esse é o nosso maior alvo, maior objetivo. Então, Jair Bolsonaro nos representa, mulheres.** Somos mais de 50% da população...**Chegou o momento das mulheres acordarem pra política,** eu sei que vocês acordaram, estamos lutando por isso e conto com vocês! Dia 28, Jair Bolsonaro, nosso presidente! (Alana Passos, vídeo 08)

Bolsonaro e seus/suas apoiadores/as, além de recorrentemente associar as mulheres ao âmbito doméstico, à maternidade e à constituição de uma família dentro do imaginário heterocisnormativo, também defende a posse de armas de fogo como parte desse conjunto de valores. Bolsonaro compactua com a hierarquia social que confere poder diferenciado para homens e mulheres, associando as últimas a ideia de fragilidade em relação aos homens que, nessa linha de pensamento, teriam o dever de protegê-las. E em relação à população LGBTQIAPN+, Jair Bolsonaro se pronunciou diretamente nos vídeos selecionados.

Bem, deixar bem claro aqui: quando votamos esse projeto de lei na Câmara [projeto voltado para a ampliação dos direitos das pessoas com deficiência], pela sua abrangência, pelo seu caráter humanitário, a votação não foi nominal, foi uma votação simbólica...O que é uma votação simbólica? O presidente anuncia: quem concorda permaneça como se encontra. Todo mundo permaneceu como se encontrava: aprovado! **Agora, tem uma emenda que foi destacada dentro do projeto, que tinha algo a ver com a inclusão LGBT...O que que tem a ver você criar uma subclasse, né, dentro dos...do...dos..pessoas com deficiência só porque é gay, lésbica, homossexual, ou transsexual...ou sei lá...o que for...A inclusão é pra todo mundo, não interessa a opção sexual dele ou não...Nós, um montão de gente, votou contra essa inclusão, essa deformação do projeto, criando uma classe especial dentro daqueles que têm problemas de deficiência...Então, nessa votação, o meu voto foi “não” pra que essa emenda não fosse aprovada. E ponto final. Porque há um ativismo muito forte por parte da...da...da...da...comunidade LGBT, tá ok? Há um ativismo muito forte. Tudo entra a questão LGBT, sou bem claro, não tenho nada contra quem tem essa opção...O Estado não tem nada a ver com isso...Qualquer coisa que role em Brasília, vem sempre alguém do PT, do PC do B ou PSOL fazer uma emendinha lá pra dar um...chamar atenção pra quem é...bissexual, transsexual, transgênero, gay, seja lá o que for...Tá? Não podemos concordar com isso. Nós somos seres humanos, temos direitos iguais, e deveres, e não podemos ficar criando classes especiais, só porque o elemento diz que é ou é....privilégio numa lei. Agora, deixo bem claro, o Haddad está mentindo, falando que eu votei contra o projeto, que foi aprovado por votação simbólica. Todos então, votaram favorável, apenas fomos contra essa questão do...da...LGBT incluir no projeto aí...(Jair Bolsonaro, vídeo 07)**

Outra coisa também, o senhor Haddad...eu nem gostaria mais de tocar nesse assunto porque a gente começa a mexer em coisa que tá pacificada já...**Quem não tem um amigo, um parente gay, né?! Homossexual...E ninguém tem nada a ver com isso?! Nós somos contra o material escolar para a garotada em sala de aula. Um pai costuma dizer que um pai não quer chegar em casa e encontrar um filho brincando de boneca por influência da escola. Tá? Se ele mais tarde quiser aí...ter...ter outras coisas, né [sorri]? Tudo bem... ele quer...ele quer...outros...outras...(Jair Bolsonaro, vídeo 10).**

**Agora, o Haddad tá negando o kit gay. Então, eu quero apenas só lembrar uma coisa seu Haddad [imediatamente, inicia a leitura de uma impressão]: Diário Oficial da União número 68 de 12 de abril de 2010.**

**Aqui, então, via Portaria, né? É...Ele cria um grupo de trabalho pra acompanhar a implementação do [com a mão que está desocupada exhibe outro documento impresso] Programa Brasil Sem Homofobia e do Plano Nacional de Promoção e Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do Ministério da Educação, assina aqui embaixo aqui [exibe a assinatura de Haddad]...assinatura de Fernando Haddad. Se você for procurar aqui [exibe a impressão do Plano Nacional de Promoção e Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais novamente] e você acha na internet facilmente, são 180 itens para a garotada a partir de 6 anos de idade, sim! Tá, ok? Entre...entre outras coisas, é bem claro aqui, fala do currículo escolar que deve ser ministrado então, né, uma doutrina, onde se reconheça todas as configurações familiares protagonizadas por lésbicas, gays, etc...com base na desconstrução da heteronormatividade. Ou seja, além de dizer que é normal tudo que acontece aqui, ele quer desconstruir o casal hétero, bem...Não quero mais continuar no assunto [Luiz Philippe ri], deixar bem claro [novamente exhibe o Plano Nacional de Promoção e Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais] ficou conhecido como kit gay e o pai disso aqui chama-se Fernando Haddad, como comprovei aqui no momento! (Jair Bolsonaro, vídeo 10).**

Chama atenção nos vídeos publicados pelo candidato Jair Bolsonaro o destaque que confere, sobretudo, ao material educativo que fazia parte do Programa Escola Sem Homofobia criado pelo Ministério da Educação na gestão Haddad, na tentativa de desmoralizar o seu principal concorrente a partir do acionamento dos chamados pânicos morais, especialmente aqueles que envolvem questões de gênero e sexualidade, como a subversão dos papéis tradicionais de homens e mulheres e sexualidades dissidentes. Veremos mais adiante que ele faz o mesmo quando menciona a questão do aborto e quando discursa sobre o que compreende por “ideologia de gênero”.

Apesar de em vários momentos afirmar seu respeito por esse segmento, quando se analisa com um pouco mais de atenção as falas de Bolsonaro sobre o público LGBTQIAPN+, é fácil constatar contradições. Deixando explícito que o Estado não teria “nada a ver com a opção sexual” dos/as brasileiros/as, ao mesmo tempo associa “privilégio” quando opina sobre políticas públicas que tentam garantir acesso à cidadania por parte da população LGBTQIAPN+. A respeito do conceito de orientação sexual, entendido como “opção” pelo candidato, é importante recorrer à Souza Filho (2009, p. 72-73):

[...] considerando os aspectos complexos, difusos e modificáveis que se entrecruzam nos âmbitos do desejo, do erotismo, da afetividade e do prazer,

e o que neles é de caráter múltiplo, inexato, impreciso, vago, não consciente, não se pode pretender que uma 'orientação sexual' seja, de maneira absoluta, uma 'opção' no mesmo sentido que optamos ir ou não à conferência sobre um tema de interesse [...] Mas, nem liberdade absoluta nem determinação completa, há igualmente o que, no âmbito das escolhas sexuais, pode ser atribuído a decisões conscientes do indivíduo. E não é demais repetir, esse mesmo pensamento é válido para todas as orientações sexuais. Estas são, em grande medida, construídas no curso da história singular de cada um, ligadas a traços mnêmicos, fantasias, com suas dimensões inconscientes, mas igualmente se apoiam em direcionamentos conscientes e que são definidos em termos sociais, coletivos, históricos e políticos.

Na interpretação de Bolsonaro há uma confusão entre orientação sexual e identidade de gênero que é perceptível quando o candidato profere que uma criança do sexo masculino que é exposta à conteúdos educacionais que, de alguma forma, refletem sobre a temática de gênero e sexualidades, pode ser levada a adotar comportamentos que não condizem com a masculinidade (como brincar de boneca) e corre o “risco” de se identificar como gay. Tal afirmação exprime as considerações de Butler quando esta autora afirma que o discurso popular sobre identidade de gênero exige uma coerência entre sexo biológico, gênero e desejo/prática, apoiada numa matriz heterossexual que por conjectura designaria uma verdade interna do “eu” dentro da estrutura binária que compreende apenas identidades femininas e masculinas como possibilidades de “ser”. Essa concepção também embasa a perspectiva de família disseminada por Bolsonaro e seus apoiadores os quais consideram somente o grupo familiar formado entre homens e mulheres.

Vale ressaltar que “ser de família”, daquelas famílias formadas a partir de uma matriz heterossexual, foi considerada uma condição importante nos vídeos analisados, apontando a qualificação de candidatos que concorriam a cargos públicos nas Eleições 2018 por parte dos pastores evangélicos que declararam apoio à Bolsonaro na tentativa de arrecadar votos dos/as seus/suas fiéis:

Escolha quem você quiser, agora eu escolhi 17 e 177, ok? **Esse é o meu posicionamento a favor da família, que Deus abençoe a nossa nação...**(pastor Claudio Duarte, vídeo 01)

Vamos levar o Major Olímpio **que é de família, é do bem**, é da Segurança Pública, é um guerreiro, não é? (pastor Magno Malta, vídeo 03)

Nos vídeos analisados também aparecem declarações de cunho moralizante por parte do pastor Claudio Duarte e Bolsonaro sobre a questão do aborto. Na narrativa que constroem sobre o aborto, este é associado à “descaracterização da

família” própria da esquerda, a técnicas de aspiração manual intrauterina e à população LGBTQIAPN+. Em nenhum momento aparece o questionamento do fato da mulher ter que arcar sozinha, na maior parte dos casos, com as consequências de uma gestação não planejada, ficando isento o homem dessa responsabilidade; dos métodos de prevenção de uma gestação não planejada ficarem de modo expressivo sob incumbência exclusiva das mulheres quando estas não são forçadas por seus parceiros a uma relação sexual sem proteção ou a consideração de que além da desigualdade de gênero, diferenças de classe, raça/etnia e geração perpassam a questão, de modo que aquelas cujas mortes seriam evitadas se no Brasil houvesse uma política pública que garantisse o acesso das mulheres a uma prática segura de abortamento seriam, sobretudo, mulheres negras e pobres moradoras das nossas periferias:

Bom, pra mim é um prazer ter a oportunidade de me expressar aqui...Algo muito, muito significativo para mim. Primeira coisa que eu gostaria de falar com as pessoas que me seguem...Talvez você esteja perguntando o porquê ou o que eu estou fazendo aqui. Ok, então deixa eu dizer uma coisa vocês.... **O que marcou a minha decisão de me posicionar dessa vez....A imagem do ultrassom do meu primeiro neto. Quando eu olhei a imagem do ultrassom do meu primeiro neto, algo aconteceu no meu interior e eu comecei a ver...É... o que o aborto representava....Eu comecei a ver o que eu quero que o meu neto aprenda, o amanhã...Como é que vai ser para o meu neto. Eu já me sinto muito confortável em ver que o brasileiro tem desqualificado a esquerda, certo?! Isso para mim já é algo muito expressivo, que o brasileiro parece que acordou para ver que o movimento de esquerda, né, tem uma função de descaracterizar a família** (Claudio Duarte, vídeo 01).

Aproveitar aqui, tem um documento aqui já que se fala em...em religião...em Deus [exibe um cartaz bastante colorido e chamativo com imagens da Ex-presidenta Dilma Rouseff com a Socióloga Eleonora Menicucci e com a palavra “aborto” em destaque]...em valores, tem a questão do aborto. Quero deixar bem claro aqui...**A senhora Eleonora Menicucci foi escolhida por Dilma Rouseff para estar a frente da Secretaria das Políticas Para As Mulheres. Agora, a especialidade dela era “amil”, aprendeu lá na Bolívia. O que é “amiu”? Aspiração Manual Intrauterina. Ou seja, a especialidade da senhora Eleonora Menicucci, escolhida por Dilma Rouseff para secretariar as políticas para as mulheres é abortista e ela declara uma coisa aqui...Não tenho nada a ver com a vida particular dela, mas declarou...Eu espalhei muito isso na Câmara dos Deputados e foi publicado entre aspas no Jornal Correio Braziliense e nós buscamos assessoria da senhora Eleonora Menicucci para saber se era verdade ou não, não se manifestaram, e...Então é verdade! Tá ok? Ela disse aqui a ministra em uma entrevista então à...à...ao Jornal Correio Braziliense em 12/03/2012: “Não é porque tenho mais de 60 anos que não namoro. Me relaciono com homens e mulheres e tenho orgulho da minha filha que é gay.” Deixo bem claro [se vira para o colega] Luiz Philippe, ninguém tem nada a ver com a vida particular dela, mas uma mulher que é escolhida para representar as mulheres no Brasil dá uma declaração dessa?! Junto com a sua especialidade, né? Que é então a aspiração manual intrauterina, ou seja, o auto-aborto e mais ainda...só curiosidade...só por curiosidade: Dilma Rouseff ficou por 03 anos presa no Brasil tendo em vista a sua infindades de crime que cometeu naquele período militar na mesma cela da Eleonora Menicucci, bem...Daqui para frente tenho nada a falar mais, tá certo**

[Bolsonaro coloca o cartaz que estava segurando na mesa e sorri em conjunto com Luiz Philippe] (Jair Bolsonaro, vídeo 10).

Em vários trechos das publicações de Jair Bolsonaro aparecem ainda referências ao que chama de “erotização infantil”, atreladas à proposição do Programa Escola Sem Homofobia pelo PT quando estava à frente do governo federal, e “ideologia de gênero”. Ele e seus apoiadores expressam quaisquer considerações sobre as questões de gênero e sexualidades apoiados no viés de seu sistema de crenças e valores religiosos, tido como universal, e distantes do princípio da laicidade que deveria balizar a postura de qualquer um/a que aspirasse um cargo de representação política do Estado brasileiro. Há também em seus discursos uma insistência na associação entre identificação política de esquerda e destruição dos valores familiares:

Eu simplesmente expressei os valores do meu... E **eu sou a favor da família sim e eu sou contra a erotização infantil sim**...Quem é gay sabe que eu não sou homofóbico...Ok? Eu luto e não tem problema de abraçar, de me relacionar...Eu não tenho, eu tenho....Certo? Aquilo tá contra esses princípios e esses os valores que tem destruído a família,...Respeito o posicionamento de todo mundo, mas o meu candidato à presidência é Jair Bolsonaro. Ok? (pastor Claudio Duarte, vídeo 01).

...Então **a coisa mais covarde e nefasta que se faz é pegar um guri de 6 anos e querer ensinar sexualidade. Ele não tá estruturado psicologicamente pra isso.** Então, isso é uma coisa horrorosa e outra...Bolsonaro, tem um projeto do PT e do PSOL, não adianta, isso aqui não é fake news...5002, vai lá e confere...5002/2013...Que projeto é esse apoiado pelo PT e pelo PSOL? Que uma criança pode mudar de sexo sem o consentimento dos pais...Bolsonaro! Isso é...E outra: **um marmanjo de 17 anos, o PT e o PSOL não quer que eles respondam criminalmente, mas uma criança ter autoridade para mudar de sexo sem o consentimento dos pais, eles querem**...Tem cabimento isso? Tem uma lógica? **Não tô falando de religião! Gosto de bater na tecla! Não tamo aqui pregando religião de ninguém! Eu tô falando de coerência!** Uma criança de 07, 08, 09, 10 anos mudar de sexo sem o consentimento do pai...Artigo 5º, parágrafo 1º, tá?! Do projeto 5002...Só você conferir, entra na internet! Então, nós não estamos aqui combatendo uma questão política porque eu não gosto do político...Nós **estamos falando aqui de ideologias que querem destroçar as crianças e os valores de família**...(pastor Silas Malafaia, vídeo 01)

...Esse pessoal é tão doente mental que **até quando você vai tratar dos deficientes eles não tem compaixão**, eles querem atochar matérias de **ideologia de gênero, orientação sexual até nisso daí**, e obviamente que a gente se contrapôs...É uma lei que trata dos deficientes, não pode vir um jabuti sobre sexualidade e ser atochado lá no final do texto...(Eduardo Bolsonaro, vídeo 04).

[...] Faltam três dias apenas para nós conseguirmos esse objetivo de começarmos a mudar o destino do Brasil **pra não termos mais políticas que desgastem a família brasileira**, que querem **empurrar goela abaixo dos nossos filhos e netos na escola a ideologia de gênero**, certo? Nós temos que nos afastar dessa **ideologia de esquerda**, **nos afastar da Venezuela**, **nos afastar do socialismo, do comunismo**, buscarmos aí o entendimento com o mundo todo...(Jair Bolsonaro, vídeo 08)

É possível observar nesses trechos a utilização estratégica do gênero como cola simbólica na exitosa campanha eleitoral de Bolsonaro. Conforme apontado por Rezende (2022), a partir do recurso de acionamento dos pânicos morais, o gênero nesses discursos articula pautas distintas como a defesa da família, da nação, da tradição, da normalidade e da “democracia” que é equacionada de forma equivocada nessas concepções ao interesse da maioria. Maioria da qual ficam de fora as mulheres feministas e a população LGBTQIAPN+.

Ademais, ao nos indagarmos sobre o porquê das palavra “gênero” e da ilusória construção a qual se associa o termo “ideologia de gênero” sempre terem o poder causar tanta repercussão na sociedade e sobre a comum associação destas com a doutrinação marxista e/ou identificações políticas de esquerda, uma explicação que nos parece plausível reside no fato de ambas desestabilizarem todo um sistema social baseado na desigualdade. Não podemos nos esquecer, nesse sentido, que a busca por neutralidades compõe a mítica ideológica do neofascismo em um contexto de decadência do capitalismo marcado pelo irracionalismo filosófico.

O traço neofascista nas publicações de Bolsonaro também aparece na estratégia de utilizar o ataque a diversos atores e instituições como programa de campanha ao invés de expor suas propostas de governo (IASUILAITIS; VIEIRA, 2022). Através do discurso de ódio, que toma dimensões alarmantes no mundo digital (SILVA *et al.*, 2021), Bolsonaro manipulou a opinião pública a seu favor apontando o PT (identificado como parte da esquerda) e a chamada “ideologia de gênero” como inimigos da nação brasileira a serem combatidos. E mais, o fez mobilizando o repertório religioso e afetivo (a ideia de um “nós” como nação) dos/as brasileiros/as em detrimento de argumentos pautados na racionalidade.

É importante ressaltar que embora, do ponto de vista da fundamentação e da consistência pareçam frágeis, diante da repercussão das postagens do candidato

Jair Bolsonaro observada nas plataformas on-line e do êxito de sua campanha eleitoral não podemos subestimar seus discursos sobre o tema.

É necessário reconhecer que essas narrativas de cariz neofascista encontram terreno fértil para prosperar na trajetória histórica, política e social brasileira, assim como dialogam com os repertórios de significados partilhados pela maioria da população brasileira. Fato evidenciado pelo crescimento da popularidade de Damares na sociedade brasileira no primeiro ano do governo Bolsonaro, conforme demonstrou Machado (2020).

Considerar que as religiosidades de matriz cristã, principalmente as que se identificam como evangélicas, ocupam lugar de referência e sentido nos contextos de maior vulnerabilidade social e institucional, locais onde, por sua vez, o Estado está ausente<sup>71</sup> também se constitui numa importante reflexão nesse sentido.

Por fim, também cabe lembrar que essas narrativas embasaram, como vimos, a direção que Bolsonaro, principalmente através de Damares, imprimiu às políticas voltadas para as mulheres e população LGBTQIAPN+ durante o seu governo, causando retrocessos sem precedentes nas históricas conquistas feministas e do movimento LGBTQIAPN+. Movimento que, vale ressaltar, não está circunscrito à realidade brasileira, compondo uma derrocada em escala global contra a classe-que-vive-do-trabalho nesta fase de decadência da forma sociometabólica do capital.

---

<sup>71</sup> Segundo o IBGE “a comparação da distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade por rendimento mensal domiciliar per capita revelou que 55,8% dos católicos estavam concentrados na faixa de até 1 salário mínimo. Mas são os evangélicos pentecostais o grupo com a maior proporção de pessoas nessa classe de rendimento (63,7%), seguidos dos sem religião (59,2%)” (Dados do Censo 2010).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

E é inútil procurar encurtar caminho e querer começar já sabendo que a voz diz pouco, já começando por ser despessoal. Pois existe a trajetória, e a trajetória não é apenas um modo de ir. A trajetória somos nós mesmos.

Clarice Lispector

Estamos chegando ao fim da nossa caminhada. Fim que, vale dizer, não encerrou as inquietações que a suscitaram, mas que ao contrário, nos preencheu com novos anseios. Por falar em caminhada, retomemos o nosso percurso. Partindo do pressuposto de que a religiosidade se trata de uma instância presente na vida cotidiana dos/as brasileiros/as e de que os discursos religiosos detêm um importante papel na demarcação das fronteiras de gênero e sexualidades, nos indagamos: quais compreensões sobre as relações de gênero e das sexualidades Jair Bolsonaro vem disseminando em suas publicações nas plataformas on-line? Quais elementos do neofascismo contemporâneo podemos encontrar na disseminação desse conteúdo? Como essas compreensões impactaram o campo das políticas sexuais e de gênero durante o seu governo?

Para que pudéssemos apreender o nosso objeto de investigação em sua totalidade recorreremos à categoria gênero; nos propusemos a investigar como, na trama das relações sociais, o gênero, as sexualidades e a religiosidade se inter cruzam e nos voltamos para a ascensão do neofascismo na particularidade brasileira, enfocando a importância dos acontecimentos de junho de 2013, a proximidade entre as esferas política e religiosa nos últimos anos e indicando de que modo o fenômeno das plataformas on-line interpelou esses processos. Também consideramos relevante observar o direcionamento das políticas públicas voltadas para as mulheres e população LGBTQIAPN+ durante o governo Bolsonaro, após apresentarmos de maneira concisa parte das conquistas do movimento feminista e LGBTQIAPN+ nas últimas décadas no campo institucional.

Feito este movimento, adentramos o campo da pesquisa para procurar respostas para as nossas indagações ou, antes disso, saber se as mesmas faziam sentido frente à realidade e vimos que o fundamentalismo religioso se apresentou como um elemento importante nos significados atribuídos às relações de gênero e

sexualidades por Jair Bolsonaro, candidato à presidência que conferiu acentuado destaque para essa temática e que não por acaso obteve mais votos nas Eleições 2018, bem como mais visibilidade no Facebook durante o período de campanha eleitoral em relação aos seus principais concorrentes.

Dentre as publicações analisadas, Jair Bolsonaro apoiado na suposta coerência que deve haver entre sexo biológico - gênero - desejo/prática implícita na dicotomia binária de reconhecimento dos modos de existir (homem ou mulher), através da desinformação e de discursos de ódio, reforçou a compreensão de que a noção de família é válida apenas para relacionamentos de matriz heterossexual, que o fato de “ser mulher” está atrelado necessariamente ao exercício da maternidade e à um lugar de submissão em relação aos homens e equacionou as iniciativas do poder público voltadas para a garantia de cidadania à população LGBTQIAPN+ à privilégio sob a alegação de que todos/as os/as brasileiros/as são iguais.

Acreditamos que o uso desproporcional de narrativas sobre gênero e sexualidades construídas a partir de uma cosmovisão religiosa de cariz conservador e de acionamento dos chamados “pânicos morais” por Bolsonaro, foi estratégico na corrida eleitoral em um contexto marcado pelo espessamento do caldo cultural conservador que vem marcando o Brasil desde as manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, bem como estão inscritas em um quadro mais amplo de ofensiva internacional do capital marcado pelo avanço do irracionalismo filosófico.

Esta conjuntura política, como vimos, foi ao encontro do esforço de grupos religiosos de expandir sua influência na sociedade brasileira e de reivindicar que as suas demandas fossem atendidas pelo Estado com a mesma legitimidade de grupos seculares, se destacando nesse processo os/as evangélicos/as e os/as católicos/as (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012). Justamente, os dois grupos para os quais Jair Bolsonaro direciona prioritariamente sua atenção nas publicações analisadas.

Soma-se a esta conjuntura a consolidação de uma variada rede de direita no Facebook nos últimos anos como resultado da mobilização on-line dos grupos de direita apontada por Penteado e Lerner (2018), a qual, inclusive, foi determinante no golpe contra Dilma Rousseff na produção de uma narrativa antipetista, segundo os/as autores/as, e o fato apontado por Machado et. al. (2011) de que os movimentos confessionais tradicionalistas, principalmente o grupo religioso

evangélico (JUNGBLUT, 2010), vem se destacando pelo uso indiscriminado de tecnologias de comunicação como estratégia de ativismo religioso.

Acreditamos que esses dois fatores nos auxiliam a compreender por que Jair Bolsonaro, candidato que realizou menos postagens no Facebook no período analisado em comparação a Fernando Haddad e Ciro Gomes, foi o que obteve maior repercussão de suas publicações entre os/as usuários/as do Facebook.

Também chama atenção no quesito visibilidade a escolha de Jair Bolsonaro em privilegiar a publicação de vídeos, um recurso de amplo potencial de alcance (pessoas que não foram alfabetizadas, pessoas com deficiência, etc.), e de utilizar uma linguagem pouco sofisticada que dialoga com o repertório de significados partilhado por grande parte da população brasileira. Esta última, sem acesso a uma educação pública de qualidade, ao recorrer a interpretações superficiais da nossa sociedade, de senso comum, análogas à presente na canção de Jorge Ben Jor: “Moro num país tropical, abençoado por Deus/ E bonito por natureza (mas que beleza)/ Em fevereiro (fevereiro)/ Tem carnaval (tem carnaval) [...]”.

Essas interpretações e os valores partilhados por grande parte da população, incentivados e reforçados pela ação de setores religiosos cada vez mais influentes, tem por característica desconsiderar os marcadores sociais da diferença - tais como raça/etnia, gênero, orientação sexual e classe social, entre outros. Essa formulação, que corrobora características da nossa identidade nacional mais canônica, atua diretamente na nossa conformação social sob a ideia de uma “nação imaginada”, nos termos de Benedict Anderson, onde supostamente todos/as são iguais e celebram o mito da democracia racial, e vivem felizes celebrando o carnaval. Ocasão onde também, não por acaso, no país do mundo onde mais ocorre transfeminicídios e os números de feminicídio são alarmantes, é costumeira para os homens heterossexuais a prática de ridicularizar as performatizações de feminilidade, sobretudo, as de pessoas negras.

Apesar dos resultados do estudo sugerirem que as plataformas comunicacionais continuaram protagonizando a expansão da extrema direita no Brasil durante as Eleições 2018, cabe-nos apontar o seu caráter contraditório destacado por Castells (2017) na produção de contrapoder, nos termos do autor, sendo a expressão mais nítida deste processo, dentre as publicações analisadas, a

eclosão do movimento “#EleNão” que se iniciou no Facebook e se expandiu para as ruas de capitais brasileiras e de vários países no mundo, apontando-nos caminhos possíveis. No que tange ao contrapoder, também é importante destacar a resistência feminista e LGBTQIAPN+ frente aos desmontes de políticas públicas durante os quatro anos do governo Bolsonaro.

Com base nos resultados obtidos neste estudo, pode-se afirmar ainda a relevância da influência das plataformas on-line para além da disputa eleitoral das Eleições 2018, uma vez que assistimos a disputas semânticas que transpassaram o período eleitoral e que, em última instância, nos colocaram diante de embates entre diferentes projeções para a sociedade brasileira.

Refletindo sobre os patamares que a desinformação e os discursos de ódio alcançaram nos últimos anos, possibilitando, inclusive, a ascensão de Jair Bolsonaro, é importante ressaltar os esforços de negação da razão por parte da burguesia para mantê-la favorável aos interesses da acumulação.

Processo que ocorre em uma quadra histórica acirrada pela queda tendencial das taxas de lucro como resultado não das clássicas crises cíclicas já previstas nesse modo de produção e reprodução das relações sociais, mas sim de uma crise estrutural metabólica do capital. Conjuntura na qual é essencial a existência de um/a cidadão/ã treinado/a apenas para absorver informações essenciais ao desempenho do seu papel subalterno na sociedade, sem questioná-lo.

Tendo em vista que segundo Castells (2017), o processo de construção de significados nas mentes humanas, ainda que seja marcado por composições singulares, é diretamente influenciado pelo ambiente comunicacional e a modificação do ambiente comunicacional, nesse sentido, afeta diretamente as normas de constituição de significados e, portanto, a produção das relações de poder; observamos que a lógica das plataformas on-line – as quais, diga-se de passagem, são empresas de grande capital – coaduna com a ascensão do neofascismo em um contexto de decadência do capitalismo. Afinal, através de seus algoritmos “[...] desenvolvidos para extrair e transformar dados em informações para clientes pagantes” (SILVA *et al.*, 2021, p. 8), as plataformas acabam por disseminar informações sobre o cotidiano eliminando as contradições inerentes a uma sociabilidade constituída por classes sociais antagônicas e fomentar a propagação

de discursos de ódio e desinformação que desunem ainda mais uma classe trabalhadora já desmobilizada diante da fragmentação ideológica e da perda de perspectiva da luta socialista após a década de 1980.

Faz-se necessária a ocupação, pelos setores mais progressistas da sociedade brasileira, do espaço das redes comunicacionais com a mesma disposição da direita, para empreender disputas narrativas em torno de noções como “direitos humanos”, “gênero”, “sexualidade”, “democracia”, ainda que esse espaço contraditório tenha se revelado, nos últimos anos, como mais um meio de comunicação de massa atrelado ao grande capital. Como tentamos apontar ao longo deste trabalho, tratam-se de noções que ganharam visibilidade nas discussões políticas do país a partir do viés de sujeitos sociais que defendem um sistema de valores morais excludente para diversos segmentos, que se oculta por trás de uma pretensa universalidade.

Ainda que à primeira vista pareçam se tratar de construções frágeis, estas encontram aporte para se sustentar no universo simbólico inteligível por grande parte dos/as brasileiros/as, na trajetória histórica do nosso país – onde as fronteiras do que é laicizado ou não é são muito borradas – e na ausência do Estado nos contextos de maior vulnerabilidade social. Locais em que, não raro, instituições religiosas ocupam posições de referência para as necessidades mais basilares da população. Além de sustentarem em termos ideológicos, como vimos, a destruição em tempo recorde de inúmeros avanços institucionais liderados por movimentos feministas e LGBTQIAPN+ no Brasil nas últimas décadas.

Ressalta-se também a importância de não relegar a religiosidade a uma questão de foro íntimo. Seu uso no espaço público por forças reacionárias é político, o que torna ainda mais urgente a realização de novos estudos que investiguem a complexa imbricação entre gênero, religiosidade, política, plataformas on-line e neofascismo na contemporaneidade, na busca da garantia de que o espaço público – que de fato, deve abrigar a pluralidade de modos de ser e estar no mundo – seja laico e democrático em uma conjuntura alardeada pelo avanço de uma extrema direita que age através de “[...] um autoritarismo violento, moderno, [e] geralmente neoliberal” (LÖWY, 2020, p. 14).

## REFERÊNCIAS

- AHMED, S. **Viver uma vida feminista**. Tradução: DIAS, J. P. D., MIRANDA, S., RUGGIERI, M. São Paulo: Ubu, 2022.
- ALENCAR, G. DE. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. **Religião & Sociedade**, v. 39, n. Relig. soc., 2019 39(3), p. 173–196, set. 2019.
- ANDRÉA, C. D'. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32043>. Acesso em: 7 set. 2023.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- BERGER, P. A Dessecularização do Mundo: uma visão global. In: **Religião e Sociedade**, vol. 21, nº 1, CER/ISER, Rio de Janeiro, p. 9-24, 2000.
- BIERNATH, A. **3 anos de pandemia de Covid-19: o que esperar da doença daqui em diante no Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cql78kyj3k3o>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.
- BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. PROGRAMA: 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2019. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=57&data=30/12/2019&captchafield=firstAccess>>. Acesso em: 5 set. 2023.
- BUTLER, J. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. *Em*: **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, A. A. DE.; BARRETO, R. C. V. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, p. 4059–4064, set. 2021.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Zahar, 2017.

CHAIA, V. L. M.; BRUGNAGO, F. A nova polarização política nas eleições de 2014: Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, [S.l.], v. 7, n. 21, p. 99-129, dez. 2014. ISSN 1982-6672. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CHAUI, M. Senso comum e transparência. In: LERNER, J. (Ed.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE - CONASS. Painel Nacional: Covid-19. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painel-conasscovid19/#.ZB6vMp3s58Y>. Acesso em: 23 mar. 2023.

DATAFOLHA. Instituto de Pesquisa Datafolha. Eleições 2022. São Paulo, jul. 2022. Disponível em: < <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/08/01/Redes-sociais7fc82nXwj2ndW.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2023.

DIAP. Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2019-2023. 2019. Disponível em: <<https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/13-radiografia-do-novo-congresso>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DIAP. Bancadas Informais: Levantamento Preliminar no Novo Congresso. 2022. Disponível em: <[https://www.diap.org.br/images/stories/bancadas\\_informais\\_congresso\\_2023\\_2027.pdf](https://www.diap.org.br/images/stories/bancadas_informais_congresso_2023_2027.pdf)>. Acesso em: 7 mar. 2023.

DIEESE. Boletim de Conjuntura Nº 36 - Novembro a Dezembro de 2022. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2022/boletimconjuntura36.html>. Acesso em: 4 mar. 2023.

DIGITAL 2015: BRAZIL. DataReportal, 2015. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2015-brazil>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DIGITAL 2016: BRAZIL. DataReportal, 2016. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2016-brazil>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DIGITAL 2017: BRAZIL. DataReportal, 2017. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2017-brazil>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DIGITAL 2018: BRAZIL. DataReportal, 2018. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2018-brazil>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DIGITAL 2019: BRAZIL. DataReportal, 2019. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2019-brazil>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DIGITAL 2020: BRAZIL. DataReportal, 2020. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2020-brazil>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DIGITAL 2021: BRAZIL. DataReportal, 2021. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-brazil>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DIGITAL 2022: BRAZIL. DataReportal, 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DUARTE, L. F. D. *Ethos Privado e Justificação Religiosa. Negociações da Reprodução na Sociedade Brasileira. In: Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 137- 176.

FALEIROS, V. P. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Colunista explica por que junho é o mês do orgulho gay: o movimento LGBTI, como o conhecemos hoje, deve muito à revolta de Stonewall, ocorrida em junho de 1969, em Nova York**. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2017. Disponível em: <http://jornal.usp.br/atualidades/colunista-explica-por-que-junho-e-o-mes-do-orgulho-gay/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GOMES, C. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 65–82, 2018. DOI: 10.15448/1984-7289.2018.1.28209. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/civitas/a/bRTKvzGxYTtDbtrFyLm5JNj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.

GOMES, E. et al. (orgs.). Proposições de leis e valores religiosos: controvérsias no espaço público. *In: DUARTE, L. F. D. et al. (orgs.). Valores Religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

IASULAITIS, S.; VIEIRA, A. O. Quando o ataque é o programa: as estratégias de campanha de Donald Trump e de Jair Bolsonaro no Twitter. *In: Revista Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo, v. 44, n. 2, p. 5-45 - maio-ago. 2022. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/1036641>. Acesso em: 1 out. 2023.

IBGE. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2021.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Pulso da desinformação: desinformação e democracia nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil**. Abril de 2023. Disponível em: <https://igarape.org.br/pulso-da-desinformacao/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

JARDIM PINTO, C. R. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, n.100, p. 115-119, 2017.

JUNGBLUT, A. O uso religioso da internet no Brasil. *In: Revista de Estudos de Religião/PLURA*, Journal for the Study of Religion 1 (1, Jul-Dez), 202-212, 2010.

LERNER, C. A direita unida em torno de Bolsonaro: uma análise da rede conservadora no Facebook. *In: FARIA, F. G.; MARQUES, M. L. B. (ORGs.) Giros à*

**direita:** análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador. Sobral-CE: Sertão Cult, 2020.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. Rev. Estud. Fem., 2001 9(2), p. 541–553, 2001.

LÖWY, M. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. *In:* FARIA, F. G.; MARQUES, M. L. B. (ORGs.) **Giros à direita:** análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador. Sobral-CE: Sertão Cult, 2020.

MACHADO, M. D. C.; PICCOLO, F. D.; ZUCCO, L. P.; SIMÕES, J. P. Homossexualidades e igrejas cristãs no Rio de Janeiro. *In:* **Revista de Estudos da Religião/** Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências da Religião – PUC/SP. – ano 11, n. 01 (jan/jun) 2011. São Paulo: Paulinas, 2011.

MACHADO, M. D. C. Religião, família e individualismo. *In:* DUARTE, Luiz Fernando Dias; HEILBORN, Maria Luiza; Lins de Barros, Myriam M.; PEIXOTO, Clarice (orgs.). **Família e religião.** Rio de Janeiro, Contra Capa, 2006.

\_\_\_\_\_. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº7. Brasília, janeiro - abril de 2012, pp. 25-54.

\_\_\_\_\_. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. *In:* BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia.** São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer, Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846.** [s.l.] : Boitempo, 2011.

MAZZEO, A. C. **Neofascismo: Expressão Ideológica da Crise Sistêmico-Estrutural do Tardo-Capitalismo – Reflexões Preliminares.** Mimeo: São Paulo, 2021.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Soc. estado.** [online]. 2017, vol.32, n.3, pp.621-648.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade** (Série manuais acadêmicos). 2ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2019.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado.** [online]. 2017, 32(3), 725-748.

NATIVIDADE, M. Ser homossexual ou ser evangélico? Dilemas de construção de identidade. *In:* GOMES, Edlaine de Campos (org.). **Dinâmicas Contemporâneas do Fenômeno Religioso na Sociedade Brasileira.** Aparecida: Idéias & Letras, 2009.

OLIVEIRA, A. Secularização e mercado religioso em Peter Berger. *In: Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. Vol. 4. Número 7. Julho de 2012. Disponível em: <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Secularizacaoe\\_mercadoreligioso.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Secularizacaoe_mercadoreligioso.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2021.

PENTEADO, C. L. C.; LERNER, C. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, abr. 2018.

PENTEADO, C. L. de C., GOYA, D. H., dos SANTOS, P. D., & JARDIM, L. (2022). **Populismo, desinformação e Covid-19: comunicação de Jair Bolsonaro no Twitter**. *Media & Jornalismo*, 22(40), 239-260. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_40\\_12](https://doi.org/10.14195/2183-5462_40_12).

PEIXOTO, V.M.; GOULART, N.L.M.; SILVA, G.T. Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014. *In: Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Nº 32 - Jan./abr. de 2016*.

PIMENTEL E SILVA, C. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. *Serviço Social & Sociedade*, [S. l.], n. 134, p. 34–51, 2019. DOI: 10.1590/0101-6628.164. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ssoc/a/dQkqhYS3WDkMNX3N44JCKf/?lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2021.

PISCITELLI, A. ; GREGORI, M. F. ; CARRARA, S. Apresentação. *Em: Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 9–35.

REZENDE, D. “Menino veste azul, menina veste rosa”: Bolsonaro e a agenda antigênero como política de governo no Brasil. *Sexuality Policy Watch (SPW)*. 03 fev. de 2022. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-bolsonaro-e-a-agenda-antigenero-como-politica-degoverno-nobrasil/12458>>. Acesso em: 02 set. 2023.

RODRIGUES, C. Butler e a desconstrução do gênero. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 179–183, 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000100012. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ref/a/c9SgKfQhGsFfZZqkGqBLqQh/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2022.

ROSADO-NUNES, M. J. Gênero e Religião. *Revista Estudos Feministas*. Vol.13 no.2. Florianópolis; Maio/agosto 2005.

SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. *Em: Uma Questão de gênero*. São Paulo, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCHWARCZ, L. Imaginar é difícil (porém necessário). *In: Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCOTT, J. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989. Tradução: DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia.

SEFNER, F. Para pensar as relações entre religiões, sexualidade e políticas públicas: proposições e experiências. Texto apresentado no “**Diálogo Latino-americano sobre Sexualidade e Geopolítica**”, realizado em agosto de 2009, Rio de Janeiro.

SILVA, C. G.; SANTOS, A. O.; LICCIARDI, D. C., PAIVA, Vera. Religiosidade, Juventude e Sexualidade: Entre a autonomia e a rigidez. **Psicologia em Estudo**. Vol.13 no.4. Maringá, Paraná. Outubro/Dezembro 2008.

SILVA, L. R. L.; FRANCISCO, R.E.B.; SAMPAIO, R. C. Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook. *In: Revista Galáxia*. São Paulo: nº 46, 2021, pp.1-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/4krjKThRWZD6MRy8LLLpVhF/#>. Acesso em: 1 out. 2023.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, Nov. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010133002013000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002013000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SOUSA FILHO, A. A política do conceito: subversiva ou conservadora? Crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. *In: Bagoas*, n. 04 | 2009 | p. 59-77.

SOUZA, S. D. Entrecruzamento gênero e religião: um desafio para os estudos feministas. **Mandrágora: revista de estudos de gênero e religião**, São Bernardo do Campo, n. 7/8, p. 6-8, 2001/2002, pp. 6-8.

\_\_\_\_\_. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, UFSC, Volume 12, N. Especial, setembro/dezembro/2004.

\_\_\_\_\_. A relação entre religião e gênero como um desafio para a sociologia da religião. *In: Caminhos*, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 13-32, jan./jun. 2008.

VITAL DA CUNHA, C. e LOPES, P. V. L. (2012), **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

WERNECK, G. L. e CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 36, n. 5. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>. Acesso em: 23 mar. 2023.

## ANEXO A

**Tabela 3:** Links do conteúdo audiovisual analisado disponível na internet para consultas do material na íntegra.

<b>Candidato Jair Bolsonaro</b>				
<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Duração do vídeo</b>	<b>Mensagem que acompanhava a postagem</b>	<b>Link da postagem</b>
<b>01</b>	<b>05/10/18</b>	<b>26:03</b>	“Bolsonaro ao vivo. No Youtube: <a href="https://youtu.be/wqjiPtshOzs">https://youtu.be/wqjiPtshOzs</a> ”	<a href="https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/240260886640651/">https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/240260886640651/</a>
<b>02</b>	<b>08/10/18</b>	<b>14:06</b>	“Bolsonaro fala ao Brasil. Estamos no segundo turno!. Link no youtube: <a href="https://youtu.be/W03TbRU7So0">https://youtu.be/W03TbRU7So0</a> ”	<a href="https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/250825412292718/">https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/250825412292718/</a>
<b>03</b>	<b>03/10/18</b>	<b>20:39</b>	“Temas do dia envolvendo mais fatos sobre a política nacional!. Repasse a seus amigos que não possuem facebook! Segue o link no youtube: <a href="https://youtu.be/W2ToU3iwsM0">https://youtu.be/W2ToU3iwsM0</a> ”	<a href="https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/992566087592865/">https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/992566087592865/</a>
<b>04</b>	<b>19/10/18</b>	<b>20:02</b>	“Os cães ladram e a caravana passa! . Inscreva-se em nosso canal no youtube e tenha acesso a nossos vídeos: <a href="https://youtu.be/m-">https://youtu.be/m-</a>	<a href="https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/580531">https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/580531</a>

			F1jDvCMk4”	589030275/
05	04/10/18	15:58	“Nova live: Temas de relevância nacional. Youtube: https://youtu.be/IGaGmQZnxPw”	https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/1937706766320543/
06	02/10/18	14:02	“Política e questões nacionais. (Parte 2) - Com Flavio Bolsonaro. Link da live completa no youtube: https://youtu.be/6117jbeHBD0”	https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/1965832073456066/
07	14/10/18	20:28	“Bolsonaro: MAIS VERDADES!. Link no youtube:https://youtu.be/KGVTURYPRrU”	https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/1736946453099030/
08	25/10/18	21:56	“Novas informações e mentiras que estão sendo difundidas a meu respeito!. Link no youtube: https://youtu.be/a3DFyl6E1BE”	https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/2094741270570889/
09	12/10/18	15:49	“Bolsonaro comenta o perigoso escrito Plano de Governo do PT. . Link no youtube: https://youtu.be/9q9ZNMRe5rw”	https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/2158855724365703/
10	13/10/18	22:29	“12/10/2018 - Live com Bolsonaro e Luiz Philippe de Orleans e Bragança: O PT camaleão . Link no youtube: https://youtu.be/vsMDEgvtAM”	https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/697415117297789/

Fonte: Facebook